

**Escola Municipal Professor Francisco Hübert
Ensino Fundamental**



Curitiba – 2006

Escola Municipal Professor Francisco Hübert Ensino Fundamental

Para transformar a escola e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade.

(PISTRAK, 2000)

Curitiba – 2006

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO.....	5
2 ASPECTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS.....	6
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE	6
2.1.1 Principais atividades do Bairro.....	7
2.2. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS.....	9
2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	11
3 DIAGNÓSTICO.....	12
4 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO.....	15
4.1 CONCEPÇÕES.....	18
4.1.1 Educação.....	19
4.1.2 Educação e Pedagogia.....	20
4.1.3 Educação e Valores.....	21
4.1.4 Os valores em educação.....	21
4.1.5 Filosofia	22
4.1.6 Histórico de escola.....	22
4.1.7 Os efeitos da escola.....	24
4.1.8 Currículo.....	25
4.1.9 Teoria da aprendizagem.....	26
4.1.10 Níveis de ensino e aprendizagem.....	27
4.1.11 Níveis de currículo.....	28
4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
4.2.1 Identidade.....	31
4.2.2 Relações sociais e naturais.....	33
4.2.3 Linguagens.....	34
4.2.4 Pensamento lógico – matemático.....	35
4.2.5 Eixos norteadores e articuladores.....	36
4.2.6 Transição da educação infantil para ensino fundamental.....	38
4.3 ENSINO FUNDAMENTAL.....	38
4.3.1 Organização do ensino de 9 anos.....	38
4.3.2 A organização do tempo e do espaço-aprendizagem e desenvolvimento.....	40
4.3.3 O currículo e a organização curricular.....	40
4.3.4 Conteúdos.....	41
4.3.5 Eixos das áreas do conhecimento.....	42
4.3.5.1 Ciências	42
4.3.5.2 Educação Física.....	44
4.3.5.3 Artes.....	46

4.3.5.4 Geografia	48
4.3.5.5 Ensino Religioso.....	50
4.3.5.6 História.....	51
4.3.5.7 Língua Portuguesa.....	54
4.3.5.8 Matemática.....	58
4.3.6 Educação de jovens e adultos – EJA.....	61
4.3.7 A Educação Especial e Inclusiva	64
4.3.7.1 Concepção de Educação Especial.....	64
4.3.7.2 Inclusão.....	67
4.3.7.3 Educação das Relações Étnico-raciais e do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.....	71
4.4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR (ENSINO DE NOVE ANOS).....	72
5 AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES.....	74
5.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	74
5.2 JUSTIÇA SE APRENDE NA ESCOLA.....	74
5.3 FEIRA DO CONHECIMENTO.....	75
5.4 FESTIVAL DE DANÇAS DO HUBERT.....	75
5.5 GINCANA.....	76
5.6 OFICINAS DA EJA.....	76
6 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO.....	76
7 PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA.....	81
8 GESTÃO ESCOLAR – ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE.....	82
8.1 CONSELHO DE ESCOLA	82
8.2 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	84
8.3 GESTÃO DE RECURSOS.....	85
8.4 CONSELHO DE CLASSE.....	86
8.5 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	87
8.6 REDE DE PROTEÇÃO.....	87
8.7 FICA - FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO AUSENTE.....	89
9 REGIME ESCOLAR.....	90
10 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	91
11 PARCERIAS.....	92
11.1 FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO – TELECURSO 2000.....	92
12 REFERÊNCIAS	94
ANEXOS.....	97

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome: Escola Municipal Professor Francisco Hubert – Ensino Fundamental

Endereço: Rua Francisco Derosso, 5249

Bairro: Alto Boqueirão

CEP:81770000

Fone: 33782728

e-mail: em-fcohubert@curitiba.org.br

Cidade: Curitiba

Estado: Paraná

Horário de funcionamento: Manhã 7:30 às 11:30 horas

Tarde 13:00 às 17:00 horas

Noite 18:00 às 22:00 horas

2 ASPECTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS

O nome da Escola foi escolhido em homenagem ao Professor Francisco Hübert, que nasceu na Rússia em 1910. Ele imigrou para a Alemanha e desde rapaz já se preocupava em organizar escolinhas para as crianças dos campos de refugiados.

Quando veio para o Brasil, morou em Santa Catarina onde, com muita dificuldade, construiu uma escola para lecionar. Além de trabalhar na roça, estudava nossa língua.

Passaram-se anos e o Professor Francisco Hübert casou, mudando-se para o Paraná, para o bairro do Boqueirão, começando a lecionar em uma escola construída pela comunidade, com apenas uma sala de aula e que também era sua residência. Por ser estrangeiro, Hübert teve problemas para continuar no magistério, naturalizando-se então brasileiro para ter o direito de ser professor no Brasil. Francisco Hübert faleceu em 1953, vítima de um acidente automobilístico, apenas um ano após ter sido nomeado Professor no município de Piraquara.

Por toda uma vida dedicada à Educação, pelo esforço aliado ao trabalho, é merecida a homenagem com a escolha do nome Professor Francisco Hübert para esta Unidade Escolar tão importante para a comunidade do bairro Alto Boqueirão.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Em 29 de março de 1693 era fundada oficialmente a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, hoje, Curitiba.

No entanto, as primeiras referências às regiões do Boqueirão, Alto Boqueirão e Hauer, são de meados do século XIX, época em que as fazendas dos primeiros desbravadores começaram a ocupar um território então dominado de campos, capões de pinheiro e pela vegetação de várzea dos rios Iguaçu e Belém.

A situação topográfica e o relevo do bairro foram os marcos inspiradores para que os primeiros moradores escolhessem seu nome, pois Boqueirão é uma palavra

utilizada para representar uma cova grande profunda ou terreno úmido e alagadiço. O motivo do nome Alto Boqueirão é geográfico, visto que ele está localizado numa região mais elevada do que a do Boqueirão.

O Alto Boqueirão como todos os bairros de Curitiba, teve a sua atual delimitação definida em 1975. Ele é formado por duas áreas bem diferenciadas, sendo a primeira delas, a noroeste da linha da Rede Ferroviária, um prolongamento das terras do Boqueirão. A Segunda, a sudoeste da linha da rede faz parte do Parque Iguaçu e abriga o Parque Zoológico da cidade. A zona residencial é situada na parte mais alta – daí o nome do bairro – e possui várias chácaras de hortigranjeiros e de criação de gado. seus primeiros loteamentos ocorreram em 1961. No entanto, a maioria deles data de 1971 e deu origem aos conjuntos e núcleos habitacionais hoje existentes.

Em 1961, o Alto Boqueirão começa a passar pelo mesmo processo de loteamentos enfrentado por Hauer e Boqueirão durante os anos 40. Era o princípio de um intenso aumento demográfico pelo qual o bairro passaria nas décadas seguintes. Além dos problemas com moradia, abastecimento de água e saneamento básico, o sistema de transporte coletivo também era precário. Antigos moradores lembram que existia transporte apenas de hora em hora e que muitas vezes ele falhava. Para boa parte dos habitantes da região deslocar-se para o centro da cidade continuava sendo uma aventura.

A área do bairro é de 1.211,20 há, situado na região sudeste de Curitiba e faz divisa com os bairros: Boqueirão, Xaxim, Sítio Cercado e Ganchinho.

Sua população é de 51.155 habitantes, com crescimento anual de 1,81% de acordo com as informações do IPPUC e ICI – dados de 2000.

2.1.1 Principais atividades do Bairro

Comércio

- Inúmeras lojas de roupas, calçados, alimentos, produtos de R\$1,99, lanchonetes, pizzarias (disque pizza), supermercados, farmácias, loterias, bares, vídeo-locadoras, panificadoras, alguns postos de

gasolina, consultórios odontológicos, cursos de informática, autopeças, material de construção, papelarias, restaurantes, vendedores ambulantes e carrinhos de cachorro-quente que funcionam que à noite.

Serviços

- Encontramos quase todo o tipo de serviço em nosso bairro: oficinas de conserto de carros, bicicletaria, salões de beleza, chaveiros, despachantes, costureiras, confeitadeiras, auto-escola, pessoas que cuidam de crianças em sua própria casa, etc.
- O bairro não possui nenhuma agência bancária, apenas dois Postos de Atendimento do Banco Itaú , um do Bradesco e um da Rede Vinte e Quatro horas, instalados no Posto de Combustíveis.
- A Prefeitura Municipal de Curitiba mantém um Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAE – com psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogas para as crianças com necessidades nas áreas. Também mantém o Liceu de Ofícios, Faróis do Saber, vinculado a algumas escola do bairro e a Casa da Vovó (onde é proibida a entrada de pessoas com menos de 45 anos).

Lazer

- Além das praças e do Jardim Zoológico, as ruas sem saída viram lugar de diversão para as crianças. O bairro não possui cinemas, shoppings ou teatros, mas está próximo a tudo isso, deslocando-se até o Shopping Portal Plaza, na divisa com o Boqueirão, lá também encontra-se um Estádio de Futebol e as piscinas do Paraná Clube.
- Outros aspectos importantes do bairro é que aqui se encontram os Armazéns Gerais Ferroviários, onde são estocados os grãos (milho, feijão, soja...) até serem embarcados em trens para o Porto de Paranaguá.

- Também aqui estão as Cavas, parte da nascente do Rio Iguaçu, onde se realizam competições náuticas. No Parque Náutico funciona uma escola de remo.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A pesquisa para caracterização da clientela foi realizada no mês de agosto de 2006, sendo enviado questionário a todas as famílias das 1010 crianças matriculadas nesta Unidade Escolar. Obtendo-se a resposta de 884 famílias.

A leitura desta pesquisa, propiciou compilar dados e características da comunidade atendida, sendo que esta influi diretamente nas crianças atendidas e contribui para a prática pedagógica que acontece em nossa Unidade Escolar.

Com relação ao bairro onde as crianças moram tem-se os seguintes dados: 788 moram no bairro Alto Boqueirão, 09 no Jardim Paranaense, 57 no bairro Boqueirão, 06 no bairro Xaxim, 03 no bairro Novo e 21 em outros bairros da região.

Na constituição familiar, relativa a com quem a criança mora a maioria, 543 convive com o pai e a mãe; 188 com a mãe; 13 com o pai ;15 com os tios; 37 com os avós; 2 com os irmãos mais velhos e 13 com outros (madrinha, primos).

Com relação ao número de pessoas que residem na mesma casa que a criança, levantou-se os seguintes dados; 30 moram em duas pessoas, 146 moram em três pessoas, 293 moram em quatro pessoas, 167 moram em cinco e 150 moram em seis ou mais pessoas na residência.

Sobre o tipo de moradia constatou-se que: 443 famílias moram em casa própria; 212 moram em casa alugada; 68 moram em casa emprestada por parentes ou conhecidos; 55 moram em casa financiada pela COHAB ou Banco Financeiro e 6 em assentamento irregular ou invasão.

Quanto a renda familiar verificou-se que: 212 famílias recebem por mês menos de um salário mínimo; 302 recebem dois salários mínimos por mês e 258 recebem mais de três salários mínimos por mês, sendo que 6 não responderam.

Quanto ao grau de escolaridade dos pais:

Escolaridade	Pai	Mãe
Nunca Estudou	08	10
1ª à 4ª série	100	123
5ª à 8ª série	231	235
Ensino Médio	310	336
Superior Incomp	39	39
Superior Compl.	18	15

No período em que a criança não está na escola, ela fica com:

Creche	04
Pai	113
Mãe	390
Irmãos	76
Avós	177
Sozinho	18
Outros	72

Além da Escola Municipal Francisco Hübert a criança frequenta outros estabelecimentos de ensino:

Sim	99
Não	609
Curso de Informática	06
Futebol	46
Línguas	01
Ballet	32
Capoeira	27
Outros	63

Em relação ao Bolsa Família, 105 crianças recebem esse benefício e 675 não o recebem, na sua maioria porque não necessitam, outros porque não foram contempladas.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A pesquisa para caracterização da clientela foi realizada no mês de agosto de 2006, sendo enviado questionário a todos os professores e funcionários (97 questionários) desta Unidade Escolar. Obtendo-se a resposta de 68 professores/funcionários.

Quanto a Graduação, ou seja formação acadêmica temos: 16 em Pedagogia; 6 em Letras; 4 em Geografia; 3 em Educação Física; 1 em Filosofia; 1 em Biologia; 6 em Magistério Normal Superior; 1 em Educação Artística e 11 em outras graduações (Direito, Informática, ...).

Sobre a formação acadêmica, verificou-se que 05 funcionários possuem até o segundo grau e 12 o segundo grau completo.

Já com Especialização (Pós-graduação) obteve-se a seguinte constatação: 13 em Educação Infantil; 06 em Educação Especial; 13 em Psicopedagogia e 6 em outras áreas.

Em relação ao estado civil, 44 são casados; 11 são solteiros; 04 divorciados; 01 em união estável; 03 viúvos e 03 separados.

Quanto ao números de filhos: 16 não têm filhos; 12 têm 01 filho; 20 têm 02 filhos; 11 têm 03 filhos; 03 têm 04 filhos e 02 têm 05 ou mais.

O tipo de lazer dos professores e funcionários relacionado a: 38 freqüentam cinemas cinema; 11 freqüentam teatro; 34 freqüentam os parques e 12 as praças; fazem viagens freqüentemente 35 e 32 participam de outros tipos de lazer.

Com relação ao tipo de leitura verificou-se que 45 lêem livros; 43 lêem revistas; 36 lêem jornais e 13 fazem outras leituras.

Verificou-se que 31 profissionais fazem a leitura de 01 livro por mês, já 12 fazem a leitura de 02 livros por mês; 09 fazem a leitura de 03 livros por mês e 13 não lêem nenhum livro .

São assinantes de jornal 11 profissionais, de revistas 31; de TV paga 15 e outras assinaturas 09.

Quanto a primeira opção profissional, 34 optaram pelo Magistério e 29 por outras (Contabilidade, Administração, Cursos Técnicos,...), sendo que 03 não responderam.

O motivo da escolha dessa profissão está relacionada à identidade com a atividade para 40 profissionais; com a falta de opção para 17 profissionais e com relação a outro motivo 05 profissionais, também neste item 03 não responderam.

Dessa forma constatou-se que 11 profissionais pretendem mudar de profissão e 51 preferem continuar na que estão exercendo, sendo que 03 não responderam.

Referente a postura e escolha religiosa, o catolicismo predomina com 38 dos profissionais, sendo que 13 são evangélicos; 13 têm escolha por diversificadas religiões e 04 não responderam.

Destes freqüentam sua igreja regularmente 41 profissionais; 21 eventualmente e 03 não responderam.

3 DIAGNÓSTICO

Escola Municipal Professor Francisco Hübert – Ensino Fundamental foi construída para atender a comunidade dos conjuntos: Eucaliptos, Tiradentes e Saturnino de Brito. Atualmente, além destas Comunidades, a Escola atende os conjuntos: Euclides da Cunha, Érico Veríssimo, Santa Inês, Jardim Castelo Branco e Jardim Paranaense.

Está localizada no Bairro Alto Boqueirão com população de 51.155 habitantes e renda média dos responsáveis pelos domicílios de 5,09 salários mínimos. Com índice do desenvolvimento humano¹ (IDHM-Bairro) de 0,632, o bairro ocupa a 64ª posição na classificação geral dos 75 bairros do Município (Silva, 2004). Salienta-se, contudo, que a Escola normalmente atende um público que ultrapassa os limites do bairro.

Em seu entorno, vivem 7050 pessoas (13,78% do total da população do bairro) sendo 24,71% crianças e jovens de 0 a 14 anos; 20,71% pessoas com idade entre e 15 e 24 anos; 46,92% adultos com idade entre 25 a 59 anos; e 7,66% pessoas com 60 anos ou mais de idade.

Em 99,76% dos domicílios existe abastecimento adequado de água, em 100% coleta adequada de lixo e 97,87% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica.

Mais de 49% do total dos responsáveis pelos domicílios têm rendimento mensal de 3 salários mínimos(incluídos neste percentual os sem rendimento, que perfazem 6,25% do total) .

Aproximadamente 3% da população reside no entorno da escola e com idade acima de dez anos não é alfabetizada; e 10,75% dos responsáveis pelos domicílios não tem instrução ou têm menos de três anos de estudo(SAEB - 2006).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases à escola oferece os níveis de escolaridade Educação Básica compreendendo o Ensino Fundamental organizado em ciclos de aprendizagem, abrangendo ciclo I de três anos e ciclo II de dois anos, atende também a duas salas de Classe Especial, turmas de EJA. Oferece ainda o ensino fundamental de quinta a oitava séries, na modalidade do Telecurso 2000 e parceria com a Secretaria de Educação do Estado por meio das APED (Ações Pedagógicas Descentralizadas) no Ensino Médio.

Segundo levantamento realizado em março de 2006 pela Secretaria Municipal de Educação, a escola possui 19 salas de aula utilizadas para turmas e laboratório de informática com treze equipamentos. Conta com 1010 alunos matriculados dos quais 152 na etapa inicial; 405 no Ciclo I; 410 no Ciclo II; 16 em Classe Especial; e 61 na Educação de Jovens e Adultos. Em 2005 , a Escola alcançou as seguintes taxas de rendimento escolar: aprovação 91,68%, reprovação 7,83% e abandono 0,48%.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Recursos Humanos (julho de 2006), 57 profissionais, exercem atividades de docência, de suporte técnico e assistência pedagógica, sendo que 3 fazem parte da equipe administrativa, 6 são suporte pedagógico, 4 são profissionais de educação Física, 2 da Educação Especial

e 42 são professoras regentes e auxiliares de regência. Deste total, 34 possuem nível superior completo, 16 com pós graduação/especialização e 7 com nível médio completo. No total dos profissionais do magistério não estão incluídos os profissionais em Regime Integral de Trabalho, pois a escola necessita completar seu quadro anualmente, o número de profissionais atuantes na escola está defasado, exigindo mais profissionais em Regime Integral de Trabalho tanto para docência quanto para Suporte Técnico Pedagógico, portanto sendo necessário, profissionais efetivos, evitando a grande rotatividade de pessoal.

Sobre a coordenação da Secretaria Municipal da Educação e também por meio de parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor e a comunidade são desenvolvidos pela Escola programas e projetos pedagógicos e de ação social e outras atividades geridas pela direção da escola como o programa da Educação Permanente.

Hoje a Escola possui 19 (dezenove) salas de aula, o Farol de Saber “Luis de Camões”, uma sala para Educação Física, uma quadra de areia, uma quadra poliesportiva, uma quadra poliesportiva coberta, um laboratório de Informática, um Refeitório para funcionários, Sala para Inspetoras, Sala do Suporte Técnico Pedagógico, Sala da direção, Sala dos professores, Sala para projeto de apoio em contra turno, Almoxarifado Pedagógico, Almoxarifado para materiais de consumo e demais dependências administrativas.

O trabalho desenvolvido no Laboratório de Informática acontece durante o horário normal de aula, com cronograma de horário pré-estabelecido para cada turma, quinzenalmente, com duração de 55 minutos. Ao professor regente deste laboratório, cabe a elaboração de projetos pedagógicos planejados e encaminhados junto ao professor regente de classe, propiciando o desenvolvimento acadêmico dos alunos com atividades aliadas aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

A Escola Municipal Professor Francisco Hübert também administra o Farol do Saber Luis de Camões.

4 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA INSTITUIÇÃO

Para orientar as escolas brasileiras integrantes dos diversos sistemas de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º9394/96 determina, em seu art. 09 e art. 87, que a União elabore um plano com diretrizes e metas para dez anos, em conformidade com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano Decenal de Educação para Todos – UNESCO, Jomtien, na Tailândia (1993).

Em consonância àquela lei, em 07 de abril de 1998, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu a Resolução n.º 02, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Segundo esse documento, devem nortear as ações pedagógicas das escolas os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e os princípios estéticos da sensibilidade, da criticidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Em 09 de janeiro de 2001, é aprovado, no Congresso Nacional, pela Lei n.º 10.172, o Plano Nacional de Educação, que define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

A educação para o desenvolvimento sustentável, a prática filosófica e o processo de gestão democrática do processo pedagógico permanecem como fundamentos básicos das ações educacionais da RME. Tais princípios foram reiterados pelas equipes da RME em 2005, durante os debates sobre a necessidade de aprimoramento dos processos pedagógicos das escolas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável contextualiza as metas educacionais necessárias para a recondução da vida humana na sua interação com o Universo.

A Educação pela Filosofia apresenta o diálogo reflexivo e o exercício da liberdade de pensamento como práticas fundamentais de todas as instâncias

escolares e educacionais para o desenvolvimento da identidade cultural e da consciência crítica.

A Gestão Democrática do processo pedagógico é a organização básica das relações humanas na construção da democracia e da cidadania.

O século XXI nasce marcado por um maior comprometimento da maioria das pessoas da cidade de Curitiba, pela consciência de que se faz cada vez mais necessário se preocupar com a preservação dos recursos naturais disponíveis, pois são eles que permitem a vida no Planeta, e ainda pela certeza de que a responsabilidade é de todos e de que a mudança de postura nas ações deve ocorrer de forma imediata.

É necessário pensar e agir de forma a considerar a multiplicidade de ações que temos ao nosso dispor. Devemos saber lidar com essa diversidade, optando por aquelas ações que sejam capazes de satisfazer as necessidades da sociedade atual, sem vir a comprometer as das futuras gerações de todos os seres vivos, ou seja, é preciso promover um desenvolvimento que seja sustentável não só hoje, mas também no futuro.

Os currículos das escolas devem prever essas reflexões, visando a formação de cidadãos que responsabilmente atuem na superação de desequilíbrios da realidade em que vivem. É o pensar e o agir em face das questões sócio-ambientais, tendo no currículo uma perspectiva de caráter de atualidade, dinamicidade e movimento.

O ser humano se faz na interação com os outros e cada fazer gera inúmeras possibilidades. A construção da sua presença no mundo não se faz no isolamento, mas sob a influência do que herda genética, social, cultural e historicamente. Julgar, analisar e sintetizar fatos, buscando desenvolver o pensamento autônomo é filosofar.

Assim, o conhecimento filosófico se faz no desenvolvimento do indivíduo, que se percebe não somente como objeto ou sujeito, mas também como agente da história. Educar em uma dimensão filosófica não significa meramente transmitir um conjunto de saberes, valores ou verdades, mas sim promover interrogações a respeito do mundo. Significa promover a experiência do pensar autônomo.

Dessa forma, a prática didática que requer atitude filosófica se pauta na promoção de desafios cognitivos e emocionais desencadeadores do desenvolvimento de habilidades do pensamento dos estudantes. Essas habilidades, por sua vez, associadas ao exercício do diálogo e da auto-reflexão, cooperam na articulação e na reconstrução de significados; proporcionam aos estudantes a análise da coerência, dos argumentos, dos conhecimentos implícitos e explícitos e das ações conscientes e inconscientes.

A gestão democrática do ensino público, princípio constitucional desde 1988, representa um avanço para a democracia no País, pois traduz a participação cidadã da comunidade escolar, compreendida pelos estudantes, pais ou responsáveis, professores, funcionários, direção e, da comunidade local, compreendida por entidades e organizações da sociedade civil que compõem o entorno da escola na gestão da escola pública.

“Aprender a respeitar as diferenças entre os cidadãos, a não aceitar as desigualdades sociais e a possibilitar que cada pessoa possa demonstrar e ser atendido nas suas necessidades e potencialidades é papel da escola” (BRASIL/MEC, 2004).

Democracia é o principal caminho para a emancipação dos cidadãos e para a concretização de uma sociedade na qual eles são livres e determinam a si mesmos, individual e coletivamente.

No campo educacional, a democracia deve ser o princípio norteador de todas as ações da escola, a qual deve se configurar como base das ações administrativo-pedagógicas.

Desse modo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas democráticas é parte da construção de um sistema político que respeita os direitos individuais e coletivos de todos os cidadãos. Isso ocorre por meio de ações pautadas nos conceitos de cooperação, participação, autonomia¹⁷, cultura, diversidade e de inclusão que possibilitarão a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.1 CONCEPÇÕES

A noção de experiência humana não se depara do caráter abstrato da inteligência do homem, pela qual ele pode superar a vivência do “aqui e agora”, passando a existir no tempo: torna-se capaz de lembrar a ação feita no passado e de projetar a ação futura. Isso é possível pelo fato de representar o mundo por meio do pensamento, expressando-o pela linguagem simbólica.

Através das representações mentais e das expressões de linguagem, o homem torna presente, para si e para os outros, realidades com as quais já teve contato ou nas quais participou, bem como pode antecipar realidades que ainda não aconteceram.

A ação humana transformadora não é solitária, mas social. As necessidades do homem são satisfeitas a partir de condutas sociais consideradas adequadas em determinado momento e lugar. Assim, os homens se relacionam para produzirem a própria existência.

A cultura é portanto, a transformação que o homem exerce sobre a natureza, mediante o trabalho, os instrumentos e as idéias utilizados nessa transformação, bem como os produtos resultantes. E, nesse processo, o homem se auto produz, se faz a si mesmo um homem.

A concepção que se tem de infância e de criança é fundamental para se pensar a organização do trabalho educativo nas unidades de Educação Infantil. A compreensão que hoje se tem de infância como um período da vida da criança, entendida esta como sujeito de direitos, resulta de um longo processo histórico, aqui apontado sucintamente.

A infância tem adquirido significados diferenciados em decorrência das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que marcam cada sociedade em diferentes tempos e espaços. Isso significa que a idéia de infância não é estática, ela se constrói e se modifica na prática social e está relacionada às formas de se olhar a criança.

Até os séculos XVII e XVIII, a criança era representada como um adulto em miniatura, evidenciando a tese de ARIÈS (1981) de que não havia lugar para a

infância como um período específico da vida humana, com necessidades e direitos próprios. Dados históricos indicam que, para os adultos daquela época, a infância significava um período transitório que logo seria ultrapassado. As crianças compartilhavam passeios, festas, jogos e reuniões para o trabalho, participando ativamente da vida adulta, convivendo num mesmo espaço físico.

A responsabilidade pela educação era das famílias e da comunidade em geral, já que desde cedo as crianças eram introduzidas aos ofícios, como aprendizes. Nem sempre eram cuidadas pela figura materna, pois os altos índices de mortalidade infantil ocasionavam os sentimentos de fragilidade e desapego em relação às crianças.

Foram as transformações de caráter econômico e social ocorridas a partir daqueles séculos na Europa, especialmente para os mais abastados, que provocaram uma nova organização familiar, uma atenção maior à criança. A vida privada – a família nuclear, restrita a pais e filhos, bem como a necessidade de controlar doenças para manter descendentes – gerou alteração de mentalidade e práticas de higiene que resultaram em maior controle da mortalidade infantil e atenção às crianças.

Assim, o desenvolvimento é o fenômeno de mudanças das manifestações comportamentais dos seres humanos, entre elas as afetivas, sociais, cognitivas e psicomotoras, que ocorrem ao longo da vida e dependem da carga hereditária, da maturação orgânica e do meio ambiente físico e sociocultural.

Dessa forma a aprendizagem é também um fenômeno que trata de mudanças de comportamento dos seres humanos, mas que ocorre em prazo relativamente curto, mediante a intervenção de algo ou de alguém, também levando em consideração a carga hereditária, a maturação orgânica e o meio ambiente físico e sociocultural.

4.1.1 Educação

A aceleração da automação e a disseminação dos instrumentos de informação e comunicação afetam não apenas o processo produtivo, como as

formas organizacionais a ele associadas, abrangendo a concepção dos bens e serviços, as relações e formas de gerenciamento do trabalho.

Essas novas exigências do processo produtivo remetem a escola a responsabilidade de propiciar um sólido domínio dos códigos instrumentalistas da Linguagem, da Matemática e dos conteúdos científicos.

A formação de competências sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação, constituem novos desafios educacionais. Em contraposição ao acúmulo de informações segmentadas e superficiais, torna-se mais importante dominar em profundidade as básicas e as formas de acesso à informação, desenvolvendo a capacidade de reunir e organizar aquelas que são relevantes.

4.1.2 Educação e Pedagogia

O homem faz cultura por meio do seu trabalho, com o qual transforma a natureza e a si mesmo. O aperfeiçoamento dessas atividades só é possível mediante a educação, fator importantíssimo para a humanização e socialização do homem.

Nas sociedades primitivas a educação se acha difusa, integrada ao próprio funcionamento da sociedade como tal, de modo que todos educam a todos. Conforme os agrupamentos humanos se tornam mais complexos, surgem organizações especificamente encarregadas da transmissão da herança cultural, como a escola. No entanto, a educação mais formalizada não substitui totalmente a educação informal que permeia o tempo todo as relações entre os homens.

É preciso, porém, não entender a educação como simples transmissão da herança dos antepassados, mas como o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo, a ruptura do velho. É evidente que isto ocorre de maneira variável conforme sejam as sociedades estáveis ou dinâmicas. Assim, as comunidades primitivas resistem à mudança, devido ao caráter sobrenatural, e portanto divino, de suas crenças. O mesmo ocorre nas antigas civilizações, que eram tradicionalistas.

O ato de educar é uma práxis. E como toda práxis, supõe uma relação recíproca entre teoria e prática. Assim, a prática de educar nem sempre foi

antecedida por uma teoria elaborada de forma rigorosa, e durante muito tempo a humanidade partia do conhecimento espontâneo pra orientar a prática educativa. Ainda hoje, muitos educam desta forma.

A necessidade de tornar essa prática mais eficaz traz a exigência de maior rigor conceitual e sistematização dos conhecimentos, a fim de definir os fins a serem atingidos.

Assim surge a pedagogia ou teoria geral da educação. Inicialmente, ela se confunde com a própria filosofia. Os primeiros filósofos têm a viva preocupação de educar, contrapondo à consciência mítica o rigor da consciência racional.

Conseqüentemente dentro dessa perspectiva, educar seria desenvolver todas as possibilidades da natureza humana, seria fazer o homem tender para a perfeição, seria fazer desabrochar o que ele tem em potência.

4.1.3 Educação e Valores

O homem é um ser cultural, capaz de transformar a natureza a partir das suas necessidades existenciais. Sua ação sobre o mundo é intencional, planejada, e portanto, é o resultado de uma priorização das necessidades a serem atendidas. Mesmo que nessa seleção os fins da ação não estejam muito claramente explicitados, ela existe sempre. Com isso, o homem ao escolher os meios e os fins da ação, o faz porque possui valores. Aliás, já ao nascer encontra-se envolto por valores herdados, próprios da sociedade em que vive.

4.1.4 Os valores em educação

Se a cultura é constante criação de valores, a educação é por excelência o local de sua transmissão e fermentação.

A educação desempenha papel importante na formação moral do homem, o que não é feito em separado, mas pelo processo mesmo da educação.

Portanto, se nem sempre os valores transmitidos são muito claramente percebidos, a educação será mais coerente e eficaz se formos capazes de explicitá-

los, ou seja, há a necessidade de um trabalho reflexivo que esclareça as bases axiológicas da educação.

4.1.5 Filosofia

Por meio da reflexão é possível que se tenha mais de uma dimensão, ou seja, aquela que é dada pelo agir imediato no qual o homem prático se encontra mergulhado. É a filosofia que permite o distanciamento para a avaliação dos fundamentos dos atos humanos e dos fins a que eles se destinam, levantando, conseqüentemente, o problema dos valores. É a filosofia que reúne o pensamento fragmentado da ciência e a reconstrói na sua unidade.

Se é a filosofia uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto, que se faz a partir dos problemas propostos pelo existir, é inevitável que entre esses problemas estejam os referentes à educação.

A educação é, portanto, fundamental para a humanização e socialização do homem. Pode-se dizer que se trata de um processo que dura a vida inteira, e que não se restringe a mera continuidade, mas supõe a possibilidade de rupturas pelas quais a cultura se renova e o homem faz a história.

Há, portanto, um papel insubstituível das escolas e dos professores de propiciar as condições intelectuais para toda a população, de modo a ampliar sua capacidade reflexiva e crítica em relação às condições de produção e de difusão do saber científico e da informação. A informação é necessária, mas por si só não propicia o saber. A informação é um caminho de acesso ao conhecimento, é um instrumento de aquisição de conhecimento, mas ela precisa ser analisada e interpretada pelo conhecimento, que possibilita a filtragem e a crítica da informação, de modo que ela não exerça o domínio sobre a consciência e a ação das pessoas.

4.1.6 Histórico de escola

As várias instâncias da sociedade exercem uma função de educação, entre as quais a família, a religião, o trabalho, o lazer, os meios de comunicação, mas observa-se que a ação educacional desenvolvida por estes grupos é informal, no

sentido de que não obedece a regras explicitas nem é submetida a rígido controle externo. A escola desenvolve a educação formal, porque surge a exigência da formação de um grupo instituído especialmente para exercer determinadas funções, sendo convocados especialistas que elaboram um projeto de ação mais efetiva.

A escola não existiu sempre e também a sua natureza e importância variaram no tempo, dependendo das necessidades sócio-econômicas das sociedades onde esteve inserida.

Quando a produção dos bens começa a ultrapassar o necessário para o consumo imediato, com o surgimento dos excedentes, a estrutura da sociedade também se altera, e as divisões de tarefas tendem a acentuar as diferenças sociais. Nesse momento, o saber que antes era coletivo, da tribo, passa a ser privilégio da classe mais rica, sendo inclusive uma forma de fortalecimento do seu poder. Surge então a necessidade de escola como instrumento de transmissão do saber acumulado.

Mesmo que tenham variado as características das escolas na Antiguidade e na Idade Média, elas têm em comum o fato de exercerem uma influência que de certa forma é dividida com a família, na medida em que a escola cuida mais da instrução e menos da formação integral do aluno. Portanto, a escola não era um instrumento de ação educacional preponderante, nem uma instituição tão rigorosa, quanto foi a partir do Renascimento e Idade Moderna.

A escola institucionalizada, semelhante a que hoje conhecemos, é uma criação burguesa do século XVI, ao mesmo tempo em que surge o “sentimento de infância e de família”. Um lento processo de modificação separou a criança do adulto, visando criar um ambiente segregado e “protegido das más influências do mundo”. Cabe então à escola, não só instruir, como educar.

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII altera em alguns aspectos as exigências da escola burguesa: à formação acadêmica predominantemente humanística contrapõe a necessidade de formação técnica especializada além do estudo das ciências; acelera ainda o processo de secularização e democratização do ensino.

No século XIX culminam estas transformações com as reivindicações de uma escola pública, leiga, gratuita e obrigatória a que possam ter acesso as camadas não privilegiadas da sociedade.

Para acompanhar as mudanças dos novos tempos, há necessidade de métodos ativos que as ciências humanas auxiliarão a compor. A disputa metodológica travada entre a escola tradicional e a escola nova, vêm juntar-se aos teóricos socialistas que, criticando as anteriores, propõem uma outra escola, centrada no trabalho e superando a dicotomia, a separação “pensar-fazer”.

4.1.7 Os efeitos da escola

A escola não pode ser compreendida fora do contexto social e econômico onde está inserida. E sempre que se exige a mudança da escola é porque a própria sociedade está em transição e precisa de outro tipo de educação.

Nesse sentido, toda reforma educacional não deve ser considerada apenas como processo “técnico” e “neutro”: por trás das determinações existem questões políticas. E uma filosofia da educação ainda que às vezes implícita, pouco elaborada, reflete os conflitos políticos, sociais e econômicos existentes na sociedade.

Assim, ao privilegiar um determinado tipo de conteúdo a ser ensinado ou um método para facilitar esse processo, a escola não transmite apenas conhecimentos intelectuais pro meio de uma prática neutra, mas repassa valores morais, normas de conduta, maneira de pensar.

A escola não deveria ser a transmissora do saber, mas também o local fecundo que possibilitasse a crítica e a recriação do saber. Para isso não poderia estar separada, à parte do mundo da produção, mas ser o momento em que esta mesma produção se coloca em questão e poder ser explicitada. Por isso, numa dimensão democrática, a escola deveria ser o local de fácil acesso a todos que a ela desejassem chegar.

É preciso considerar a escola dentro do contexto social e político onde está inserida e, portanto, submetida a diversos determinismos. Mas também pode-se redescobri-la como um espaço público que, não sendo o único agente possível de

mudança, é um dentre, outros, onde a transformação pode ser pensada. Talvez seja um espaço muito limitado, sem dúvida, mas é um espaço.

A ampliação do vigor de sua atuação dependerá da maneira como ser capaz de enfrentar certos problemas fundamentais.

Daí a importância da ação conjunta dos profissionais do ensino, bem como de alunos e pais de alunos e associações de diversos tipos, empenhados todos nos esclarecimentos dos objetivos a serem alcançados pela escola e na pressão exercida sobre os órgãos públicos para o cumprimento do que lhes compete.

Para que haja uma real democratização da escola, é preciso torna-la universal e gratuita. É preciso repensar os objetivos do ensino. (p. 186-187)

4.1.8 Currículo

O termo currículo possui vários sentidos. Etimologicamente, significa "ato de correr, percurso (do verbo latino currere=correr).

A maneira pela qual uma sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia os saberes educacionais destinados ao ensino reflete a distribuição do poder em seu interior e a maneira e maneira pela qual se encontra aí assegurado o controle social dos comportamentos individuais (Apud, Pedra. 1997,p.50).

O currículo constitui o elemento nuclear do projeto pedagógico, é ele que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem.

Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Implica necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressuposto a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõe uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar.

O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos. Daí a necessidade de se promover, na escola, uma reflexão aprofundada sobre o processo de produção do conhecimento escolar, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto.

Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos básicos: o currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar.

O currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que é historicamente situado e culturalmente determinado. Outro ponto diz respeito ao tipo de organização curricular que a escola deve adotar. Uma idéia é o currículo integração, nele cada conteúdo deixa de ser significado por si só, para assumir uma importância relativa e passar a ter uma função bem determinada e explícita dentro do todo de que faz parte. O outro ponto refere-se a questão do controle social, já que o currículo formal implica controle.

A noção de controle social na teoria curricular crítica é mais um instrumento de contestação e resistência à ideologia veiculada por intermédio dos currículos, tanto do formal quando do oculto.

Orientar a organização curricular para fins emancipatórios, implica inicialmente, desvelar as visões simplificadas de sociedade, concebida como um todo, homogêneo, e de ser humano, como alguém que tende a aceitar papéis necessários a sua adaptação ao contexto em que vive. Controle social, na visão crítica, é uma contribuição e uma ajuda para a contestação e a resistência à ideologia veiculada por intermédio dos currículos escolares.

4.1.9 Teoria da aprendizagem

A Psicologia da Aprendizagem do campo cognitivo desenvolveu-se numa tentativa de formular princípios científicos da aprendizagem que seja extensamente aplicáveis às situações de sala de aula. Seus defensores advogam sua eficiência com base em resultados educacionais comprovados cientificamente. Seus adeptos estão convencidos de que, à luz do presente estágio do desenvolvimento científico,

esta teoria da aprendizagem, com maior probabilidade do que qualquer outra teoria que se conhece, conduz aos resultados mais produtivos em procedimentos de sala de aula.

A teoria da aprendizagem do campo cognitivo, descreve como uma pessoa chega à compreensão de si mesma e do seu mundo, em uma situação em que seu “eu” e seu “meio” compõem uma totalidade de eventos, coexistentes em mútua interdependência. Envolve o tipo de generalizações sobre aprendizagem que podem ser aplicadas a pessoas reais em situações escolares, estando associada a funções de conhecimento e compreensão que dão significados às situações.

Na teoria de campo, a aprendizagem, definida em poucas palavras, é um processo através do qual uma pessoa adquire novos insights, estruturas cognitivas ou mudanças em antigas estruturas.

4.1.10 Níveis de ensino e aprendizagem

As situações ensino-aprendizagem podem ser classificadas de acordo com o lugar que ocupam num continuum que vai desde os modos de operar “sem pensar” até os que envolvem “pensar”. É, no entanto, conveniente dividir essa amplitude em quatro classes amplas: nível de memória, nível de compreensão, nível de desenvolvimento da autonomia e nível de reflexão.

O nível de memória é o que implica em menos pensamento e o de reflexão implica em mais pensamento; o nível de compreensão está entre ambos. É difícil classificar o nível de desenvolvimento autônomo com base na “quantidade de pensamento” que produz. Uma vez que, neste nível, os sentimentos de cada aluno constituem a autoridade final para sua verdade, o ensinar consiste meramente em promover o desenvolvimento da elevada consciência intuitiva de si mesmo que cada aluno tem e a expressão artística da sua auto-realização.

4.1.11 Níveis de currículo

Currículo formal – refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino ou instituição educacional. É o currículo legal expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. O currículo formal ou oficial é aquele conjunto de diretrizes normativas prescritas institucionalmente, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, divulgados pelo Ministério da Educação, as propostas curriculares dos estados e municípios.

Currículo real – é o currículo que, de fato, acontece na sala de aula em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É a execução de um plano, é a efetivação do que foi planejando, mesmo que nesse caminho do planejar e do executar aconteçam mudanças, intervenção da própria experiência dos professores, decorrentes dos seus valores, crenças e significados. É o currículo que sai da prática dos professores, da percepção e do uso que os professores fazem do currículo formal, assim como o que fica na percepção dos alunos.

Currículo oculto – essa denominação refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazido pelas pessoas do seu meio social e vivenciados na própria escola, ou seja das práticas e experiências compartilhadas na escola e na sala de aula. O currículo está oculto porque representa tudo que os alunos aprendem pela convivência espontânea em meio a várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções que vigoram no meio social e escolar. É oculto porque não aparece no planejamento, embora se constitua como importante fator de aprendizagem.

Esses vários sentidos aparecem de alguma forma na prática escolar, cruzando-se entre si. Primeiramente, é razoável supor que o currículo tem sempre uma dimensão externa, ou seja, ele segue uma seqüência que começa quase sempre na esfera política e administrativa do sistema escolar, passa pelas crenças, significados, valores, comportamentos existentes na cultura e é retrabalhado pelos professores até chegar aos alunos. Isso significa que ele está impregnado de

influências sociais, econômicas, políticas, que precisam ser detectadas pelos professores, inclusive para que compreendam que essas influências limitam o poder de intervenção da escola.

Em segundo lugar, o currículo é submetido a transformações pelos professores e alunos (currículo real), de forma que ele tanto pode expressar a autonomia da escola, o desejo dos professores e da equipe escolar, os objetivos dos integrantes da escola, quanto diferentes interpretações, ênfase e, até distorções de conteúdo, em relação às ciências que dão origem as matérias escolares. O currículo real obriga a escola a considerar a cultura proposta pelo currículo formal e as situações de fato vividas na escola e nas salas de aula. É por essa razão que temos insistido na consideração da cultura da escola – cultura organizacional como importante elemento curricular, pois é no âmbito dessa cultura que observamos a linguagem dos professores, as atitudes que tomam em relação às diferenças individuais dos alunos, o modo como os alunos se relacionam entre si, suas atitudes nas brincadeiras e jogos, a higiene e limpeza nas dependências da escola, etc.

Em terceiro lugar, o currículo representa à primeira vista o conjunto das aprendizagens que os alunos precisam internalizar, de forma intencional e programada mas, de fato, há aprendizagens consumadas fora do previsto formalmente (currículo oculto) desejado ou não pelos agentes escolares (direção, professores, alunos). O que significa que o currículo escolar – conhecimentos, procedimentos, valores, atitudes, hábitos, etc. – expressa certo recorte da cultura de um povo que acaba por incorporar outros aspectos como a cultura da mídias, a cultura social, a cultura dos alunos.

Em resumo, a construção e a elaboração da proposta curricular implicam compreender que o currículo é mais do que os conteúdos escolares inscritos nas disciplinas. O currículo é o conjunto de vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também aqueles valores, comportamentos, atitudes que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos, no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora currículo real, ora currículo oculto

4.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, consolida a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, um direito da criança, que tem por finalidade o desenvolvimento integral, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Isso significa considerar a criança por inteiro em qualquer proposta educativa, integrando as ações de educar e cuidar, compreendendo-as como funções indispensáveis e indissociáveis na Educação Infantil.

Nessa perspectiva, educar e cuidar de modo integrado implica atenção e respostas às necessidades fundamentais do desenvolvimento das crianças. Essas necessidades são expressas nas ações que envolvem: proteção e segurança, afeto e amizade, expressão de sentimentos, desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, pois no ato de cuidar, educa-se e no ato de educar, cuida-se.

A criança aprende desde cedo as formas culturais de expressar emoções. A emoção que um bebê expressa no choro contagia e provoca a atenção de quem cuida dele e o educa, estabelecendo as primeiras comunicações a partir da significação e mediação cultural, realizadas por familiares e pessoas mais próximas, a medida que interpreta as necessidades infantis.

Segundo LIMA (2001, p.11), o desenvolvimento da criança dependerá igualmente da possibilidade que ela tenha de explorar seu ambiente, expressar suas emoções, ter contato com várias coisas e pessoas, estabelecer relações afetivas. É na interação com pessoas e com o meio que a criança vai construindo sua subjetividade, sua imagem corporal, percebendo características próprias e desenvolvendo sua autonomia. A criança que encontra adultos que sabem valorizar suas iniciativas, auxiliando-a quando necessita e também permitindo que aja, experimente, explore, supere limites pessoais, tem possibilidades de construir uma auto-estima que a torna fortalecida para enfrentar desafios.

As possibilidades de a criança desenvolver o pensamento, a identidade e as noções de si própria, de como expressar emoções e relacionar-se em grupo,

respeitando regras de convivência, dependem das oportunidades de participar de diferentes experiências, em espaços e tempos que propiciem o movimento, a dança, a interação com a natureza, a música, a literatura, as artes, o brincar, a interação com outras crianças e adultos.

É importante ressaltar que, ao mesmo tempo que a criança está em contato com linguagens diversas, essas linguagens estão em processo de elaboração e constituem o próprio desenvolvimento humano. Nessa compreensão, a criança insere-se em múltiplos sistemas simbólicos e constitui sistemas básicos de apoio para outras aprendizagens, no processo de interação com a cultura em que vive.

Nessa perspectiva, a interação é considerada uma das principais condições para o desenvolvimento, na medida em que impulsiona e articula processos de constituição humana.

Nesse sentido destaca-se o brincar como fio condutor na Educação Infantil, como espaço privilegiado de interação e de elaboração de conhecimentos pelas crianças, entendendo-se que estará permeando as experiências de aprendizagem relacionadas às áreas de Identidade, Relações Sociais e Naturais, Linguagens e Pensamento Lógico-Matemático.

Com essas áreas e objetivos que se destacam a seguir, não se tem a pretensão de esgotar os conhecimentos possíveis de serem abordados com as crianças na Educação Infantil, porém são indicadores de caminhos que nortearão a elaboração das propostas pedagógicas pelos profissionais, devendo ser desdobrados em outros objetivos a partir das diferentes características das crianças que freqüentam a Unidade de Ensino.

Assim, a partir das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, destacam-se as seguintes áreas e objetivos:

4.2.1 Identidade

Do nascimento até aproximadamente dois ou três anos de idade, a criança vive um estado de indiferença em relação a ela e ao mundo que a cerca. Aos poucos, percebe-se como alguém que tem vontades e opiniões próprias,

diferenciando-se de outras pessoas num processo em que ora se aproxima de alguém que lhe é familiar e que lhe transmite segurança, ora se afasta para explorar e lançar-se ao mundo para melhor compreendê-lo, num movimento dialético de compreensão de si mesma, construindo sua subjetividade.

A compreensão que se tem de Identidade está relacionada a idéia de diferença, algo que marca as singularidades de cada um no grupo, como nome, características físicas, modos de pensar e agir, que vão adquirindo contornos próprios nas vivências e interações sociais que compõem a história de todo ser humano.

✓ **Objetivos**

- Ampliar conhecimento sobre si e o outro, a partir de características biológicas, psicológicas e culturais, reconhecendo-se como único no grupo.
- Construir vínculos positivos, vivenciando situações que envolvam afeto, atenção e limites.
- Explorar força, velocidade, resistência e flexibilidade, em diferentes tempos e espaços, conhecendo seus limites e potencialidades corporais.
- Representar o próprio corpo estabelecendo relações espaciais por meio de diferentes linguagens: corporal, plástica, musical, cênica entre outras.
- Valorizar atitudes relacionadas à saúde e ao bem estar individual e coletivo, apresentando gradativamente independência nas ações de alimentação, cuidados com a aparência pessoal e higiene.
- Usar de forma independente, conforme suas potencialidades, diferentes objetos conhecendo sua função social.
- Assumir responsabilidades gradativamente e de acordo com suas potencialidades, desenvolvendo confiança e auto estima positiva.
- Ampliar conhecimentos sobre a própria cultura e de outras, desenvolvendo atitudes de respeito e valorização à diversidade de manifestações culturais.

4.2.2 Relações sociais e naturais

Desde que nascem, as crianças estão imersas em um ambiente social e natural. Das relações que participam e observam, tanto com a natureza como com as pessoas, destacam elementos para investigar e reelaborar conhecimentos, construindo sua identidade.

Nesse sentido, a instituição de Educação Infantil tem importante função de auxiliar as crianças a compreenderem de como as pessoas relacionam-se entre si e com o meio natural, e a perceberem a reciprocidade de influências nessas relações, entendendo que as ações humanas trazem consequências ao meio interpessoal e natural.

✓ **Objetivos**

- Ampliar possibilidades de agir com autonomia na escolha de espaços, brinquedos e parceiros para brincar, definindo regras e criando situações vividas.
- Vivenciar relações de colaboração e solidariedade, desenvolvendo aos poucos tolerância e respeito pelo outro e suas diferenças.
- Reconhecer a existência de diferentes grupos sociais, identificando a quais pertence.
- Conhecer, construir e respeitar regras de convivência, utilizando gradativamente o diálogo e a negociação na resolução de conflitos.
- Identificar e evitar situações de risco para si e para o outro nos diferentes espaços que frequenta, aprendendo a valorizar a vida
- Vivenciar e valorizar atitudes de organização e preservação de objetos e espaços de uso individual e coletivo, dentro e fora da instituição.
- Explorar conhecimentos de diferentes áreas, aproximando-se gradativamente do conhecimento científico.
- Perceber transformações em objetos e fenômenos.

4.2.3 Linguagens

Durante toda a vida o ser humano procura compreender e ser compreendido pelos demais, e suas possibilidades de comunicação tem como recursos fundamentais corpo e movimento, vocalização e oralidade e símbolos gráficos, possibilidades que são propiciadas pela herança genética, mas mobilizadas e influenciadas pela cultura, num movimento dialético em que cria cultura e é por ela produzido. Nessa relação histórica e social, o ser humano amplia formas de expressar-se, acrescentando nas linguagens artística e literária componentes lúdicos e estéticos, demonstrando a complexidade de um ser em constante invenção de si próprio e do mundo em vive.

Segundo VYGOTSKI (1994), a relação da criança com o mundo é mediada pela linguagem, que vai propiciando a constituição de funções psicológicas, como a atenção e a memória, as quais atuam na origem da imaginação e da função simbólica. A linguagem atua como função primeira de comunicação entre pessoas, entre adultos e crianças, e gradualmente os significados culturais mediados na oralidade são internalizados, construindo o próprio pensamento.

Assim, pensamento e linguagem são indissociáveis e suas inter-relações acontecem nos significados das palavras que, por sua vez, não são fixos, modificam-se e se constroem historicamente, tanto no nível individual – ao longo do desenvolvimento do sujeito – quanto no contexto social, nas inter-relações sociais.

✓ **Objetivos**

- Desenvolver e ampliar progressivamente equilíbrio, ritmo, resistência, força, velocidade e flexibilidade corporal.
- Ampliar aos poucos as possibilidades de expressar-se verbalmente em diferentes situações de uso da linguagem oral.
- Reconhecer materiais diversos e procedimentos para utiliza-los como forma de expressão.

- Ampliar progressivamente as possibilidades de comunicação e expressão de idéias, sentimentos, desejos e necessidades, utilizando diferentes linguagens e reconhecendo sua função social.
- Ampliar progressivamente as possibilidades de representação simbólica.
- Conhecer, apreciar, analisar, produzir e respeitar diferentes linguagens artísticas, podendo relacionar elementos de sua cultura com elementos da cultura artística historicamente acumulados.
- Observar a função da escrita em diferentes contextos, avançando gradativamente em suas hipóteses de leitura e escrita.

4.2.4 Pensamento lógico - matemático

O pensamento lógico desenvolve-se na criança com o início da linguagem oral, que ocorre pela palavra. A fala converte-se em um instrumento do pensamento no esforço por resolver um problema. Para a criança, a primeira palavra abstração de algo. Quando fala, ela analisa, classifica, busca qualidades comuns e diferenças entre objetos, sentimentos e desejos, para assim elaborar suas hipóteses de fala, desenvolvendo o início da linguagem lógica e também do pensamento lógico.

A capacidade de discriminar cores, texturas e formas é a base para que as estruturas lógicas se construam, e as primeiras diferenciações para a criança são globais, ou seja ela atém-se aos grandes contrastes entre os objetos e, a partir de relações que estabelece entre eles, começa a perceber diferenças e semelhanças.

Os primeiros contatos da criança com o meio em que vive são de origem sensorial e motora, inicialmente centrados na visão e no tato ao tocar os objetos, segurar ou lançar, observar como aparecem e desaparecem. É a partir das sensações que começa a identificar temperaturas, texturas e cores e as primeiras noções de espaço, medidas, tempo, causalidade, entre outras, tendo como referência o próprio corpo.

A matemática surge pela necessidade da resolução de problemas do cotidiano, e são os desafios que permitirão um aprendizado significativo. Os

conhecimentos matemáticos se constroem gradativamente, atravessando sucessivos momentos de avanços e retrocessos, e, nesse processo, a mediação do educador/professor e das outras crianças na construção do conhecimento torna-se fundamental.

✓ **Objetivos**

- Desenvolver gradativamente noções de localização e orientação espacial, tendo como referência pessoas e objetos entre si.
- Desenvolver gradativamente noções de tempo de deslocamento, tendo como referência o próprio corpo em relação ao espaço.
- Estabelecer relações de causa e efeito em situações de exploração do próprio corpo e nas interações com o meio.
- Estabelecer relações de semelhança e diferença, construindo aos poucos noções de classificação e seriação.
- Desenvolver gradativamente noções temporais nas vivências do cotidiano aprendendo a situar-se nos diferentes tempos da instituição.
- Resolver situações do cotidiano e outros desafios propostos, considerando diferentes possibilidades de solução.
- Ampliar relações quantitativas, desenvolvendo gradativamente o conceito de número e pensamento operativo.

4.2.5 Eixos norteadores e articuladores

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento normativo do Conselho Nacional de Educação, estão pautados como fundamentos norteadores:

- Os princípios éticos, políticos e estéticos.
- A importância de reconhecer a identidade das crianças, das famílias, dos profissionais que atuam na Educação Infantil e da Unidade Educacional, diante dos vários contextos em que esses se situam.

- A necessidade da promoção de práticas educativas e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança.
- A visão de criança como um ser completo, total e íntegro, em posição de aprender a ser e de conviver consigo própria e com os demais e no próprio ambiente, de maneira articulada e gradual.
- A construção das propostas pedagógicas em integração com famílias e profissionais.
- As estratégias para buscar o provimento de conteúdos básicos, a constituição de conhecimentos e valores, a interação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã.
- O processo de avaliação baseado no acompanhamento e registros dos avanços do desenvolvimento da criança, sem caráter de promoção ou de retenção, em um ambiente de gestão democrática, com vistas a garantir os direitos básicos da criança e sua família à educação e a cuidados.

Essas considerações acenam para a compreensão de que o processo educativo só se consolida pela interação com outros indivíduos. Sob o olhar de VYGOTSKY (1994), as aprendizagens que ocorrem constituem suporte para o desenvolvimento, e este abre perspectivas para novas aprendizagens. A interação social embasa o desenvolvimento e a aprendizagem, é a mediação do adulto ou de parceiros mais experientes nas relações que a criança estabelece com o ambiente em que vive que possibilita a aquisição da experiência cultural.

A idéia é de uma permanente construção da ação educativa, considerando o direito da criança à infância e à educação, estabelecendo uma interação entre o fazer pedagógico e a reflexão constante do que é realizado com as crianças, profissionais da Educação Infantil, famílias e comunidades.

A partir dessas considerações, resultado de ampla discussão entre profissionais que atuam com Educação Infantil, destacam-se, a seguir, três eixos articuladores do trabalho: 1) Infância: Tempo de Direitos; 2) Espaços e Tempos Articulados; 3) Ação Compartilhada.

Esses eixos consideram a dinâmica da prática pedagógica historicamente construída, a heterogeneidade e a multiplicidade de suas articulações, com o compromisso de pensar constantemente sobre o conjunto de práticas construídas e posturas vinculadas ao processo educativo como elementos fundamentais para que a criança seja efetivamente respeitada em seu direito de ter um desenvolvimento pleno.

4.2.6 Transição da educação infantil para ensino fundamental

A mudança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é muito significativa para as crianças, por isso o educador deve trabalhar com essa situação desde o início do ano, observando as reações e curiosidades que elas podem apresentar, aproveitando para realizar projetos que envolvam entrevista com professores do 1.º ano do Ciclo I e visitas às escolas que as crianças poderão passar a frequentar.

Vivenciar essa mudança desenvolve uma atitude positiva em face da nova realidade a ser enfrentada. Nesse sentido, a realização de algo que signifique a mudança das crianças para outro nível educacional deve ser pensada a partir delas e do que significa esse momento em sua vida, e tanto crianças como familiares podem participar dessa organização, tornando essa oportunidade singular.

4.3 ENSINO FUNDAMENTAL

4.3.1 Organização do ensino de 9 anos

Hoje, a organização do Ensino Fundamental de nove anos é um movimento mundial. Na América latina, vários países já o adotam (BRASIL, 2004), e, há mais de vinte anos RIBEIRO (1984) preconizava a necessidade de ampliação do tempo escolar, tanto em número de anos, quanto em número de horas diárias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, em seu art. 34, sugere a ampliação gradativa do período de permanência do aluno na escola.

A Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional da Educação, propõe o Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração e o ingresso obrigatório aos 06 (seis) anos de idade, na medida em que for sendo universalizado o acesso ao Ensino Fundamental à faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos.

Em 08 de junho de 2005, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer n.º 06/2005, que estabelece normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para 09 (nove) anos a todos os brasileiros a partir de 06 (seis) anos de idade.

Em 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 11.274, que altera artigos da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o Ensino Fundamental obrigatório é composto de nove anos com matrícula a partir de seis anos de idade, mas essa obrigatoriedade será implantada de forma gradativa até 2010.

O Ensino Fundamental de nove anos é, portanto, uma meta nacional a ser atingida. Em Curitiba, o alcance dessa meta não causa impactos significativos, pois desde a implantação da organização do ensino em ciclos de aprendizagem em 1999 o progressivo atendimento escolar às crianças de seis anos vem se dando em caráter facultativo.

Atualmente, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, na sua maioria organizadas em Ciclos de Aprendizagem, estruturam-se em dois segmentos: o primeiro segmento composto por 05 (cinco) anos, o qual compreende o Ciclo I – Etapa Inicial, 1.a e 2.a etapas, em 03 (três) anos; o Ciclo II – 1.a e 2.a etapas, em 02 (dois) anos; e o segundo segmento composto por 04 (quatro) anos compreende o Ciclo III – 1.a e 2.a etapas (5.a e 6.a séries), em 02 (dois) anos, e o Ciclo IV – 1.a e 2.a etapas (7.a e 8.a séries), em 02 (dois) anos.

Mas o simples aumento do tempo da criança na escola não assegura melhores aprendizagens. É preciso uma nova organização dos conteúdos, das práticas de sala de aula e, especialmente, o emprego eficaz do tempo escolar.

Dessa forma, acredita-se que o trabalho na escola deve ser interdisciplinar, como já acontece, pois só assim o tempo escolar e a aprendizagem do aluno são asseguradas de forma eficaz e com qualidade.

4.3.2 A organização do tempo e do espaço-aprendizagem e desenvolvimento

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, os diferentes tempos biológicos e culturais – os ritmos da natureza e da vida cotidiana – constituem o contexto que interfere nos processos de aprendizagem e nas vivências dos seres humanos. Um desses tempos é o tempo escolar, como construção cultural, aliado aos tempos da vida, que se revelam por meio das transformações corporais, dos desejos, dos comportamentos, das atitudes, das emoções e dos sentimentos, propicia aos estudantes desenvolvimento e aprendizagens significativas para toda a vida.

A organização do tempo escolar deve possibilitar ao estudante o estabelecimento de relações essenciais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tais como atenção, percepção, memória, pensamento, imaginação e capacidade de aprendizagem.

Cabe aos profissionais da educação propiciarem ao estudante uma nova compreensão da realidade em que está inserido, levando-o ao desenvolvimento de estratégias cognitivas e metas cognitivas (capacidade de os estudantes aprenderem sobre suas próprias aprendizagens) construindo assim sua autonomia.

4.3.3 O currículo e a organização curricular

O currículo é uma construção social, um fenômeno histórico resultante de um processo dinâmico, sujeito a múltiplas influências; revela a intenção educativa da escola, o fazer pedagógico, as tomadas de decisões marcadas por aspectos internos e externos à sua organização.

Os enfoques de análise devem ser múltiplos, envolvendo a totalidade do conhecimento, com os diferentes focos das áreas do conhecimento articulados, com vistas à aprendizagem e à proposição de soluções para os problemas que se apresentam.

A escola precisa estar sintonizada com a complexidade da sociedade, interconectada com os movimentos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos, étnico-raciais e históricos. Movimentos que devem se tornar objeto de estudo, para que os estudantes possam desenvolver habilidades, conhecimentos e competências que lhes dêem subsídios para serem cada vez mais capazes de analisar, refletir e atuar em face da realidade em que vivem, para que não somente possam descrever o mundo que os rodeia, mas sim transformá-lo no sentido de uma configuração mais justa e respeitosa dos ciclos da vida de todas as espécies e gerações.

4.3.4 Conteúdos

Designam o conjunto de conhecimentos ou formas culturais cuja assimilação e apropriação pelos alunos e alunas é considerada essencial para o seu desenvolvimento e socialização” (COLL, 2000, p. 12).

São categorizados em seus aspectos conceituais (fatos e conceitos), procedimentais e atitudinais (valores e normas). É fundamental então planejar e desenvolver atividades que permitam o trabalho de forma inter-relacionada.

Conteúdos conceituais

O conteúdo conceitual é aquele que alia a um fato e/ou dado uma significativa interpretação e compreensão com a aquisição de novos conceitos; é uma construção ativa de capacidades intelectuais que permitem organizar a realidade (BRASIL, 1997).

Conteúdos procedimentais

O conteúdo procedimental é aquele que possibilita a percepção das formas de atuar e de usar conhecimentos para descobrir, interpretar, observar, identificar, representar, comparar, rever, refletir e analisar novos caminhos, conceitos e ações.

Conteúdos atitudinais

As atitudes se diferenciam no temperamento, estado de ânimo ou de humor, valores, crenças e opiniões, hábitos e habilidades pessoais. Embora parte das atitudes de cada estudante não seja sistematicamente ensinada, as atitudes são consideradas conteúdos concretos de ensino, que guiam os processos perceptivos e cognitivos e conduzem a aprendizagem de toda categoria, todo tipo de conteúdo (SARABIA, 2000).

A participação ativa de cada estudante em sala de aula intervém decisivamente na aquisição de conhecimentos, no sucesso ou no fracasso da aprendizagem e na possibilidade de atitudes que incentivem seu interesse e sua participação nas aulas.

4.3.5 Eixos das áreas do conhecimento

4.3.5.1 Ciências

O ensino das Ciências na escola é essencial para: proporcionar ao cidadão em formação a constituição do pensamento científico a respeito do ecossistema, aqui compreendido em sua complexidade; desvelar a ciência e a tecnologia, apresentando-as como atividades humanas, historicamente produzidas, proporcionando uma visão crítica sobre a natureza da ciência e seu papel na sociedade contemporânea; gerar representações de como o ser humano entende o Universo, o espaço, o tempo, a matéria e a vida.

Pretende-se que o currículo escolar – aqui entendido como a seleção de elementos culturais – seja direcionado para a educação científica focada nos temas sociais, e não somente em conceitos científicos fechados em si mesmos,

um currículo que se preocupe com estratégias de ensino que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, organiza os conteúdos em eixos norteadores que podem identificar saberes do campo das Ciências que, a partir de seus desdobramentos em conteúdos pontuais, garantam a abordagem dos objetos de estudos desta área em sua totalidade e complexidade.

Assim, o trabalho terá como eixos norteadores:

- Ecossistema.
- Culturas e Sociedades.
- Natureza da Ciência e Tecnologia.

No eixo Ecossistema, estão contemplados conteúdos referentes às complexas relações entre os sistemas físicos, químicos, geológicos e biológicos – entre os quais está o ser humano como parte integrante e agente de transformações –, considerando também os fluxos de matéria e energia e as transformações que ocorrem no ambiente terrestre.

No eixo Culturas e Sociedades, estão contemplados conteúdos referentes às relações entre ciência e sociedade, nas dimensões econômica, política e cultural. A ciência, nesse contexto, é compreendida como atividade humana, historicamente produzida, impregnada de valores e costumes de cada época, sujeita à influência de fatores sociais, econômicos e culturais, numa visão de ser humano concebida a partir de seus variados pertencimentos e de suas múltiplas relações com a natureza (MACEDO, 2004).

A perspectiva do eixo Natureza da Ciência e Tecnologia traz elementos que permitem compreender as dimensões do fazer científico, a sua relação com a tecnologia e o caráter não neutro desses fazeres humanos. Essa discussão se justifica pela necessidade de formar sujeitos capazes de compreender e utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e suas implicações éticas e ambientais de produção e utilização desses recursos.

É importante salientar que os eixos não devem ser tratados de forma isolada, pois indicam a perspectiva de abordagem e de organização dos

conteúdos, possibilitando estabelecer conexões entre si, com as outras áreas e com os temas sociais contemporâneos.

4.3.5.2 Educação Física

A Educação Física escolar, ao longo da história, passou por inúmeras e significativas mudanças, que refletem as características das relações sociais em diferentes momentos e em diferentes espaços.

Muitas foram às influências na educação física. Houve um momento em que os militares e médicos formavam cidadãos fortes e saudáveis, prontos para defender a pátria. Em outro a disciplina, o desporto e o treinamento desportivo eram os pilares de desenvolvimento destas aulas de educação física. Em contraposição a estas tendências surgem os Movimentos Renovadores da Educação, que aproximaram a Educação Física da realidade dos estudantes e da escola.

Entre esses Movimentos Renovadores estão: o viés da psicomotricidade, a perspectiva construtivista, que busca a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, à abordagem desenvolvimentista, que considera o movimento como o principal meio e fim da Educação Física e a perspectiva que visa à saúde e à aptidão física dos sujeitos, em um enfoque sócio-cultural.

Atualmente, as Teorias Progressistas da Educação Física escolar sugerem procedimentos didático-pedagógicos que propiciam o posicionamento crítico a respeito dos temas da cultura corporal, isto é, da ginástica, da dança, do jogo, da luta e do esporte.

Partindo dessa perspectiva, em nossa escola, a Educação Física é vista como uma área do conhecimento que, por meio da prática pedagógica, aborda elementos da cultura corporal, entendendo-se por esse termo os conhecimentos acerca do movimento historicamente construídos e socialmente transmitidos.

Dessa forma, segundo as diretrizes curriculares de nosso município, a Educação Física deve propiciar aos estudantes o acesso a um conhecimento

organizado a respeito da cultura corporal, permitindo o desenvolvimento pessoal, a participação na sociedade, bem como a vivência de valores e de princípios éticos e democráticos.

Portanto, nesse contexto, nossa escola em sua prática pedagógica, dentro desta área do conhecimento, tem por objetivo maior, oportunizar o desenvolvimento da consciência corporal, dando significado às ações e efetivando o movimento consciente, por meio dos conteúdos dos eixos norteadores da ginástica, da dança, do jogo e do esporte.

O critério de avaliação se baseará no movimento, sendo este o objeto de estudo da educação física escolar. Portanto verificar-se-á se o educando movimenta-se, participa, constrói, vivencia, interage, reconhece, compreende, aplica, o movimento humano em suas variadas formas, planos, em seu cotidiano, dentro de uma prática corporal.

Ginástica: Nas aulas de Educação Física, o professor poderá desenvolver, além dos elementos fundamentais da ginástica, a Ginástica Geral, elementos da Ginástica Rítmica, elementos da Ginástica Artística, Ginástica de Condicionamento Físico e o Relaxamento.

Dança: Durante as aulas de Educação Física, o professor poderá desenvolver a dança por meio de seus elementos básicos, de atividades rítmicas e expressivas; de brinquedos cantados; de cantigas de roda; de danças folclóricas; de danças populares e de danças criativas.

Jogo: Manifestação corporal que implica a existência de regras e objetivos, podendo estes ser alterados conforme a necessidade, interesse e realidade dos participantes. O jogo se constitui em um momento de lazer, de socialização e de desenvolvimento do raciocínio lógico.

Esporte: Prática corporal, individual ou coletiva, que possui regras sistematizadas e oficiais, e caráter competitivo. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o trabalho com o esporte acontece através dos jogos recreativos e pré-desportivos.

4.3.5.3 Artes

A concepção que se tem de ensino, desta área, é a que orienta a definição de conteúdos e objetivos, a forma do trabalho pedagógico e o tipo de educação que se pretende desenvolver.

A reflexão sobre o ensino deve ser uma constante no trabalho dos educadores, pois, de acordo com BOURDIEU (1998), a escola é o local privilegiado e instituído para a aprendizagem sistemática e organizada. A escola é responsável por estabelecer as comunicações entre a diversidade cultural de nosso tempo e a de outros tempos, possibilitando ao estudante a construção de sua individualidade. Esta só pode ser concretizada na medida em que existam os meios que propiciem a realização de sua subjetividade.

A cultura é, pois, a concretização humana, o acúmulo de experiências indissociáveis do processo de construção da existência. “A cultura é um produto do existir do homem, resulta de vida concreta no mundo que habita e das condições, principalmente sociais, em que é obrigado a passar a existência” (PINTO, 1985, p.135).

Diante da diversidade cultural que permeia o mundo contemporâneo, é necessário repensar um ensino da arte que propicie ao estudante o desenvolvimento do pensamento estético voltado a essa diversidade, de forma a promover o pensamento reflexivo não só em relação às formas artísticas, mas também no sentido de compreender as relações da produção artística e cultural como produto das relações sociais e da individualidade do artista.

À escola cabe propiciar uma educação estética que amplie o universo das experiências do estudante em direção à construção da sua identidade e da reflexão. É graças à riqueza da sensibilidade cultivada que o ouvido se torna musical, que o olho percebe a beleza da forma, que os sentidos se humanizam (MARX, 1978).

Portanto, cabe ao ensino da arte a tarefa de proporcionar ao estudante o conhecimento dos códigos das diferentes linguagens artísticas, no sentido de

instrumentalizá-lo para a leitura e a interpretação, e o desenvolvimento da capacidade criadora ou criatividade estética para a auto-expressão.

Dois eixos norteiam, simultaneamente, objetivos, conteúdos e critérios de avaliação:

1. o entendimento da arte e das formas de expressão artísticas como produção cultural, social e histórica;
2. a especificidade das linguagens artísticas.

A perspectiva da compreensão da especificidade das linguagens e de seus elementos formais busca o entendimento do pensamento e das relações sociais em diferentes épocas e culturas, pois a diversidade de expressões artísticas são representações com historicidade.

Considerando esses aspectos, o ensino da arte contempla o estudo das Artes Visuais, da Música, do Teatro e da Dança, cada qual com o seu objeto de estudo e elementos formais. Desse modo, o professor deverá levar em conta a especificidade de cada linguagem artística, seus objetos de estudo e elementos formais, considerando a totalidade das formas de expressão artística como produção cultural, social e histórica.

No desenvolvimento do trabalho pedagógico, o professor deverá elaborar objetivos, conteúdos e critérios a partir dos eixos propostos neste documento, observando sempre o conceito de cultura abordado.

Deverá considerar ainda dois aspectos fundamentais: a realidade, compreendida como necessidades da turma e o cotidiano; e a ampliação do repertório do estudante, através do conhecimento da arte elaborada pelo homem, na construção da sua humanidade.

Não é excessivo recordar que a escola é o espaço socialmente instituído para o estudo sistemático e organizado, que possibilitará ao estudante o acesso a conhecimentos que não estão ao seu alcance fora dela, bem como a compreensão do mundo em que vive. Os objetivos, conteúdos e critérios propostos devem ser considerados como ponto de partida, favorecendo a ampliação do repertório do estudante.

4.3.5.4 Geografia

A Geografia estuda a dinâmica da sociedade e a da natureza, assim como as relações entre elas. A dinâmica da sociedade compreende as relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre os seres humanos. E a dinâmica da natureza compreende as relações estabelecidas entre os elementos naturais: água, ar, solo, vegetação e relevo. Essas relações culminam nos diferentes fenômenos físicos (vulcânicos, climáticos e sísmicos).

Da relação entre as dinâmicas da sociedade e da natureza resulta o objeto de estudo da Geografia: o espaço geográfico. Por espaço geográfico entende-se o espaço produzido, transformado e organizado pela ação humana, de forma direta ou indireta. Por isso, a ênfase do ensino recai sobre a investigação de como a sociedade ocupa, organiza e transforma o lugar onde vive em espaço geográfico.

Para que ocorra a compreensão do espaço geográfico, trabalha-se com os eixos **sociedade**, **espaço** e **natureza**, assim como com as representações da vida dos estudantes, inter-relacionando conteúdos escolares e conhecimentos do cotidiano.

Entende-se o ensino da Geografia como educação para a consciência do espaço, compreendido nas suas dinamicidades. Para que esse processo ocorra, é fundamental a utilização de recursos didáticos (imagens, filmes, músicas, textos diversos, aulas de campo, mapas, maquetes) que possibilitem o desvelamento da realidade e dos discursos sobre ela.

A construção da noção de espaço pelo estudante ocorre gradativamente e pressupõe o trabalho com as relações topológicas, projetivas e euclidianas, que perpassam todos os conteúdos de Geografia e são essenciais para a compreensão dos mapas e de outras formas de representação do espaço. Cabe à escola o papel de sistematizar e propiciar condições para que isso ocorra de forma contextualizada.

As relações topológicas são as primeiras noções espaciais que a criança estabelece; são relativas ao seu espaço de ação (mais próximo). A compreensão

dessas noções ocorre quando a criança consegue estabelecer relações entre os elementos observados no espaço e reproduzi-las no desenho.

As relações projetivas envolvem o referencial do observador, ou seja, a perspectiva. É a constatação de que a localização de elementos fixos pode ser diferente em relação à posição do observador.

As relações euclidianas são fundamentadas na noção de distância. Por meio delas, pode-se localizar um elemento do espaço em relação a outro, desde que se considere um sistema de medidas padrão (medidas de comprimento e largura na construção dos espaços).

Pressupõem a utilização de referenciais abstratos dos sistemas de coordenadas, tais como: distância, comprimento e superfície.

A sistematização da noção de espaço acontece em três níveis de compreensão: do vivido, do percebido e do concebido simultaneamente.

Outro importante conceito espacial é o de reversibilidade, que é a capacidade de considerar outros referenciais para localizar objetos e lugares. É a capacidade de perceber, por exemplo, que o Estado do Paraná está localizado ao sul do Estado de São Paulo e ao norte do Estado de Santa Catarina. Nesse caso, o referencial não é o próprio corpo do indivíduo, mas sim as direções cardeais (ALMEIDA, 1989).

São instrumentais básicos do saber geográfico os conteúdos/conceitos: localização, orientação, distribuição e representação dos fenômenos socionaturais, paisagem, lugar, região, limite, território, nação e fronteira, além da alfabetização cartográfica, que instrumentaliza o estudante para ser, em primeira instância, mapeador ativo (alguém que constrói seus mapas) e, a partir daí, leitor de mapas oficiais.

A Geografia exerce, na verdade, papel decisivo na formação do indivíduo para o exercício da cidadania. Ler e pensar o mundo, compreendendo que o ser humano e os demais elementos da natureza constituem, de maneira integrada, o espaço socialmente construído, transformado e organizado, é o papel da Geografia na constituição do saber escolar.

Tal tarefa só será realizada num ambiente escolar que se revista de uma atmosfera investigativa, em que se permita o diálogo e se exercite a reflexão sobre o conhecimento e as práticas sociais.

4.3.5.5 Ensino Religioso

A Lei n.º 9.475/97, apresenta no art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/9) ressalta a importância de se assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, veda qualquer forma de proselitismo e assegura ao estudante, o direito ao conhecimento do fenômeno religioso.

É de responsabilidade do Sistema de Ensino e das Secretarias Municipais da Educação habilitar e atualizar devidamente os professores.

É facultativa a frequência às aulas do Ensino Religioso, mas obrigatória à oferta por parte da escola no horário normal.

O Ensino Religioso, como área do conhecimento e parte integrante da Base Nacional Comum, deve ser trabalhado sistematicamente, articulado às demais áreas.

Tem objeto de estudo próprio, critérios e instrumentos de avaliação, metodologia, objetivos e conteúdos específicos.

O Ensino Religioso tem sua especificidade a decodificação ou a análise das manifestações do sagrado, possibilitando o conhecimento e a compreensão do **fenômeno religioso** como fato cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa, promovendo, assim, o respeito às diferenças no convívio social.

As tradições religiosas e místicas são fatos culturais e sociais que oferecem um vasto campo de investigação, permitindo ampliar a visão de mundo, compreender as manifestações do sagrado, enquanto transcendente/imanente, valorizar o conhecimento religioso como patrimônio da humanidade, construído ao longo da história de maneira bastante peculiar, em diferentes contextos geográficos e culturais.

O conhecimento religioso é o conjunto das respostas sistematizadas às questões fundamentais da vida humana. A construção e a socialização desse conhecimento na escola devem promover uma abertura ao diálogo inter-religioso, na perspectiva dos valores comuns a todas as tradições, tendo por base a alteridade e o direito à liberdade de consciência e opção religiosa.

A metodologia do Ensino Religioso deve permitir a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que professor e estudante juntos possam (re) significar o conhecimento.

Enfocando os conteúdos de forma progressiva, propiciando ao estudante a ampliação de sua visão de mundo, o exercício do diálogo inter-religioso e a valorização das diferentes expressões religiosas e místicas, a partir do seu contexto sócio-cultural.

O Ensino Religioso tem por objetivo propiciar o conhecimento sobre o fenômeno religioso, analisando e compreendendo as diferentes manifestações do sagrado, a partir da realidade sócio-cultural do educando. Contribuir com a construção da cidadania, promovendo o diálogo inter-religioso, o respeito às diferenças, a superação de preconceitos e o estabelecimento de relações democráticas e humanizadoras.

Cabe ao Ensino Religioso promover nos estudantes a percepção de que, mesmo nas diferenças, é possível uma convivência de qualidade. **Tradições religiosas, místicas e filosóficas** – Esse conteúdo aborda as diferentes tradições, seu papel, origem histórica, mudanças evolutivas no decorrer dos tempos, estrutura hierárquica, ação social, modo de ser, pensar e agir das pessoas, possibilidade de diálogo inter-religioso.

4.3.5.6 História

Privilegiar a compreensão dos processos das formações sociais e dos sujeitos históricos é superar um ensino de História que enfoca apenas a ação de personagens históricos; é perceber que a trama histórica não pode ser entendida a partir de ações individuais, mas concebida como construção com a participação de

todos os agentes sociais: individuais e coletivos. Nessa perspectiva, volta-se o olhar para sujeitos sociais, tais como homens e mulheres: idosos, jovens, e crianças.

Assim, tomam-se como objeto do ensino de História as formações sociais, bem como as relações sociais que nelas se estabelecem.

Formações sociais aqui compreendidas como as sociedades que se constroem historicamente, num processo dinâmico e contraditório. As relações sociais devem ser entendidas nas diferentes coletividades, percebidas as diferenças e semelhanças, conflitos e contradições, igualdades e desigualdades.

Para a “iniciação histórica”, é necessário que o professor propicie situações em que o estudante comece uma reflexão procurando explicar os “**comos**” e os “**porquês**” das mudanças que ocorrem nas diferentes coletividades, percebendo as diversidades e as similitudes.

Perceber essas diferenças e transformações é inerente ao trabalho do historiador. No entanto, esse olhar voltado às diferenças e transformações que ocorrem em diferentes contextos deverá estar presente na ação pedagógica, possibilitando ao estudante o exercício do raciocínio histórico (CABRINI, 1994).

Para que o estudante compreenda a História, o professor deve não só falar de situações do passado, mas promover a interpretação desse passado, a partir de um trabalho com documentos históricos.

A ação pedagógica deve promover no estudante a compreensão sobre a interlocução entre o acontecido e o narrado, levando-o à percepção de que quem escreve a história lança diversos olhares sobre um mesmo acontecimento, bem como de que os diferentes registros são fontes de informação do passado.

No processo de escolarização, é necessário que o professor oportunize situações para que o estudante comece a pensar historicamente. Isso significa pensar temporalmente, compreendendo e explicitando os critérios da periodização em História, estabelecendo relações de acontecimentos no tempo, tendo como referência a anterioridade, a posterioridade, a simultaneidade, permanências, mudanças, continuidades, descontinuidades e rupturas; saber buscar informações em diferentes documentos históricos, textos didáticos, manifestações artísticas e

folclóricas, depoimentos orais, entre outros, para ajudá-lo a refletir sobre o sentido da História; passar a usar os conceitos próprios dessa ciência; passar a construir narrativas explicativas.

Cabe ao professor ainda auxiliá-lo a compreender que a história está em constante transformação e que existem diferentes interpretações e explicações históricas. A escola deve iniciar um processo de reflexão para que os estudantes consigam perceber que as interpretações históricas são construídas a partir das evidências e que “está na natureza da História haver diversas versões do passado”, mas que, apesar disso, a História não é “apenas uma questão de opinião” (LEE, 2005, p. 1-2).

Para tanto, propõem-se eixos articuladores dos conteúdos: **cultura, identidade e cidadania**. Eixos cujos conceitos são criados e datados, constituem-se historicamente em meio a mudanças e permanências, em diferentes tempos e em diferentes espaços, portanto, possuem uma história.,

O conceito de **cultura** é aqui definido como um modo determinado de vida, um modo de pensar, de viver das pessoas. Mas cultura não é só isso, é também compartilhamento de significados, de sentidos, de valores, de comportamentos de determinado grupo social. A cultura é uma produção social e deve ser analisada em seu contexto histórico.

O conceito de **identidade** é aqui tomado na relação com o conceito de diversidade cultural, para que se possam compreender os diferentes sujeitos sociais, até então negligenciados pela historiografia tradicional. Assim, estudos sobre negros, índios, populações migrantes passam a ter uma dimensão de grande relevância nas abordagens historiográficas recentes, bem como nas reflexões históricas escolares.

Esse conceito é eixo articulador dos conteúdos, considerando-se sua historicidade, e privilegia questões como da: identidade individual, coletiva e étnica, identidade de classe e de gênero, identidade nacional.

O conceito de **cidadania** é definido a partir da idéia de que as pessoas não são cidadãos só com o nascimento, mas se tornam cidadãos no processo de

construção social. A formação da cidadania moderna caracterizou-se pela participação dos sujeitos na luta por garantias de direitos civis, políticos e sociais.

Apesar de os direitos estarem definidos constitucionalmente, existe uma distância entre esses direitos e a realidade social. Essa distância pode ser percebida: na ampliação do desemprego e subemprego; na precariedade de atendimento à saúde; na falta de oportunidade de escolarização nas diferentes instâncias educacionais; nos preconceitos, implícitos e explícitos, presentes nas relações étnicas, religiosas e de gênero.

Além disso, o conceito de cidadania deve ser entendido em sua historicidade, ou seja, conceito que se constrói historicamente, apresentando mudanças e permanências em diferentes contextos históricos.

O professor precisa, permanentemente complementar, pesquisar, propor outras reflexões, procurando enriquecer ao máximo as discussões em suas aulas.

4.3.5.7 Língua Portuguesa

O domínio da língua portuguesa, falada e escrita, é condição para as aprendizagens escolares e para a sobrevivência digna dos cidadãos em uma sociedade letrada e informatizada. É procedem profissionais da educação no sentido de oportunizar a aquisição da língua materna a todos os cidadãos não têm sido suficientes para a erradicação do analfabetismo e para o alfabetismo pleno.

Conforme SOARES (1995), há duas grandes dimensões no alfabetismo: a individual e a social. Na dimensão individual, compreende-se o alfabetismo como atributo pessoal, que se refere à posse individual de habilidades de leitura e de escrita. Na dimensão social, o alfabetismo é um fenômeno cultural, que se refere a um conjunto de atividades sociais que envolvem e demandam o uso da língua escrita.

Assim, analfabetismo é a incapacidade absoluta de ler e de escrever.

Entende-se alfabetização como o processo de aquisição da leitura e da escrita pela criança: é o “processo decifrativo do código na leitura e o processo composicional do código na escrita” (SOARES, 1998). E letramento como o

“resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2002).

Afirmar que uma pessoa está alfabetizada significa dizer que ela já se apropriou do funcionamento do sistema alfabético e de outros microaspectos da linguagem escrita.

Estar ou não alfabetizado traz implicações para o processo de aprendizagem escolar e social; disso depende, em primeira instância, a condição de letramento de um cidadão, cujo processo não tem um fim definido, pois acontecerá durante toda a vida e está relacionado a diferentes áreas do conhecimento.

O início do processo de alfabetização de uma pessoa também não pode ser precisado, pois a aquisição da linguagem escrita pela criança inicia antes mesmo de sua vida escolar.

Um cidadão está alfabetizado, portanto, e em processo de letramento, quando tem domínio de práticas sociais da escrita e da leitura e é capaz de utilizá-las como meios para fazer análises da realidade e nela intervir.

A prática didática é eminentemente sistematização do processo ensino-aprendizagem, e isso é imprescindível para o sucesso do estudante. Se em um dado momento foi entendido que bastava a criança ter contato com a escrita para que viesse a aprender a ler e escrever, hoje tem-se clareza de que essa aprendizagem só ocorre se estiver inserida em práticas sociais relevantes a um contexto espacial e temporal; se for dinamizada por interações verbais e escritas significativas; e se contemplar tanto o significado textual quanto as unidades menores da linguagem escrita que o compõem.

Isso quer dizer que tanto padrões enunciativos quanto padrões silábicos precisam ser sistematicamente abordados; que tanto o uso e composição de diferentes gêneros textuais em sala quanto a análise da aplicação e do que representam as unidades menores da linguagem escrita nesses textos precisam ser efetivados.

A leitura é uma das condições básicas para a formação da cidadania.

Por meio da leitura de diversos textos, constrói-se a compreensão de diferentes visões de mundo e de caminhos lingüísticos para a expressão de idéias, propósitos, sentimentos e fazeres. Quanto mais se lê, mais se desenvolve a capacidade interpretativa. Por essa razão, a prática de leitura na escola precisa ser priorizada diariamente.

Desde o processo de alfabetização, precisa-se desenvolver com os estudantes a noção de que ler não é apenas identificar sons, reconhecer palavras (decodificação) e ter domínio dos aspectos mecânicos da leitura: ritmo, fluência e entonação. Ler implica também perceber o que está explicitado, subentendido ou omitido em um texto e ainda processos de análise e de síntese, que levam à compreensão da intenção do autor e ao estabelecimento de relações entre diferentes formas expressivas e de visão de mundo.

Leitores autônomos e competentes são capazes de interagir com os textos: emitem opiniões, fazem questionamentos, revêem suas idéias e valores prévios, ampliam suas visões de mundo.

Em sala de aula, o trabalho com a leitura deve oportunizar ao estudante/praticante da leitura a interação com o lido/ouvido, isto é, a tomada de consciência do sentido do texto em um dado momento e situação, o que ocorre também em função de suas experiências sociais e lingüísticas anteriores.

É preciso que o estudante seja levado a testar e verificar suas hipóteses interpretativas, o que pode ocorrer por meio de leituras sucessivas, pela interação com seus pares e com adultos capazes de elaborar questionamentos instigantes, estimulantes e motivadores de busca por mais leituras.

Portanto, a interferência do professor é necessária para que aprendizagem de leitura se efetive e se construa como prática social consciente.

Para que a inserção no mundo escrito ocorra de maneira agradável, uma estratégia bastante produtiva é propiciar ao estudante a possibilidade de adentrar nesse território por meio da leitura literária.

É da competência de todos fazer da leitura uma atividade prazerosa, quer seja por meio da narrativa ficcional, quer seja pela poesia, gêneros literários que trazem, por sua natureza lúdica, estreita vinculação com o imaginário.

Ao ingressar na escola o estudante traz uma bagagem oral própria do grupo social no qual está inserido, que em momento algum deve ser ignorada. Não cabe à escola questionar se o falar deste estudante está correto ou não, o que cabe é ensinar-lhe a modalidade oral padrão e ajudá-lo a perceber que a fala deve ser adequada à situação e ao interlocutor. Nesse trabalho, o professor deve ter cuidado para não reforçar o preconceito lingüístico, respeitando os diferentes modos de falar.

Para que os estudantes percebam os diferentes falares, é necessário que o professor oportunize em sala de aula atividades que ampliem sua forma de expressão, principalmente em momentos que estejam em grupos, nos quais devem ouvir e falar.

Dessa maneira, eles podem (re)elaborar argumentos a partir de novas informações, construir conceitos, incorporar novas palavras e significados, compreender e avaliar o que ouvem e falam.

Conceber a linguagem como sistema de interação entre os seres humanos e reconhecer que sua apreensão se dá por meio de práticas sócio comunicativas traz algumas implicações importantes a serem observadas pela escola.

Partindo do trabalho com a idéia de representação, por meio da observação e análise de símbolos, logotipos e logomarcas, chega-se ao texto como um todo significativo constituído na forma escrita, a qual depende, na Língua Portuguesa, do alfabeto como conjunto de símbolos convencionados socialmente.

O trabalho com a idéia de representação é essencial para que a criança perceba que há convencionalidade nos símbolos¹³ como as cores e as formas, e que a organização do sistema gráfico é perpassada pela mesma lógica, pois grafemas são utilizados para que se possa ter o entendimento visual das palavras na língua escrita.

No que diz respeito à escrita, é preciso considerar que os encaminhamentos propostos devem ser sempre fundamentados em situações de uso carregadas de significado.

O processo de letramento é gradativo e implica habilidades de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos, como informar ou informar-se, interagir

com os outros, imergir no imaginário, seduzir ou induzir, divertir-se, para orientar-se, apoiar a memória.

Sendo o texto um portador de significado, partindo dele é que deverá iniciar-se um trabalho de análise da língua, pois ele possui todos os recursos gráficos significativos que devem ser analisados e sistematizados, começando pelo próprio código convencional da escrita.

A coesão, a coerência, as concordâncias e a consideração ao interlocutor e à situação são fundamentais para o processo de produção textual, porém não são apenas esses os aspectos que devem ser trabalhados, pois o código componente da linguagem verbal, na língua portuguesa, é alfabético e organizado em sílabas que compõem uma série de padrões.

A análise lingüística é o processo pelo qual se sistematizam normas gramaticais dentro de um contexto de uso referenciado. Por meio dela, os usuários da língua se apropriam da organização lingüística, sem necessariamente decorar regras isoladas da linguagem verbal, pois o processo prevê uma situação prévia de uso significativo dos elementos lingüísticos do texto analisado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sugerem o eixo USO-REFLEXÃO-USO como articulador da aquisição da língua, considerando a análise lingüística como a REFLEXÃO a respeito dos mecanismos da linguagem, que, advinda de uma situação de uso significativo, deve culminar em outra situação, reelaborada, também de uso significativo.

4.3.5.8 Matemática

Letrar-se matematicamente significa aprender a utilizar com compreensão as diferentes linguagens matemáticas, estabelecendo relações significativas entre elas e mobilizando conhecimentos na solução de problemas relacionados ao mundo do trabalho, da ciência, da vida cotidiana e escolar.

A realidade social, cada vez mais dinâmica e complexa, exige o desenvolvimento da autonomia intelectual de todos os cidadãos. O ensino e a aprendizagem da Matemática se evidenciam por seus aspectos intrínsecos

(relativos à obtenção de pré-requisitos, como técnicas e conhecimentos necessários à continuidade do estudo dentro da própria Matemática); utilitários (na vida cotidiana e profissional); e formativos (representações feitas pelo indivíduo, relacionadas com o seu desenvolvimento intelectual) (RODRIGUES, 1993), aspectos que se complementam na formação de cidadãos letrados.

A Matemática possui um papel relevante de investigação, interpretação e compreensão dos aspectos histórico, filosófico, social e cultural, articulando-se com todas as áreas do conhecimento, incluindo as questões sócio-ambientais. Nesse sentido, a aprendizagem em Matemática está relacionada à compreensão, ao estabelecimento de relações, ao aprender e produzir significados.

A construção do conhecimento lógico-matemático ocorre em situações que permitam ao aluno "...desenvolver ações, físicas ou mentais, e refletir sobre essas ações, descobrindo as propriedades lógico-matemáticas subjacentes à situação" (SCHLIEMANN et al., 1995, p. 115), as quais devem ser trabalhadas, inicialmente, por meio de materiais manipulativos. No entanto, não é a simples utilização do material que garantirá a abstração para a construção dos conceitos, mas a reflexão por parte do estudante sobre as situações com as quais se depara.

Em termos pedagógicos, a aprendizagem será tão ou mais eficaz quanto mais autênticas forem as situações propostas. Nesse processo, erros, dúvidas, impasses, lacunas de entendimento serão tão freqüentes quanto as descobertas, os acertos e o encontro de novas soluções.

Levando-se em consideração a relação de ensino-aprendizagem, segundo PINTO (2000), deve-se destacar a necessidade de um olhar multidimensional (psicogenético, pedagógico, cognitivo, epistemológico, didático e sociológico) relativo ao erro do estudante. O erro deve ser considerado como parte do processo de construção do conhecimento e como possibilitador de reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, e o professor, ao observá-lo, poderá fazer intervenções que levem o estudante à reconstrução de determinados conhecimentos. Portanto, não basta que o erro seja apontado. Ele deve ser investigado, discutido e tratado como uma verificação das hipóteses construídas pelos estudantes.

A Resolução de problemas possibilita que o estudante seja instigado a pensar sobre situações desafiadoras, desconhecidas e principalmente significativas, levantando hipóteses e elaborando estratégias de resolução, por meio de um processo de investigação, valendo-se de suas experiências e conhecimentos.

Na resolução de problemas a ênfase deve se dar sobre os procedimentos utilizados pelos estudantes, visando à construção dos conceitos matemáticos e não ao resultado final. O que implica em um domínio da linguagem matemática, que dá aos estudantes condições de argumentar e justificar os procedimentos utilizados.

Assim sendo, o foco do ensino da Matemática fundamenta-se na Investigação Matemática, a qual pressupõe uma atitude de autonomia, pois instiga o estudante a levantar hipóteses, analisar, relacionar as observações feitas com a representação matemática adequada, argumentar, verificar e interpretar resultados comunicando suas idéias com segurança.

Linguagens matemáticas

- Aritmética -estuda os números e as operações numéricas;
- Algébrica -generaliza a aritmética, introduzindo variáveis que representam os números;
- Geométrica -estuda o espaço e as figuras geométricas;
- Probabilística -estuda as hipóteses de ocorrência de acontecimentos – o previsível, o determinado e o que é impossível, possibilitando a descrição, a previsão, a contagem e a representação;
- Gráfica -é a representação de dados numéricos, por meio de gráficos, diagramas e tabelas;
- Lógica -é a ciência do raciocínio e da demonstração, que “...trata das formas de argumentação, das maneiras de encadear nosso raciocínio para justificar, a partir de fatos básicos, nossas conclusões” (MACHADO, 1994, p. 29).

Essas linguagens matemáticas possibilitam fazer análises qualitativas e/ou quantitativas. E é nessas análises que a Matemática possui um papel relevante de investigação, interpretação e compreensão dos aspectos histórico, filosófico, social e cultural, articulando-se com todas as áreas do conhecimento, incluindo as questões sócio ambientais.

Nesse sentido, a aprendizagem em Matemática está relacionada à compreensão, ao estabelecimento de relações, ao aprender e produzir significados.

4.3.6 Educação de jovens e adultos – EJA

A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade social, econômica, cultural e existencial dos estudantes, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Havia um profundo comprometimento do educador com os estudantes. Os analfabetos eram reconhecidos e conhecidos como homens e mulheres situados numa sociedade produtiva.

Paulo Freire criticou a educação chamada “bancária”, em que o educador apenas depositava conhecimentos e os estudantes os recebiam, e propôs uma ação educativa que fosse transformadora por meio do diálogo. Segundo FREIRE (1988), a leitura do mundo precede a leitura da palavra. O ato de ler se dá na experiência existencial. Primeiro, a leitura do pequeno mundo em que se vive; depois, a leitura da palavra, que, nem sempre, ao longo da escolarização, é a leitura da “palavra mundo”. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” do contexto vivido aumentam a capacidade de perceber e se fixam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão vai se dando na relação com os analfabetos, na relação desses com seus irmãos mais velhos e com seus pais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 alterou a concepção de Suplência, definindo a EJA como uma modalidade da Educação Básica. O parecer da Câmara de Educação Básica n.º 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE) reconceitua a EJA enfatizando a necessidade de se

criar um modelo pedagógico específico, que promova situações pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, reconhecendo e valorizando suas experiências de vida.

Amplia-se, assim, a EJA, que passa a iniciar pela alfabetização, garantindo o direito à educação plena, compreendendo diferenças que existem, aos olhos dos jovens e dos adultos, em conceitos de cidadania e de preparação para o trabalho.

A EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas, e sua ênfase não está mais centrada apenas nos conteúdos escolares, mas também na formalização de saberes trazidos das práticas sociais e experiências vividas.

MATRIZ CURRICULAR EJA – FASE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I				
ENSINO FUNDAMENTAL/EQUIVALÊNCIA	1º PERÍODO/EJA		2º PERÍODO/EJA	
	CICLO I		CICLO II	
UNIDADES TEMÁTICAS	UT-CH	UT-CH	UT-CH	UT-CH
LÍNGUA PORTUGUESA	I – 80h	II – 80h	III – 70h	IV – 70h
MATEMÁTICA	I – 80h	II – 80h	III – 70h	IV – 70h
HISTÓRIA		I – 60h	II – 40h	III – 50h
GEOGRAFIA		I – 60h	II – 40h	III – 50h
CIÊNCIAS	I – 50h	II – 50h	III – 40h	IV – 40h
ARTES	I – 20h	II – 20h	III – 20h	IV – 20h
EDUCAÇÃO FÍSICA		I – 20h		II – 20h
TOTAL GERAL POR PERÍODO	600 HORAS		600 HORAS	

As salas de aula da EJA são caracterizadas por estudantes que apresentam pluralidade de experiências de vida, demandas, necessidades e motivações heterogêneas, disparidade quanto à idade, aos níveis de construção do conhecimento escolar e às expectativas pessoais. No entanto, dominam um amplo e diversificado conhecimento, construído a partir de experiências do cotidiano.

Os estudantes da EJA, em sua maioria, são migrantes da zona rural, sem qualificação profissional para atuar no meio urbano. Ao procurar, na cidade, melhores condições de sobrevivência e qualidade de vida, recorrem à escola

noturna em busca da escolarização necessária para alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

A EJA Fase I tem características estruturais e funcionais flexíveis, tais como: a organização em dois períodos, correspondentes ao Ciclo I e ao Ciclo II do Ensino Fundamental; e a não-seriação, em que o estudante fica no período até que tenha o conhecimento necessário para avançar.

O compromisso efetivo do professor, e especialmente do que trabalha com a EJA, deve ser com a totalidade e pluralidade dos estudantes, compreendendo as ocorrências da prática educativa, assim como as participações e inter-relações nela existentes.

O professor, ao assumir uma turma de EJA, ensina e aprende em conjunto com os estudantes, desenvolve com eles a capacidade de refletir mediante sua prática pedagógica e, assim, envolve-os no aprendizado, fazendo-os refletir diante de sua própria aprendizagem, conscientizando-os e incentivando-os no processo de aprender.

Ele precisa saber quem são esses estudantes com os quais está interagindo e apoiá-los no processo de aprendizagem, identificando as diferenças de trajetórias caracterizadas pela singularidade, respeitando ritmos próprios, vibrando com suas conquistas e ajudando-os a enfrentar os desafios que o ensino de qualidade impõe.

Anualmente, são ofertados cursos de qualificação aos professores que atuam na EJA, como, por exemplo, cursos, oficinas, seminários e relatos de experiências, como também material didático próprio, objetivando a melhoria da qualidade de ensino e do entendimento coletivo dessa modalidade.

Entende-se assim que, no trabalho didático na EJA, deve-se concretizar uma educação reflexiva, que considere os conhecimentos e estratégias de pensamento que os estudantes desenvolvem na prática social, o que lhes permitirá uma participação ativa e consciente na sala de aula e na sociedade. Assim, o saber escolar tem como função ampliar a visão do estudante, através da transformação da experiência vivida em experiência compreendida, possibilitando a conquista da autonomia no agir e no pensar.

4.3.7 A Educação Especial e Inclusiva

4.3.7.1 Concepção de Educação Especial

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Atende às necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva, isto é, promover a integração e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos).

A Educação Especial tem como fundamentos básicos a igualdade e a diversidade. A igualdade de direitos na diversidade de condições necessárias ao desenvolvimento de todos os cidadãos.

Conforme a Resolução CNE/CEB n.º 02/2001, no seu art. 5.º, consideram-se estudantes com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; (dificuldades específicas, como a dislexia e disfunções correlatas. Problemas de atenção e de memória, problemas perceptivos, emocionais, cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, motores, comportamentais e ainda ecológicos, socioeconômicos, socioculturais, nutricionais e socioambientais);

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; (estudantes cegos e surdos, com condutas típicas, síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, e estudantes que apresentem caso grave de deficiência mental ou múltipla);

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais estudantes, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Especial, que se caracterizava por procurar atender os estudantes tradicionalmente excluídos dos ambientes regulares de ensino, está voltada para evitar toda forma de exclusão dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

As Classes Especiais no Ensino Fundamental estão baseadas legalmente na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. Para atuar nas Classes Especiais, o professor especializado em Educação Especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos específicos e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos também específicos, adequados a séries/ciclos/etapas da educação básica, para que o estudante tenha acesso ao currículo da base nacional comum.

A Deliberação n.º 02/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná diz respeito à criação, à organização e ao funcionamento das Classes Especiais.

A Classe Especial constitui-se em uma sala de aula nas escolas do Ensino Regular, assumindo o desafio de garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos. É organizada de forma a constituir ambiente próprio e adequado ao processo ensino-aprendizagem, distinguindo-se por oferecer atendimento de caráter transitório.

Os estudantes matriculados em escola de Ensino Regular que apresentam características e necessidades educativas diferenciadas são encaminhados à Classe Especial por meio da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional feita por profissionais especializados. Em nossa Escola possuímos duas Classes Especiais, uma no turno da manhã e outra no período da tarde. Os estudantes atendidos em Classe Especial, com idade variando de seis a dezoito anos, são aqueles que têm deficiência mental leve ou fazem parte de casos específicos com comprometimentos múltiplos, constatados e confirmados pela Equipe de Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional.

A Classe Especial tem o compromisso de educar com vistas à formação para a cidadania, que é viver numa sociedade democrática, na qual o homem é chamado a participar.

Partindo das dificuldades do estudante, as escolas têm sido orientadas na busca de métodos e técnicas (formas e condições) que favoreçam a aprendizagem cooperativa, enfrentando o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus estudantes com um novo olhar, agora voltado ao desenvolvimento global. Partindo desses pressupostos, as Classes Especiais têm, hoje, o objetivo primordial de assegurar a igualdade de oportunidade aos estudantes, de forma a promover a sua inserção gradativa nas classes comuns do Ensino Regular, de maneira efetiva.

Nas Classes Especiais, o plano de ensino segue uma proposta específica estabelecida pela SME, devendo ser individualizado, segundo uma práxis ativa, interativa e dialógica, valorizando o potencial e favorecendo o desenvolvimento da autonomia e independência de cada estudante.

Entende-se por autonomia a capacidade de executar tarefas por meio de estratégias estabelecidas; e por independência entende-se a capacidade de criar e gerenciar estratégias próprias para solução de situações do cotidiano.

De acordo com a legislação vigente – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, art. 23 e 24, Deliberação n.º 09/2001 e Instrução n.º 03/04 – o estudante retorna à classe comum do Ensino Regular após Exame Classificatório, que indica o desenvolvimento apresentado e as condições para o atendimento inclusivo.

Portanto, é fundamental que todo processo seja acompanhado pela escola e pela família, devendo os instrumentos utilizados serem arquivados e seus conteúdos lavrados em ata.

Para encaminhamento de estudantes com casos graves de deficiência mental ou múltipla e condutas típicas (estudantes com dificuldades de adaptação escolar diante das normas de convívio social, que tendem a prejudicar e, por vezes, inviabilizar as relações com seu professor e/ou com seus colegas e ainda com o processo ensino-aprendizagem), de síndromes e quadros psicológicos e/ou

psiquiátricos e neurológicos, também deverá ser assegurada avaliação realizada por equipe multiprofissional.

Assim o objetivo geral da Educação Especial, que se caracterizava por procurar atender os estudantes tradicionalmente excluídos dos ambientes regulares de ensino, está voltada para evitar toda forma de exclusão dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

4.3.7.2 Inclusão

A partir das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, a inclusão escolar é um processo que implica ensino ativo, dialógico e interativo, no qual o estudante é percebido a partir de suas relações e interações em diferentes grupos sociais.

A inclusão de estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais representa a revisão de paradigmas: envolve mudança radical das políticas e das práticas sociais, de valores e de convicções. Há a necessidade de romper preconceitos, estigmas e de compreender que todos podem aprender, se forem valorizados os diferentes estilos de aprendizagem, os atributos pessoais, metas, ritmos e necessidades comuns ou específicos dos estudantes.

Se por um lado todos os estudantes têm direito à convivência em ambientes regulares de ensino, por outro os estudantes com necessidades educacionais especiais, em geral, precisam de apoio pedagógico adicional, de materiais específicos, da aplicação de programas educativos e terapêuticos suplementares, da ajuda de professores especializados, de atendimentos paralelos em escolas especializadas e/ou apoio de pessoal externo.

Mas é preciso compreender que, para assegurar o direito à educação para todos, é necessário também atender casos excepcionais, para os quais se faz necessária a escolarização em escolas especializadas.

A Secretaria Municipal da Educação tem um compromisso social e educacional dos mais importantes: oferecer, gratuitamente, educação de qualidade para todos. Nesse compromisso, os processos inclusivos de toda ordem estão

implícitos, como também a compreensão de que o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais se dará nas classes regulares, sempre que possível. Além disso, os estudantes terão acesso a escolas ou serviços especializados, quando necessário.

Isso implica processos rigorosos de avaliação educacional e psicoeducacional para a tomada de decisão sobre o que é necessário em termos pedagógicos e/ou terapêuticos aos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. O critério básico dessas avaliações precisa ser a construção de situações pedagógicas que ofereçam mais benefícios de ordem individual e social aos estudantes.

Toda comunidade escolar, e não somente a professora ou professor, é responsável pelo ensino dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Professores e educadores são os principais responsáveis pela inclusão dos estudantes nas escolas, e suas práticas devem ser constantemente revistas, levando em consideração a individualidade e a coletividade.

A comunidade escolar precisa respaldar suas ações de busca por assessoramento e por contínua formação. O professor deve ser um observador, investigador e pesquisador e lançar mão de todas as práticas pedagógicas possíveis, a fim de diminuir preconceitos, estigmas e estereótipos que levem à discriminação daqueles que diferem dos padrões preestabelecidos pela sociedade, garantindo o direito de todos os estudantes, principalmente daqueles com necessidades educacionais especiais.

Uma estratégia fundamental para a implementação das políticas de inclusão em nível escolar é o desenvolvimento de uma Rede de Apoio: grupo de pessoas que se reúnem para debater, resolver problemas, trocar idéias, estudar novos métodos, estratégias e atividades para ajudar estudantes e professores. Essa é uma experiência que a nossa escola já vivencia, tendo crianças sendo acompanhadas por esse serviço, com representantes da direção, do setor pedagógico e professoras da Classe Especial.

Fica evidente a necessidade de conscientização das comunidades locais sobre o novo enfoque da educação, agora mais cooperativa, que constrói ações

mais efetivas, em que todos são capazes de contribuir para a realização da Educação Inclusiva, que se dá por meio de:

- garantia do ingresso e da permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular de maneira consciente e responsável;
- apoio pedagógico especializado;
- capacitação continuada aos profissionais;
- diminuição do número de estudantes em sala, quando necessário;
- convênios de cooperação técnica;
- intercâmbios pedagógicos e culturais entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino;
- parcerias com instituições e/ou escolas de educação especial;
- previsão e provisão de profissionais habilitados para atendimentos aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

A aprendizagem escolar na educação inclusiva se dá em função do currículo organizado para orientar os diversos níveis de ensino e as ações docentes. O currículo é a própria identidade da escola e se revela no tratamento dado por ela à diversidade cultural, cognitiva, social e emocional dos estudantes, na seleção e dosagem de conteúdos, atividades e procedimentos, e na configuração das metodologias e avaliações para atender às diferenças individuais dos estudantes.

Na Educação Infantil, as crianças recebem acompanhamento de equipe multidisciplinar, que analisa caso a caso para que elas possam ser inseridas nas escolas de Ensino Regular. Essa transição dos CMEIs e CEIs conveniados para as escolas é feita de forma gradativa e responsável, preparando os profissionais que receberão esses estudantes.

Além disso, nas unidades que ofertam Educação Infantil, são realizadas visitas periódicas com orientações às equipes de profissionais que atuam com crianças que apresentam necessidades educacionais especiais. Nos casos de gravidade maior, são feitos estudos respaldados em laudos clínicos e terapêuticos, buscando garantir condições ao pleno desenvolvimento conforme as potencialidades apresentadas, como, por exemplo, a articulação de parcerias

entre a unidade que oferta Educação Infantil e a instituição educacional especializada.

Também há ações com classes de Educação de Jovens e Adultos, as quais, atualmente, têm recebido um significativo número de estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais.

Há os egressos de classes e ou escolas especiais, os que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria e outros que não receberam atendimentos especializados necessários para seu desenvolvimento.

Essa situação tem diferenciado muito a clientela das classes de EJA, exigindo novas práticas pedagógicas, através de assessoramento aos professores e ao estabelecimento de ensino, bem como encaminhamento à Sala de Recursos, atendimentos especializados, oficinas de Educação Profissional, entre outros.

Adaptações curriculares: passo a passo

A partir das Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, verifica-se que a avaliação é processual, adequada a cada necessidade do estudante, a partir da definição do grupo de profissionais que acompanham seu desenvolvimento e aprendizagem. Para serem efetivadas, as adaptações curriculares aos estudantes com necessidades educacionais especiais seguem esse acompanhamento, em diferentes fases de trabalho:

Fase I - Diagnóstico dos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, por meio de avaliação inicial, análise de histórico escolar, relatórios de orientação, informações da família, avaliações das equipes multiprofissionais.

Fase II - O professor/educador observa e avalia os fatores que dificultam os processos de aprendizagem, realiza adaptações não específicas, com pouco grau de significância, por exemplo: mudanças em alguns conteúdos, diversificação de materiais, atividades alternativas, mudanças na organização especial e nos agrupamentos dos estudantes. Essa fase implica igualmente o estabelecimento de

colaboração em que devem se integrar o professor/educador de apoio e os outros professores/educadores do ciclo/nível freqüentado pelo estudante.

Fase III - Se as medidas adotadas não forem suficientes para o estudante poder acompanhar a programação comum, deve-se recorrer à incorporação das equipes de orientação psicopedagógica ao processo de colaboração iniciado na Fase II.

4.3.7.3 Educação das Relações Étnico-raciais e do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana

O Presidente do Conselho Nacional da Educação, tendo em visto o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “C”, da Lei no. 9131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais têm por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Educação Básica, trata-se de uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.

É preciso ter clareza que o Artigo 26A acrescido a Lei 9394/96 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da Educação oferecida pelas escolas.

4.4 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR (ENSINO DE NOVE ANOS)

A Escola Municipal Professor Francisco Hübert atende a Educação Básicas, nas etapas da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental com as seguintes especificações :

- Educação Infantil com oferta do Pré-Escolar para crianças na faixa etária de 4 a 5 anos;
- Ensino Fundamental com oferta de 5 anos iniciais organizados em 2 Ciclos, do 1º ao 5º ano, com implantação gradativa da nova nomenclatura do Ensino Fundamental, atendendo a Resolução 03/05

– CNE e adequação da idade de ingresso, a partir de 2.007 conforme segue:

- Ciclo I organizado em 3 anos – 1º, 2º e 3º ano – destinado aos educandos de 6 anos completos ou a completar até 1º de março do ano letivo em curso;
- Ciclo II organizado em 2 anos – 4º e 5º ano – destinado aos educandos que concluíram o Ciclo I ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

A oferta de 5 (cinco) anos do primeiro segmento do Ensino fundamental organizados em ciclos, vigente desde 1999, terá cessação gradativa a partir da Etapa Inicial em 2007, conforme quadro a seguir :

ORGANIZAÇÃO EM CICLOS		
ORGANIZAÇÃO ATUAL – 2006		
CICLO I	ETAPA INICIAL *	
	1ª ETAPA **	
	2ª ETAPA **	
CICLO II	1ª ETAPA **	
	2ª ETAPA **	
ANOS INICIAIS		
NOVA ORGANIZAÇÃO - A PARTIR DE 2007		
ANOS INICIAIS	CICLO I	1º ANO **
		2º ANO ***
		3º ANO ***
	CICLO II	4º ANO ***
		5º ANO ***

* Será extinta em 2007.

** Serão cessadas gradativamente ano a ano.

** Será implantado em 2007.

*** Serão implantados gradativamente ano a ano.

5 AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

5.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE

É uma proposta de trabalho educativa que tem como objetivos:

- Aprofundar os elos entre a escola e a comunidade;
- Oferecer a comunidade atualização e ampliação de seus

conhecimentos;

- Proporcionar a realização plena de urbanidade e cidadania;
- Elevar o nível de qualidade de vida da comunidade.

Nossa escola oferta os cursos de balet e capoeira.

O balet acontece as terças e quintas – feiras, e a capoeira nas segundas e quartas – feiras. São ofertados aos alunos da escola e aberto à comunidade. Este trabalho já acontece há três anos e tem boa repercussão na comunidade, integrando alunos da escola com crianças da comunidade que freqüentam outras instituições de ensino.

5.2 JUSTIÇA SE APRENDE NA ESCOLA

No ano de 2006, nossa escola foi contemplada para participar e desenvolver este projeto com os alunos da 2ª etapa do Ciclo II no turno da manhã.

O Projeto é desenvolvido pela Associação dos Magistrados Brasileiros através do Tribunal de Justiça do Estado e da Secretaria Municipal de Educação e se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades que possibilitarão aos professores e alunos, no processo educacional de ensino e aprendizagem, a elaboração de conceitos de ética, justiça e cidadania, subsidiando a formação do aluno na perspectiva do exercício de seus direitos e conscientização de seus deveres na sociedade.

5.3 FEIRA DO CONHECIMENTO

No intuito de agregar os projetos desenvolvidos ao longo do ano pelas turmas dos Ciclos I e II, a Feira do Conhecimento propõe uma Mostra de Trabalhos realizados por alunos e professores nas mais diversas áreas do conhecimento. Nos anos de 2003 à 2005 esta feira acontecia duas vezes no ano, ou seja, no final de cada semestre. A partir deste ano (2006), ela acontecerá somente no final do segundo semestre, pois após avaliações com o colegiado, sentiu-se a necessidade de alterar esse projeto, oportunizando maior tempo para o envolvimento com mais qualidade no trabalho dos alunos, professores e funcionários.

Desta forma este evento culmina, no final do 2º semestre, na integração das etapas, dos Ciclos, dos períodos, bem como da escola com a comunidade, demonstrando desta forma as áreas do conhecimento numa perspectiva de interdisciplinaridade dos conteúdos e metodologias.

A feira do conhecimento também proporciona uma correlação e uma integração entre os alunos desta Unidade Escolar.

5.4 FESTIVAL DE DANÇAS DO HUBERT

Este festival aconteceu pela primeira vez no final do 1º semestre neste ano de 2006. Seu objetivo é integrar os setores da escola através de um grande evento, envolvendo atividades rítmicas e expressivas, representando várias manifestações culturais através de expressão corporal, movimentos e ritmos diversificados, resgatando ou reinventando determinados brinquedos cantados, cantigas de roda, danças folclóricas, danças populares e danças criativas. As danças são trabalhadas pelas professoras de Educação física e Ensino da Arte no âmbito da criação e apresentação artística, sendo que o histórico, as influências e descendências dessas danças são trabalhadas pelas professoras regentes.

5.5 GINCANA

É o momento de comemorar a semana da criança de forma cooperativa e participativa, envolvendo todos os alunos, professores e funcionários da escola. Acontece sempre no mês de outubro e tem por princípio garantir a participação de todos os alunos em mais de uma prova da gincana, construindo assim o valor da participação, a valorização do colega e não apenas e somente o valor da “vitória”; Também visa garantir a construção de uma gincana comprometida com atividades prazerosas, desprendidas de preocupações conteudísticas, ou seja as provas não são os conteúdos contidos no planejamento e nem tem como objetivo acarretar a assimilação sistematizada de um conteúdo ou não.

Observa-se neste momento da gincana, que a participação dos alunos tem influencia no seu comportamento nos demais dias da semana, ou seja as crianças superam momentos de agressividade, impulsividade durante o recreio e atividades em sala de aula, pois se sentem parte integrante deste evento.

5.6 OFICINAS DA EJA

São realizadas com os alunos da EJA, no final de cada semestre no mesmo período de aulas sendo com:

- Artesanatos (crochê, tricô, tear, pintura em panos de prato...)
- Pessankas;
- Culinárias diversas;

Essas atividades são elaboradas e desenvolvidas pelos professores e alunos.

6 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação é um dos aspectos do ensino pelo qual os professores estudam e interpretam os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com

a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e emitir parecer.

A avaliação do aproveitamento escolar será contínua, permanente e mediadora na sua melhor forma, preponderando os aspectos qualitativos da aprendizagem.

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão embasados na proposta pedagógica da escola, obedecendo a ordenação e a seqüência do ensino e da aprendizagem, conforme orienta as Diretrizes Curriculares.

O registro do rendimento escolar será feito na documentação escolar oficial, onde os dados serão registrados partindo da ficha de acompanhamento.

A promoção ou progressão é a passagem do aluno de um ciclo/etapa a outra, após conclusão do ano letivo, atendendo ao que dispõe o Sistema de Avaliação da Escola, para isto é exigida a freqüência mínima de 75% (setenta e cinco) do total da carga horária letiva no ciclo.

A classificação é o procedimento pelo qual a escola posiciona o aluno em série ou ciclo/etapa compatível com a idade, experiência e desempenho adquiridos por meios formais ou informais.

É vedada a classificação para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental.

A classificação tem caráter pedagógico ,centrado na aprendizagem.

A reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de desenvolvimento e experiência do aluno, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independente do que registre o seu histórico Escolar.

Fica vedada a reclassificação para etapa inferior a anteriormente cursada.

A reclassificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem e exige medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, da escola e dos profissionais.

Adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades normais da série ou ciclo em que o aluno se matricular, para que possa seguir, com proveito, o novo currículo..

Para a efetivação do processo de adaptação, a equipe pedagógico-administrativo e os docentes da série ou ciclos envolvidos deverão comparar o currículo; especificar as adaptações a que o aluno estará sujeito; elaborar um plano próprio, flexível e adequado a cada caso.

A classificação dos alunos, entendida como procedimento que posiciona o aluno na etapa de estudos compatível com o seu desenvolvimento, acontecerá na Escola Municipal Professor Francisco Hübert, com ausência dos pais ou responsáveis, atendendo legislação vigente e de acordo com as seguintes especificações:

- a) por promoção: para alunos que cursaram com aproveitamento o Ciclo anterior, nesta escola;

- b) por transferência para alunos procedentes de outras escolas:
 - Do País: considerando sua classificação no sistema de 8 (oito) ou de 9 (nove) anos de duração, de acordo com critérios de adequação idade/ano/série ou ciclo escolar;
 - Do exterior:
 - ✓ Pela equivalência de estudos realizados na escola do país de origem, mediante apresentação de histórico escolar, conforme determina a legislação vigente. Neste caso a escola elaborará plano próprio, de adequação curricular, fundamentado na base nacional comum e proposta curricular desta escola. Ao final do processo de adaptação será elaborada ata dos resultados obtidos, sendo registrados no Histórico Escolar e Relatório Final;

- ✓ Por avaliação em todas as áreas do conhecimento, quando o aluno domina a língua portuguesa e não apresenta documentação escolar válida, conforme legislação vigente;
 - ✓ No ano compatível com sua idade, em qualquer época do ano, amparado por legislação específica, quando não amparado por legislação específica, quando não apresenta documentação válida e não domina a língua portuguesa. Neste caso, a escola elaborará plano próprio para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o prosseguimento dos estudos, em colaboração com a família ou responsáveis.
- c) independente de comprovação de escolarização, considerando a idade cronológica do aluno e mediante avaliação que defina seu grau de desenvolvimento e experiência. Quando o aluno não apresentar as competências acadêmicas e habilidades compatíveis com sua idade, a escola elaborará um Plano de Apoio Pedagógico específico para o caso;
- d) para os alunos que freqüentam Classe Especial e que após período de adaptação passam por avaliação em todas as áreas do conhecimento para serem integrados em turmas de Ensino Fundamental regular. Esse processo de Classificação será informado a SME por ofício, e ocorrerá no 1º semestre letivo.

Conforme legislação vigente, não serão realizados processos de classificação para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental.

A reclassificação, prevista no artigo 23, da Lei Nº 9394/96 – LDB, é um recurso que será utilizado por esta escola para encaminhar o aluno nela

matriculado ou o aluno recebido por transferência, quando recomendado em avaliação diagnóstica, após a anuência dos pais ou responsáveis, para uma etapa de estudos compatível com sua idade cronológica, experiência e desempenho, independente do que registre seu histórico escolar. A classificação ocorrerá mediante a avaliação do aluno em todas as áreas do conhecimento e o resultado do processo será devidamente documentado e encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para os procedimentos cabíveis.

O aluno só será reclassificado para etapa superior àquela em que está oficialmente classificado e nos casos em que comprovadamente apresente condições de prosseguir os estudos com êxito. A reclassificação ocorrerá preferencialmente no primeiro semestre.

Os alunos que apresentarem durante o processo ensino-aprendizagem superdotação/altas habilidades/talentos comprovados em avaliação realizada por profissionais habilitados para tal e já matriculados no Ensino Fundamental serão reclassificados atendendo legislação vigente e Diretrizes da Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais da SME.

As adaptações curriculares de grande porte são aquelas cuja implantação depende de decisões e ações técnico-políticoadministrativas, que extrapolam a área específica do professor/educador e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública.

A redução de vagas em classes regulares nas escolas que têm estudantes em processo de inclusão se dará mediante documentação que comprove as informações sobre o estudante, a qual será analisada por uma comissão formada pelos seguintes profissionais:

- 01 representante da SME;
- 01 representante da Equipe Pedagógica do Núcleo Regional ao qual pertence a escola;
- 01 representante do CMAE, quando o estudante for avaliado ou atendido no equipamento;
- o diretor da escola;

- o pedagogo do turno em que o estudante está matriculado na escola;
- o professor regente de turma para os casos de estudante dos Ciclos I e II, ou o professor representante de turma para os casos de estudantes de 5.^a a 8.^a série;
- 01 representante da instituição especializada que atende o estudante se for o caso.

A redução de vagas será efetivada após análise da comissão que tem a prerrogativa de indicar o número de estudantes reduzidos por turma, de acordo com a necessidade – de um a cinco por turma –, independentemente do número de estudantes com necessidades educacionais especiais. A decisão será referendada e lavrada em ata, a qual fará parte da documentação do estudante. A ata de redução deverá ser revista pela comissão a qualquer tempo, de acordo com a necessidade evidenciada.

É preciso observar que, estudantes com necessidades educacionais especiais diferentes, devem ser matriculados, preferencialmente em diferentes turmas.

7 PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

Para cumprir seu papel, socializando o conhecimento e investindo na qualidade do ensino, possibilita-se a discussão pedagógica em encontros anuais denominados de “**Semana de Estudos Pedagógicos**”. Esses encontros proporcionam debates e estudos entre professores, pedagogos e direção cuja pauta e´ direcionada à aquisição de novos conceitos e/ou novas posturas, numa realização das intervenções na realidade da escola.

A necessidade de autonomia, de solidariedade e de estímulo à participação num projeto comum e coletivo faz com que o corpo docente participe das atividades proporcionadas pela Rede Municipal de Ensino, tais como **Escola & Universidade**, executando projetos de ação pedagógica, na própria unidade escolar. Essa

execução de projetos nasce na própria realidade escolar, podendo com sua execução, de forma articulada, nas propostas capazes de levarem a escola a superar suas próprias dificuldades educacionais.

O acesso e a frequência a cursos programados pela mantenedora , garantidos visando uma formação mais atual e plena de todas as profissionais da escola.

Fazem parte do calendário e como forma de organização do trabalho escolar, duas reuniões no início de cada período letivo, contando com a presença de todos os componentes da unidade escola que visam uma unificação nas atividades a serem desenvolvidas, com o corpo docente.

Constam também em calendário, reuniões pedagógica administrativas, organizadas pelo setor pedagógico e pela direção da escola e que tem por objetivo refletir sobre a realidade escolar, num contexto que permita classificar a ação, retomando e reorganizando trabalho educativo.

8 GESTÃO ESCOLAR – ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE

8.1 CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, consultiva fiscal, que tem como principais atribuições estabelecer, acompanhar, avaliar e realimentar o projeto político-pedagógico .

É constituído por representantes de pais, professores, alunos e funcionários sendo:

- a) Diretor e/ou Vice-Diretor
- b) 01 pedagogo
- c) 02 representantes do corpo docente do turno da manhã;
- d) 02 representantes do corpo docente do turno da tarde;
- e) 01 representante do corpo docente do turno da noite;
- f) 01 auxiliar administrativo e/ou auxiliar de serviços escolares;
- g) 01 aluno representante da EJA;

- h) 02 representantes de pais do turno da manhã;
- i) 02 representantes de pais do turno da tarde;
- j) 01 pai representante da APPF;
- k) 02 membros representantes da comunidade ou Instituições Comunitárias.

A eleição do Conselho de Escola é feita a cada dois anos. Os representantes de professores, funcionários, pais e alunos da EJA, serão eleitos por seus pares, através de assembléias distintas, convocadas pelo diretor da escola.

A eleição dos membros do Conselho de Escola será lavrada em ata, registrada em livro próprio e com a assinatura de todos os participantes, devendo ser afixada em local visível para toda a comunidade escolar.

É importante ressaltar que:

- O Diretor e o Vice-diretor são membros natos do Conselho de Escola;
- Nenhum conselheiro é remunerado pela sua participação.

O Conselho Escolar se propõe a:

- Propiciar a mais ampla participação da comunidade, reconhecendo o seu direito e seu dever;
- Garantir a democracia plena da gestão financeira da unidade, naquilo em que ela tem autonomia em relação a receita e a despesa;
- Contribuir para a qualidade de ensino ministrado na unidade;
- Integrar todos os segmentos da unidade na discussão pedagógica e metodológica;
- Integrar a escola no contexto social, econômica e cultural em sua área de abrangência;
- Levar a unidade a interagir em todos os acontecimentos de relevância que ocorrerem ou que venham a ocorrer; e

- Ser uma das instâncias da construção da cidadania.

O Conselho de Escola delibera sobre:

As diretrizes a serem seguidas em metas a serem alcançadas na unidade;

- O investimento dos recursos existentes;
- Os programas que visem a integração escola – família – comunidade;
- As soluções para problemas administrativos e pedagógicos;
- Os projetos de atendimento integral do aluno.

8.2 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A Associação de Pais, Professores e Funcionários, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação de pais, professores e funcionários da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros.

A APPF faz com que pais, professores e funcionários pensem a escola em todas as suas abordagens, discutindo e esclarecendo visões diferenciadas, calcadas na vivência de cada grupo. Ao colocarem suas análises para discussão, propicia a interligação entre pontos de vista diferenciados que em essência , conseguem projetar a escola para os mais variados ganchos e organizações.

A escola oferece instalações capazes de abrigar os participantes desses eventos .

A Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários será composta por:

- I- Presidente – Pai ou mãe de aluno
- II- Vice- Presidente – Pai ou mãe de aluno
- III- 1º Secretário – Professor, Funcionário ou Pedagogo
- IV- 2º Secretário – Pai ou mãe de aluno
- V- 1º tesoureiro – Professor, Funcionário ou Pedagogo
- VI- 2º Tesoureiro – Pai ou mãe de aluno

VII- Conselho Deliberativo e Fiscal – formado por professores, funcionários, pedagogos e pais de alunos.

As eleições para Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal realizar-se-ão trianualmente, em Assembléia Geral Ordinária.

Compete à Associação de Pais, Professores e Funcionários:

*Discutir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico , sugerindo ao Conselho de Escola alterações que julgar necessário;

*Discutir e estabelecer ao Conselho de Escola, os critérios que orientarão a cessão das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos, observando para tanto, as orientações da SME.

A APPF, precisa ser registrada em cartório, bem como a ata em que consta a eleição da mesma.

8.3 GESTÃO DE RECURSOS

Os Recursos Financeiros que a Unidade Escolar possui são:

- Recursos do Programa de Descentralização da SME: seu objetivo é facilitar e agilizar as atividades da escola, assegurando os recursos necessários para a aquisição de material de consumo e contratação de serviços para reparos na Unidade Escolar, ou seja a escola tem autonomia para gerenciar seus gastos, de acordo com o manual de gastos desta verba orientado pelo NAF/SME. Este recurso é trimestral , calculado conforme definição do Manual do Programa. Sendo que sua aplicação passa pelo plano discutido com o Conselho de Escola e APPF.
- Recursos do Programa Dinheiro Direto para a Escola do FNDE: este recurso é o PDDE, do Governo Federal. É encaminhado para a escola anualmente para ser aplicado na aquisição de materiais de custeio e de capital. Sua aplicação também passa pela aprovação do Conselho de Escola e APPF.

- Recursos Próprios da APPF: é o recurso que faz parte das aquisições por conta da escola, ou seja, doações. A escola não faz arrecadações de taxas da APPF.

8.4 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é constituído por integrantes do corpo docente, da equipe pedagógica e de direção, tendo uma natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, todo ele fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e do Regimento Escolar.

Tem a responsabilidade coletiva de analisar as ações educacionais, indicando e buscando alternativas que garantam a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

Constitui assim um espaço de reflexão, onde todos são sujeitos do processo educativo, discutem alternativas, propõem ações eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas. Cabe ainda ao Conselho de Classe verificar se os objetivos, os conteúdos, os procedimentos metodológicos e as relações estabelecidas na ação pedagógica-educativa estão sendo cumpridas de maneira coerente ao proposto pela escola.

Ao relatar e analisar o encaminhamento metodológico e processo de avaliação, propondo encaminhamentos diferenciados, para melhoria do processo de aprendizagem que atendam as reais necessidades dos alunos, em consonância com a proposta pedagógica da escola, atuam com responsabilidade na decisão sobre os avanços ou não do educando.

Será realizado trimestralmente, em datas previstas em calendário escolar, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

As reuniões são lavradas em livro ata pelo(a) secretário(a) da escola como forma de registro e divulgação das decisões tomadas.

A participação em Conselho de Classe busca com que toda a comunidade escolar troque tanto informação como solução sobre o desempenho escolar seja ele individual, por etapa ou por ciclo. A troca de observações e medidas tem o fator

primordial de enriquecimento do processo escolar. No processo de discussão se desvelam os conflitos e as contradições que em ação conjuntas podem ser esclarecidas e superadas numa atitude coletiva.

Sendo assim, após analisar as informações e dados apresentados, a responsabilidade é a de intervir em tempo hábil no processo de ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno de forma diferenciada a apropriação dos conteúdos/habilidades/necessidades estabelecidas a ele.

8.5 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Equipe Multidisciplinar é formada pela equipe pedagógica – administrativa da escola, pelos professores que atuam com os alunos indicados para avaliação desta equipe e por representantes: do Núcleo Regional de Educação, da Secretaria Municipal da Educação e do Centro Municipal de Atendimento Especializado.

8.6 REDE DE PROTEÇÃO

Tem por missão mobilizar as pessoas a fim de garantir a proteção de grupos de risco para a violência, promovendo a interação e a integração entre os diversos órgãos que compõem a Rede de Proteção, visando a socialização e a articulação dos recursos locais objetivando a melhoria da qualidade de vida destes grupos de riscos.

Estratégias:

- Priorizar o trabalho de rede:
- Definição clara da abrangência de atuação (papel) de cada órgão, serviço de cada profissional:
- Promover ações preventivas por meio de palestras , visitas domiciliares, encontros e outros;

- Apresentação e disponibilização dos serviços e programas de cada órgão, secretarias e outros serviços da comunidade que participam da Rede de Proteção;
- Promover a discussão dos casos;
- Definir os encaminhamentos e procedimentos;
- Articular formas de acompanhamento;
- Organizar reuniões;
- Discutir permanentemente os valores do grupo;
- Eleger entre os seus membros um responsável pela articulação no período máximo de 1(um) ano, estabelecendo-se a forma de rodízio entre os participantes;

Objetivos:

- Articular a participação efetiva das diversas instituições que atendem crianças e adolescente, na comunidade;
- Buscar alternativas que melhorem a qualidade de vida das crianças, adolescentes, mulheres e idosos da comunidade, principalmente as pessoas em situação de risco para a violência;

Atribuições:

- Notificar, discutir e acompanhar todos os casos;
- Garantir o fluxo de atendimento da Rede de Proteção à criança ao adolescente e família;
- Estar em contato direto com a comunidade, procurando conhecê-la para poder analisar e avaliar as situações de risco apresentadas;
- Buscar alternativas de soluções na própria comunidade;
- promover ações preventivas;
- Divulgar constantemente a Rede de Proteção, em todos os órgãos e unidades de atendimentos para todos os funcionários;
- Conforme demanda da comunidade, levantar propostas de serviços, projetos, etc.;
- Montar um plano de ação e avaliação para a Rede local;
- Oportunizar momentos de estudo, reflexão e troca de experiências;

- Articular as ações coletivas.

Composição:

- Secretaria Municipal da Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Fundação de Ação Social – FAS
- SEED (Secretaria Estadual da Educação)
- Hospitais
- Universidades
- Outros conselhos
- Terceiro setor privado

8.7 FICA - FICHA DE COMUNICAÇÃO DO ALUNO AUSENTE

Na preocupação de encaminhar situações do cotidiano que impedem ao educando um melhor aproveitamento escolar, esta Instituição de Ensino assume o trabalho com o Projeto **Abrace (Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola)**, que tem como objetivo não somente garantir o constitucional direito de acesso e permanência do educando na escola, mas de assegurar o sucesso do seu aprendizado, por meio de uma educação de qualidade em todos os aspectos que o tornam cidadão, assistido pela Constituição Federal.

Dessa forma, a Escola notifica por meio do instrumento do Projeto Abrace que é a **Fica (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente)** as faltas dos educandos, após todo o processo ser encaminhado: apontamento do professor sobre a ausência do aluno no período de cinco dias letivos ou sete alternados no período de um mês, o levantamento das faltas realizado pela Secretaria e Setor Pedagógico, o contato e aconselhamento feitos à família sobre os agravantes pedagógicos, em relação ao educando, bem como os agravantes judiciais, em relação à família que a evasão escolar pode causar, realizado no prazo de cinco dias e a própria notificação.

Todos são co-responsáveis pelo sucesso do educando, seu desenvolvimento pessoal e social. Sendo a escola uma extensão da sociedade, necessita colocar-se

parceira com outras instituições para o compromisso de uma educação de qualidade e participe ativamente das ações necessárias para que isso ocorra.

Assim é que a Fica se constitui em um mecanismo colocado à disposição da sociedade, com o objetivo de tornar efetivo o direito fundamental à educação viabilizando, dessa forma, o pleno exercício da cidadania e a esperança de um futuro melhor. (Cartilha do Projeto Abrece, 2004)

9 REGIME ESCOLAR

O calendário escolar é elaborado anualmente por todos os segmentos da comunidade escolar, sendo aprovado pelo conselho de Escola.

Este calendário escolar consta de 200 dias letivos ou 800 horas anuais de direito do aluno.

Fazem parte do calendário e como forma de organização do trabalho escola, duas reuniões no início de cada período letivo, contando com a presença de todos os componentes da Unidade Escolar que visam uma unificação nas atividades a serem desenvolvidas, com o corpo docente.

Constam também em calendário, reuniões pedagógica administrativas, organizadas pelo setor pedagógico e pela direção da escola e que tem por objetivo refletir sobre a realidade escolar, num contexto que permita classificar a ação, retomando e reorganizando trabalho educativo.

A Escola Municipal Professor Francisco Hübert atende sua clientela no período da manhã das 7:30 às 11:30; no período da tarde das 13:00 às 17:00 e no período da noite das 18:00 às 22:00.

Para os alunos de final de ciclo é ofertado o Projeto de reforço no mesmo turno e em turno contrário com professora específica para essa área.

O número de turmas em relação ao número de professores está de acordo com a Portaria Municipal N° 26/05.

10 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A sociedade brasileira já reconhece hoje a importância de Educação como um dos fatores básicos para solucionar os desafios da desigualdade social, econômica e cultural em um mundo caracterizado pela velocidade das transformações na economia e na tecnologia. O desenvolvimento de pessoal qualificado e empreendedor, bem como o sucesso das políticas de desenvolvimento econômico, tecnológico e social depende da qualidade da educação em todos os níveis.

Para a escola desempenhar o papel que a sociedade espera dela, enfatiza-se hoje os princípios da autonomia. É essa autonomia que permite à escola afirmar a sua singularidade e concretizar sua auto-gestão. Assim ela deve estar preparada para a transferência do poder de decisão do Estado para a comunidade escolar, deixando aos órgãos da administração central o papel da avaliação e assessoramento.

A avaliação institucional, interna e externa é uma maneira de estimular a melhoria do desempenho e evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais. O aspecto marcante da avaliação institucional é a preocupação com a finalidade das ações educativas da escola, em particular as relativas ao ensinar e aprender.

Deve ser um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola – pedagógicos e administrativos – reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

A avaliação deve ser entendida com:

- Um processo contínuo de aperfeiçoamento do ensino;
- Uma ferramenta para o planejamento e gestão compartilhada da escola;
- Um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isto quer dizer, acompanhar mais de perto, aumentando as interações entre a equipe, para aprimorar as ações da escola como um todo.

11 PARCERIAS

11.1 FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO – TELECURSO 2000

De acordo com as necessidades organizacionais deste Estabelecimento de Ensino, a Direção no intuito de rever os conceitos de Educação de qualidade, buscou junto à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba uma alternativa de transformar a oferta da modalidade de Ensino de 5ª à 8ª séries, anteriormente ofertada pela parceria Estado do Paraná e Município de Curitiba.

A Secretaria de Educação na finalidade de atender a solicitação feita por esta Escola colocou a possibilidade de dispor uma modalidade com características diferentes ao que vinha sendo oferecido à comunidade, bem como da modalidade proposta pela Escola, que seria o Telecurso 2000, parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Desde 2004, esta parceria vem somando esforços para a promoção de uma Educação de Qualidade. A iniciativa oferece uma nova oportunidade de concluir os estudos básicos, que utiliza os conhecimentos que o aluno já possui para incorporar novos e transferi-los para seu cotidiano. Desse modo, é possível desenvolver os conteúdos do programa do curso, bem como as habilidades básicas, as questões de cidadania e a capacidade empreendedora de cada um.

Os alunos ao final do curso prestam exames para obter certificado junto à Secretaria Estadual de Educação.

A princípio, quando se fala em aulas pelo Telecurso 2000 subentende-se que a modalidade oferece somente aulas televisionadas e sem a intervenção de um professor fazendo a mediação conteúdo aluno, mas a Secretaria de Educação

deixou claro que com o intermédio de um professor, as vídeo-aulas seriam um embasamento para a complementação dos conteúdos desenvolvidos.

Nos últimos três anos, houve um aumento significativo de estudantes freqüentando essas telessalas, nas quais o professor desenvolve seu trabalho através de fitas de vídeo, aulas expositivas com pesquisas sobre o assunto em questão pelo professor e acompanhamento da disciplina através de apostilas, quando há, pelos alunos.

Para esta Instituição de Ensino, considerou-se, por parte da Equipe Gestora, que esse seria o melhor caminho a ser seguido, visto que a modalidade do Telecurso 2000 viria a satisfazer necessidades da comunidade escolar, uma vez que preocupava-se em transformar a oferta de ensino, numa modalidade que favorecesse o que é a real essência da educação: qualidade.

Assim, sabe-se que além de conteúdos, a comunidade da Escola Municipal Professor Francisco Hübert, precisa do trabalho social e humano para permanecer alicerçada nos objetivos de uma educação de qualidade, que é possível também por meio desta parceria.

12 REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- BIGGE, Morris. **Teorias da aprendizagem para professores**. São Paulo: EPU, 1977.
- BICUDO, Maria. et. al. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: Unimep, 1997.
- BRANDÃO, Zaia. **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CASTRO, Amélia. et. al. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- DELIBERAÇÃO Nº 007/99 – Conselho Estadual de Educação – Normas gerais para a Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos do Sistema Estadual de Ensino.
- DELIBERAÇÃO Nº 14/99 – e Indicação Nº 004/99 – Conselho Estadual de Educação – Indicadores para a elaboração da Proposta Pedagógica dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica em suas diferentes modalidades.
- DELIBERAÇÃO Nº 09/01 – Conselho Estadual de Educação – Sobre matrícula e demais procedimentos quanto a regularização de vida escolar.
- DELIBERAÇÃO Nº 02/05 – Conselho Estadual de Educação – Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná.
- DELIBERAÇÃO Nº 03/06 – Conselho Estadual de Educação – Normas para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos de duração no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- ENS, Romilda. Significados da pesquisa segundo alunos e professores de um curso de pedagogia 2006. (Tese de doutorado- PUC-SP). Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, São Paulo, 2006. 139f.
- FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis,RJ: vozes, 2004.

LEI FEDERAL Nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI FEDERAL Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Ed. Revista e ampliada-Goiânia: Alternativa,2004.

LIMA, E. **Ciclos de formação em educação**: uma reorganização do tempo escolar. São Paulo: Sobradinho, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONDES, Maria Inês. **Currículo de formação de professores e prática reflexiva**: possibilidades e limitações. In: CANDAU, V. M. (org) **Cultura, linguagem e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MELLO, Guiomar. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 2000.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**.São Paulo. Ática,2004.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. A construção do projeto pedagógico na escola de 1º grau. In: AMOROSO, Maria Cristina, et. al. A construção do projeto de ensino e a avaliação. São Paulo: FDE. Diretoria Técnica. 1990.

RESOLUÇÃO do CNE que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e sobre a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos.

RESOLUÇÃO do CNE que tratam das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

RESOLUÇÃO do CNE que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial.

RESOLUÇÃO do CNE que trata da Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Projeto de implantação da rede municipal de ensino de Curitiba.** 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba,** Volume 1. 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba,** Volume 2. 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba,** Volume 3. 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba,** Volume 4. 2006.

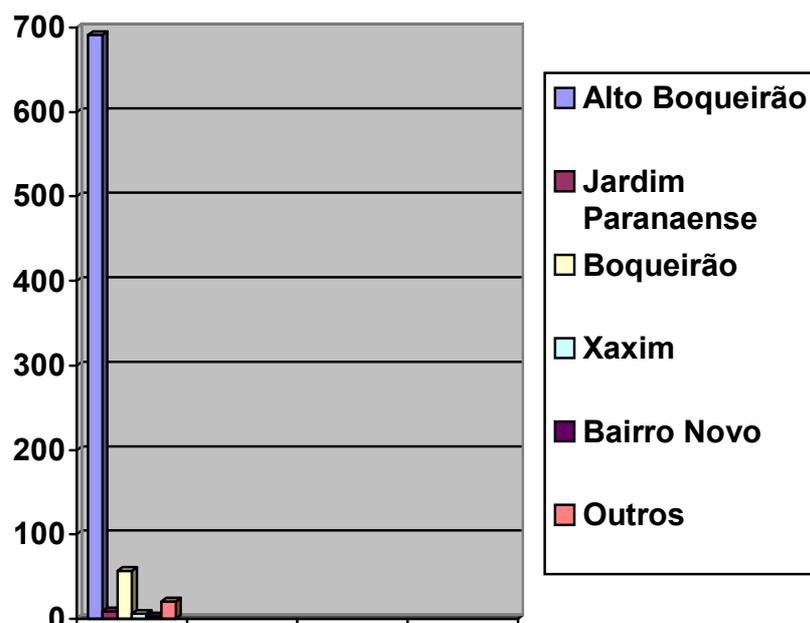
THURLER, Monica. **Quais as competências para operar em ciclos de aprendizagem plurianuais?** Disponível em: http://www.seduc.mt.gov.Br/ensino_fundamentaoquepais.htm acesso em: 06/03/04.

VEIGA, Ilma. **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 2000.

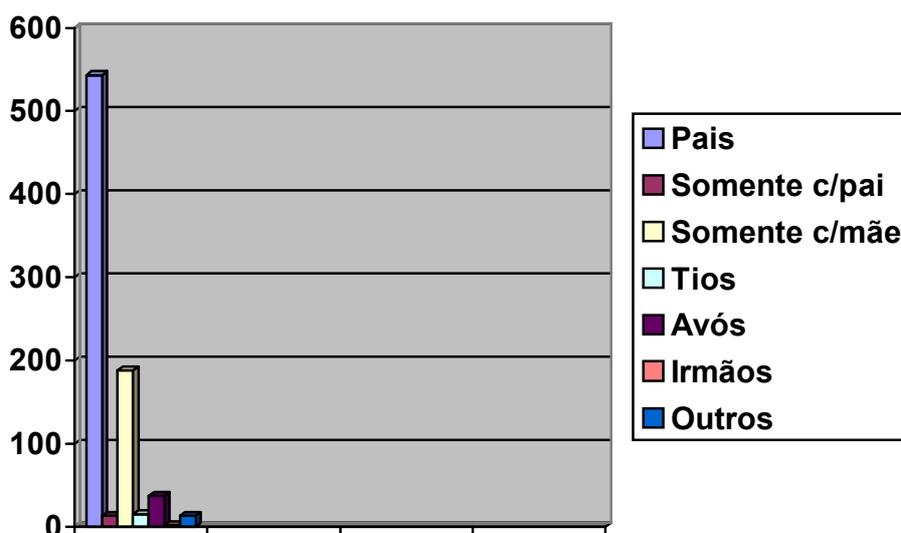
ANEXOS

GRÁFICOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO

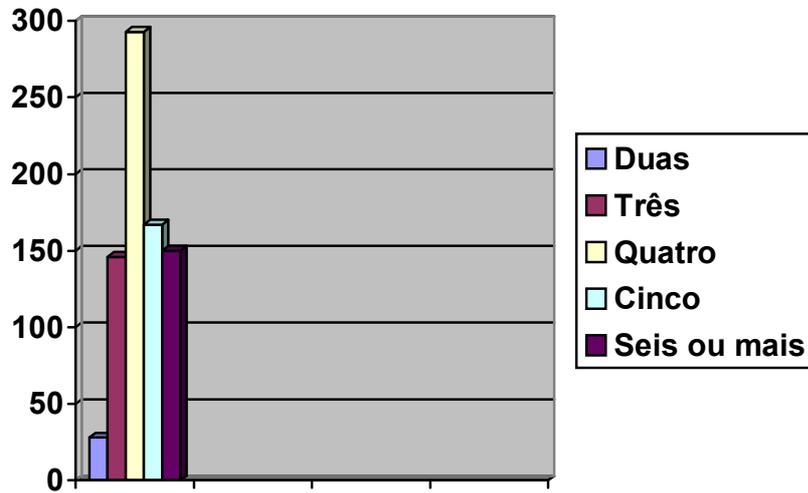
- Bairro onde o aluno mora



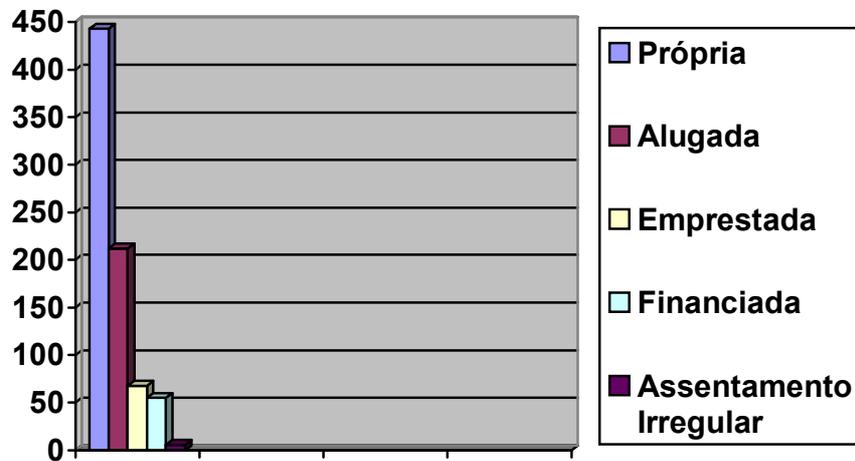
- O aluno mora com



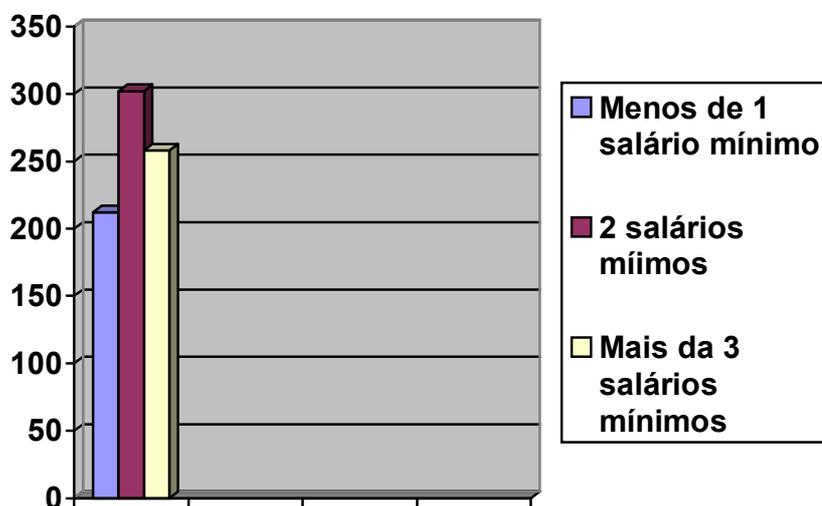
• Quantas pessoas moram na casa



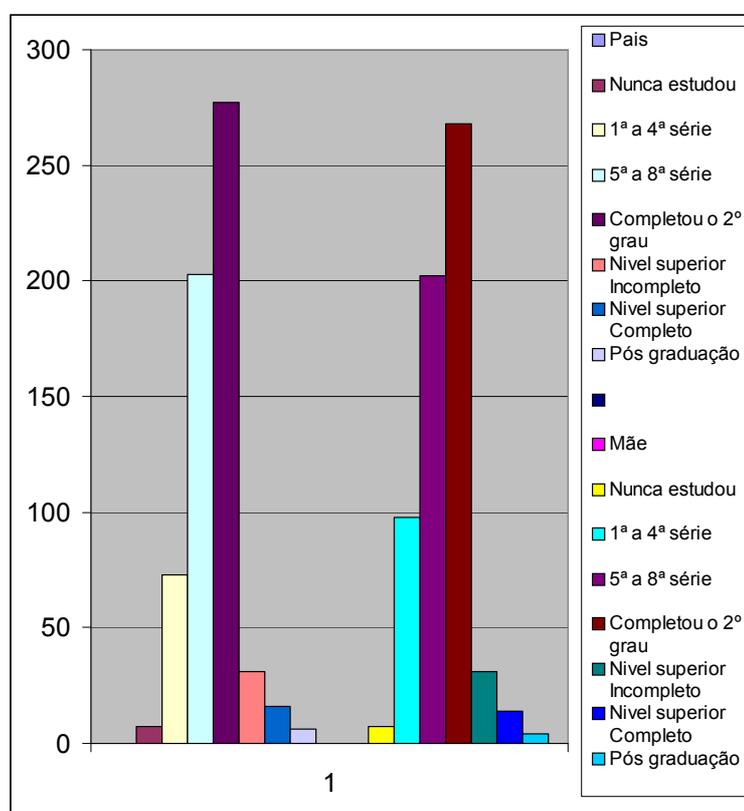
• Mora em casa



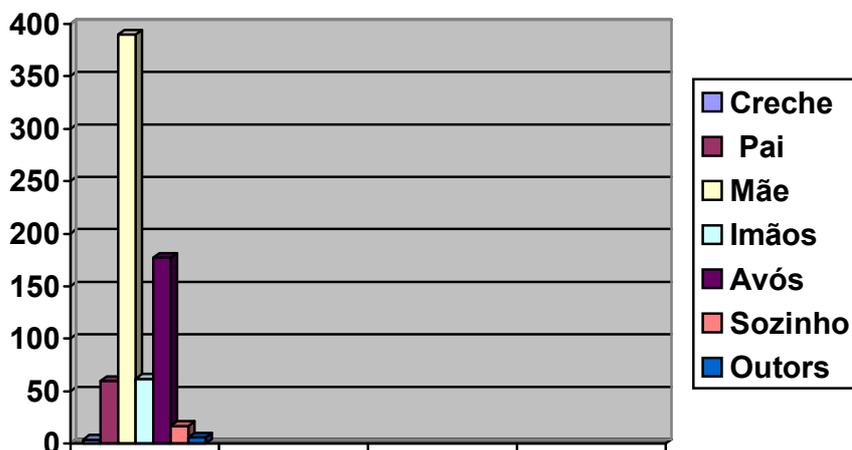
- Renda familiar



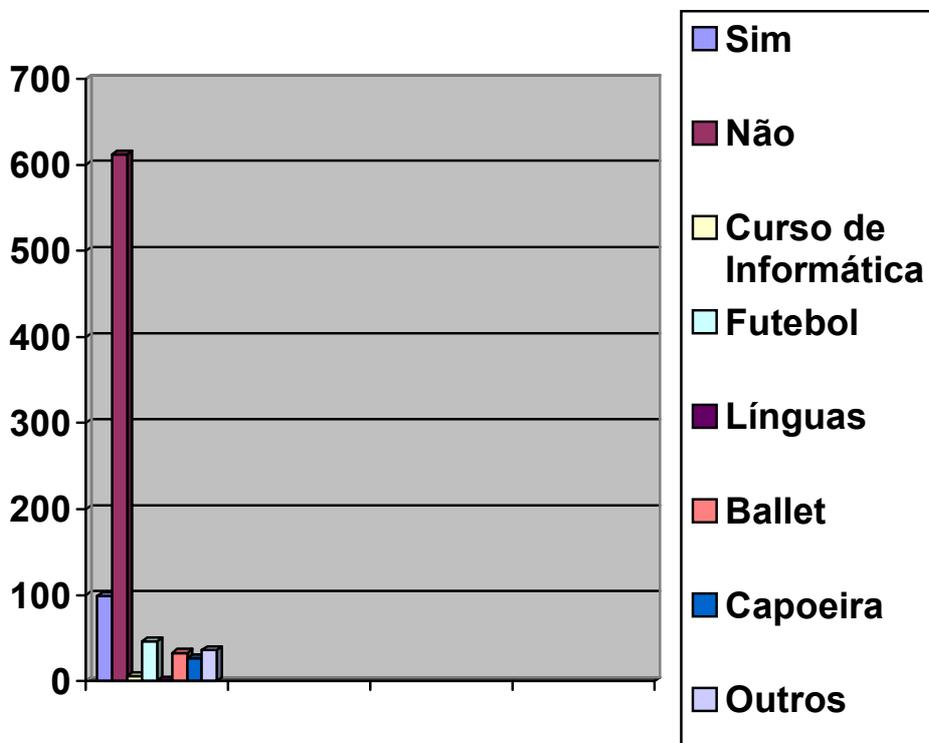
- Escolaridade dos Pais



- No período em que seu filho/a não está na escola fica aos cuidados de:



- Alem da Escola Municipal Francisco Hübert seu filho/a freqüenta outros estabelecimentos de ensino:



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO HÜBERT- ENSINO FUNDAMENTAL



**PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS
TURNO DA MANHÃ**

N	MATR.	<u>NOME DA PROFESSORA</u>	FUNÇÃO	TURNO	TEMPO NA ESCOLA
01	34429	DENISE MAMBERG MAURICIO DE OLIVEIRA	REG.CII --2ª ET.	M	9 anos
02	34480	ELI BRAUNE	REG.C I – 1ª ET.	M	25 anos
03	35079	ROSA MARIA WRUBEL CAPUDI	CO-REGENTE	M	21 anos
04	35208	MALBA DE MEDEIROS LEITE	REG.C I – ET.IN.	M	22 anos
05	35238	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	CO-REGENTE	M	21 anos
06	35294	VILMA MARIA LEPINSKI PRESTES	REG.C I – ET.IN.	M	21 anos
07	35493	MERCEDES MARIA HOFFMANN TRAIN	ENS. RELIGIOSO	M	21 anos
08	36141	MARIA INEZ KIERSKI MOTTA	REG.C I – 2ª ET.	M	19 anos
09	36302	BERNADETE DE MORAES F.DA ROCHA	REG.C I – 2ª ET.	M	15 anos
10	37363	LUCIA ANGELICA PRIX PIO DE LISBOA E SILVA	REG.C I -- 2ª ET.	M	18 anos
11	37720	ZENILDA APARECIDA KOVALSKI FILIPI	REG.C II – 1ª ET.	M	03 anos
12	72730	DOROTI RODRIGUES DE BRITO F. DA ROCHA	CO-REGENTE	M	08 meses
13	38413	MARIA JOSÉ PEREIRA SCHIMMELPFENG	REG.C II – 2ª ET.	M	16 anos
14	38621	DALVA AURORA GOMES FREIRE	REG.C I - 1ª ET.	M	16 anos
15	38969	KATINE HELLEN LAIN ASSIS	ENS. RELIG.	M	13 anos
16	74535	ROSANE DE LIMA	REG.CII -1ª ET.	M	08 meses
17	39954	LINDAMAR EUSEBIO DOS SANTOS	CO-REGENTE	M	15 anos
18	54958	EDILENE ALVES DE ANDRADE	REG.C II-2ª ET.	M	02 anos
19	132133	ANA MARIA PEREIRA	ED. FÍSICA	M	03 anos
20	65890	LUCIMAR GISELE RODRIGUES	INFORMÁTICA	M	05 anos
21	70728	MARIA ANTONIA MENDES BRETAS	REG.C I-ET.INI.	M	26 anos
22	73317	MARIA APARECIDA PACHECO	REG.C I-ET.INI.	M	03 anos
23	73412	JANINE APARECIDA COSTA MARTINS LOPES	ARTES	M	05 anos
24	74335	ROSELI APARECIDA MOREIRA	REG. C I -1ª ET.	M	09 anos
25	87350	IRACI DE ARAÚJO BANDEIRA	REG. C I - 1ª ET.	M	14 anos
26	78894	LILIAN DE FATIMA TORRENS	ARTES	M	09 anos
27	57535	TANIA REGINA DA ROCHA MARTINS	REG.C I – 2ª ET.	M	02 anos
28	33279	DULCINÉIA PIRES ZUCYSYN	ARTES	M	01 ano
29	126428	FÁTIMA APARECIDA DE LIMA MARINELO	REG.C II- 1ª ET.	M	08 meses

CLASSE ESPECIAL

01	35187	ESTELA REGINA M. NIQUELE	CLASSE ESP	M	22 anos
----	-------	--------------------------	------------	---	---------

EDUCAÇÃO FÍSICA

01	37955	ELICEIA SCHEMLY	ED. FÍSICA	M	02 anos
02	57392	MARIA LUCIANA RAMOS LEONARDI	ED. FÍSICA	M	
03	115647	ELISANGELA MARIA DA SILVA	ED. FISICA	M	02 meses

SUPORTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

01	4353	EGLEA MARIA DO AMARAL SILVA	PEDAGOGA	M	02 anos
02	34135	ZULMA JOANITA ONZI RAMOS	PEDAGOGA	M	27 anos
03	34942	MARIA GORETI BONATO MURARO (RIT)	PEDAGOGA	M	06 meses
04	33284	LORELEY DE FREITAS MELO GOULART (RIT)	PEDAGOGA	M	03 meses

TURNO DA TARDE

Nº	MATR	NOME DA PROFESSORA	FUNÇÃO	TURNO	TEMPO NA ESCOLA
01	2684	DENISE MAMBERG MAURICIO DE OLIVEIRA	REG.C II – 2ª ET.	T	08 anos
02	87350	IRACI DE ARAÚJO BANDEIRA(RIT)	CO-REGENTE	T	13 anos
03	52910	ELENICE MARQUES M. F. DOS SANTOS	REG.C I – 1ª ET.	T	04 anos
04	32147	URSULINA SILVA COSTA	ED. FÍSICA	T	02 anos
05	77309	ROSELIS FRANCIS BORMMAN	ARTES	T	01 ano
06	32279	CRISTIANI KUFKI KLAIS	REG.C II – 1ª ET.	T	02 anos
07	30456	FATIMA APARECIDA DE LIMA MARINELO	REG.C I – 2ª ET.	T	01 ano
08	34723	ELOINA DA SILVA SENS	REG.C II - 2ª ET.	T	23 anos
09	39420	BERNADETE DE MORAES F DA ROCHA	REG.C I – 2ª ET.	T	14 anos
10	39971	KATINE HELLEN LAIN ASSIS	REG.C II -1ª ET.	T	13 anos
11	40089	CRISTIANE ANDREA MACIEL	REG.C I - 2ª ET.	T	02 anos
12	32984	NEIDE PEREIRA DE ANDRADE	CO-REGENTE	T	01 ano
13	52884	ELIZANGELA ZANSAVIO	REG.C II -1ª ET.	T	04 anos
14	52894	DANIELA CRISTINA IGESKI STENCEL	REG.C I- ET.INI.	T	03 anos
15	53214	ANA MARIA PEREIRA	ENS.RELIG.	T	03 anos
16	53341	BENEDITA DE JESUS CZMOLA	REG.C I –ET.INI.	T	04 anos
17	33279	DULCINEIA PIRES ZUCYSYN	REG.C I – 1ª ET.	T	01 ano
18	56032	ZENILDA APARECIDA KOVALSKI FILIPI	CO-REGENTE	T	03 anos
19	56977	ELIANE MARIA VITKOVSKI	REG.C I-ET.INI.	T	03 anos
20	56989	EDILENE ALVES DE ANDRADE	REG.C II – 2ª ET.	T	02 anos
21	57086	LIDIA OLIVEIRA DE SOUZA BARBERO	REG.C I – 2ª ET.	T	03 anos
22	73105	ELAINE BORGES RUFINO DALLA VILLA	REG.C I - 1ª ET.	T	10 anos
23	74152	ARLETE LISBOA BONAROWSKI DALLAGASSA	ARTES	T	12 anos
24	74638	JANINE APARECIDA COSTA MARTINS LOPES	ARTES	T	07 anos
25	4638	CLEUSA SOUZA DE SAMPAIO	REG.C II – 2ª ET.	T	25 anos
26	87118	MALBA DE MEDEIROS LEITE	REG.C I – 1ª ET.	T	16 anos
27	37955	ELICEIA SCHEMLY (RIT)	INFORMÁTICA	T	03 anos
28	35493	MERCEDES MARIA HOFFMANN TRAIN (RIT)	ENS. RELIG.	T	20 anos
29	75398	DOLORES FERREIR DE LIMA (RIT)	ARTES	T	02 meses

CLASSE ESPECIAL

01	31719	TAIS REJANE FOLLADOR CAMARGO	CLASSE ESP	T	08 meses
----	-------	------------------------------	------------	---	----------

EDUCAÇÃO FÍSICA

01	109449	ANDREIA CRISTINA DA SILVA	ED. FÍSICA	T	08 meses
02	56056	MARIA LUCIANA DOS REIS RAMOS LEONARDI	ED. FÍSICA	T	03 anos

SUPORTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

01	4327	ZULMA JOANITA ONZI RAMOS	PEDAGOGA	T	27 anos
02	56882	VALDELIZ MARTINS DE SOUZA	PEDAGOGA	T	08 meses
03	88251	JANAINA DUTRA BRUGINSKI BATISTA (RIT)	PEDAGOGA	T	03 anos
04	4761	SUENI APARECIDA DE OLIVEIRA CAMPOS (RIT)	PEDAGOGA	T	03 meses

PROFESSORES DA EJA

Nº	MATR.	NOME DA PROFESSORA	FUNÇÃO	TURNO	TEMPO NA ESCOLA
01	35468	IRENE BEGER	EJA	N	13 anos
02	38621	DALVA AURORA GOMES FREIRE (RIT)	TELECURSO	N	02 anos
03	35079	ROSA MARIA WRUBEL CAPUDI (RIT)	EJA	N	02 anos
04	35238	MARIA APARECIDA SANTOS (RIT)	EJA	N	02 anos
05	35294	VILMA MARIA LEPINSK PRESTES (RIT)	EJA	N	05 anos
06	34723	ELOINA DA SILVA SENS (RIT)	EJA	N	23 anos
07	34447	JEANINE LAUREANTI (RIT)	TELECURSO	N	02 anos
08	34489	MARLENE VULCHAK PREISSLER (RIT)	TELECURSO	N	02 anos
09	71026	ADEVALDO FRANCISCO DA SILVA (RIT)	EJA	N	02 meses
10	77309	ROSELIS FRANCIS BORMMAN	EJA	N	02 meses

FUNCIONÁRIOS

SECRETARIA

Nº	MATR.	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	TURNO	TEMPO NA ESCOLA
01	39134	HILÁRIO JÃO MARÇAL	AGENTE ADM.	M-T	16 anos
02	81034	EDITH DE SOUZA BARROS	AGENTE ADM.	M-N	08 meses
03	79092	ANA ALICE PADILHA DE SOUZA	AGENTE ADM.	M-T	08 meses
04	71933	MARIA APARECIDA DE M MORAES	APOIO ESC. II	M-T	13 anos
05	42442	MARIA HELENA TRZECIAK	APOIO ESC.	M-T	02 anos

INSPETORES DE ALUNOS

01	71795	MARIA DA SAÚDE SILVA	APOIO ESCOLAR	M-T	07 anos
02	81877	LIDIA MARTINS	APOIO ESCOLAR	M-T	21 anos
03	90325	LEOLINA DE SOUZA DOS REIS	APOIO ESCOLAR	M-T	04 anos
04	91036	MARIA DE JESUS ALMEIDA CARMELO	APOIO ESCOLAR	M-T	02 anos
05	93688	DINALVA APARECIDA M. DA SILVA	APOIO ESCOLAR	M-T	19 anos
06	93747	RILZA DOS SANTOS BORGES	APOIO ESCOLAR	M-T	04 anos
07	77036	NOEMIA ARANTES F. DE ARAZÃO	APOIO ESCOLAR	M-T	08 meses
08	74466	CRISTIANE FERRAZ DOS SANTOS	APOIO ESCOLAR	M-T	02 anos

LAUDO MÉDICO TEMPORÁRIO

09	93517	VERONICA SCHREIBER	APOIO ESCOLAR	M-T	13 anos
----	-------	--------------------	---------------	-----	---------

ADMINISTRAÇÃO - DIREÇÃO

01	77296	JULIANE SONDA DITTRICH	DIRETORA	M-T	07 anos
02	75958	CLAUDIA SIMONI DA SILVA ATIVO COSTA	VICE DIRETORA	M-N	12 anos
03	65303 73167	SILVIA APARECIDA KUCHTA DE ALMEIDA	COORDENADOR. ADMINISTRATI	M-T	04 anos

FAROL

Nº	MATR.	NOME DO FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	TURNO	TEMPO NA ESCOLA
01	43349	ANA MARIA DA SILVA MANELLI	ATENDENTE	M e T	03 anos
02	45434	CRISTIANE ALVES	ATENDENTE	T e N	06 meses
03	43413	ELIZETE NEVES SCHULTZ	ATENDENTE	M e T	03 meses
04	73331	PATRÍCIA ADRIANE ELIAS (RIT)	ATENDENTE	N	06 meses
05	86475	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA BRAMBILA	ESTAGIARIO	M	08 meses
06		THIAGO RIBAS CORDEIRO	ESTAGIARIO	T	08 meses
07	92299	JANILE LAZARINE ALVES	ESTAG. BIBLIOT.	N	02 meses
08		RAFAEL SANTANA DE MELO	ESTAGIARIO	N	08 meses

CALENDÁRIO

**ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO HÜBERT – E.F.
FICHA INDIVIDUAL - ETAPA INICIAL - CICLO I**

ALUNO(A):

TURMA:

ANO:

PARECER AVALIATIVO

LEGENDA: **A=Atingido****EP= Em processo****NA = Não atingido****EPD= Em processo com dificuldade****NT =Não trabalhado**

ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

CRITÉRIOS GERAIS

1º tri

2º tri

3ºtri

Concentra-se nas atividades, demonstrando interesse, curiosidade e atenção.

Desenvolve atividades individuais.

Participa de trabalho em grupo opinando, aceitando sugestões e dividindo materiais.

Relaciona-se bem com os colegas, funcionários e professoras.

Cuida do material da escola.

Cuida do seu material.

Apresenta autonomia para vestir-se, ir ao banheiro e alimentar-se.

Articula corretamente as palavras.

Argumenta e defende oralmente suas idéias .

Expressa-se bem oralmente com seqüência de idéias

Apropria-se de novas palavras.

Faz tentativas de leitura e escrita.

Identifica letras e palavras como expressão da fala e do pensamento.

Reconhece símbolos convencionais.

Utiliza o desenho para representar suas idéias.

Reconhece algumas letras do alfabeto.

Reconhece seu nome.

Escreve seu nome.

Identifica partes do corpo e suas funções básicas.

Demonstra noções de tempo (manhã, tarde, noite, dias da semana/mês).

Demonstra noções de temperatura (quente e frio).

Possui noções como: grande/pequeno, mais/ menos, fino/grosso, maior/menor, alto/baixo, curto/comprido).

Demonstra noções de espaço (em cima/em baixo, longe/perto, fora/dentro) durante jogos e brincadeiras.

Apresenta noções de quantidade.

Reconhece os números até 10.

Relaciona números e quantidades.

LITERATURA

Participa de situações que envolvam o uso da linguagem oral, respeitando a opinião do outro.

Demonstra interesse em ouvir e contar histórias.

ENSINO RELIGIOSO

Percebe que a boa convivência depende de cada um.

Respeita a si mesmo e ao outro em suas diferenças.			
ENSINO DA ARTE			
PLÁSTICA			
Percebe nas estruturas artísticas os elementos formais da linguagem visual:			
a) Cor			
b) Linha			
c) Textura			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
MÚSICA			
Percebe a utilização da linguagem musical em seu cotidiano.			
TEATRO			
Compreende as diferentes formas de construção das narrativas e estilos(fábulas, comédias, entre outras).			
DANÇA			
Improvisa, utilizando diferentes possibilidades de uso das elementos estruturais da dança, com ou sem estímulo.			
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Movimenta-se corporalmente dentro da prática corporal, demonstrando domínio motor.			
Vivencia elementos da cultura corporal.			
Interage dentro do ambiente escolar, adotando atitudes de respeito na tentativa de superar inibições.			
INFORMÁTICA			
Identifica o computador com um instrumento tecnológico na comunicação e realização de atividades.			

ENCAMINHAMENTOS:	
<input type="checkbox"/> Realizou ADP <input type="checkbox"/> ADP em andamento	<input type="checkbox"/> Sala de recurso
<input type="checkbox"/> Está em atendimento pedagógico especializado-CMAE	<input type="checkbox"/> Atendimento fonoaudiológico
<input type="checkbox"/> Atendimento em Apoio Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico
<input type="checkbox"/> Passou pela avaliação da equipe multidisciplinar	<input type="checkbox"/> Aluno de inclusão

NÚMERO DE FALTAS

1º TRIMESTRE _____

2º TRIMESTRE _____

3º TRIMESTRE _____

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

1º Trimestre
2º Trimestre
3º Trimestre

PROFESSORES RESPONSÁVEIS	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Ass. do(a) Professor(a) Regente			
Ass. do(a) Professor(a) Co-regente			
Ass. do(a) Professor(a) Literatura			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino Religioso			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino da Arte			
Ass. do(a) Professor(a) Educação Física			
Ass. do(a) Professor(a) Informática			
Ass. da Equipe Pedagógica			
Ass. dos Pais/Responsáveis			
DATAS	__/__/06	__/__/06	__/__/06

ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO HÜBERT – E.F.			
FICHA INDIVIDUAL - PRIMEIRA ETAPA - CICLO I			
ALUNO(A):			
TURMA:		ANO:	
PARECER AVALIATIVO			
LEGENDA: A=Atingido		EP= Em processo	NA = Não atingido
EPD= Em processo com dificuldade		NT =Não trabalhado	
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
LÍNGUA PORTUGUESA			
ORALIDADE			
Expõe oralmente com clareza, suas idéias.			
Apropria-se progressivamente de novas palavras, usando-as no seu cotidiano.			
Identifica todas as letras do alfabeto.			
LEITURA			
Identifica as diferentes funções da leitura (prazer, informação...).			
Lê sílabas e palavras simples.			
ESCRITA			
Utiliza as letras do alfabeto nas tentativas de escrita.			
Compreende o princípio alfabético da língua escrita, formando sílabas e palavras.			
Utiliza espaçamento convencional entre as palavras em suas produções.			
LITERATURA			
Participa de situações que envolvam discussões e interpretações respeitando as opiniões do outro.			
Demonstra interesse em ouvir e contar histórias.			
Busca leitura de livros com ou sem legendas.			
MATEMÁTICA			
SISTEMA NUMÉRICO			
Reconhece os símbolos numéricos estabelecendo relação com a quantidade.			
Compreende o valor posicional dos números até 99, estabelecendo relação entre número e quantidade.			
Realiza composição e decomposição, fazendo a leitura de quantidades.			
Organiza diferentes agrupamentos para facilitar a contagem.			
OPERAÇÕES			
Realiza cálculos aditivos e subtrativos.			
Utiliza as operações para resolver situações-problema.			
Utiliza-se da idéia multiplicativa em situações-problema.			
Faz uso da divisão, utilizando a idéia repartitiva, apenas concretamente.			
NOÇÕES TOPOLÓGICAS			
Utiliza a linguagem matemática para comunicar-se e orientar-se no espaço (em cima, embaixo, perto, longe, muito, pouco, menos, mais, maior, menor...).			
Representa espaços e objetos através de desenhos, gráficos e maquetes.			
MEDIDAS			

Interpreta calendários, identificando dia, semana, mês e ano.			
Reconhece cédulas e moedas do sistema monetário, fazendo uso em situações reais (1 real, 2 reais, 5 reais, 10 reais, 20 reais, 50 reais).			
Reconhece a necessidade do uso das unidades padrão, utilizando:			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
• metro, quilo e litro;			
• hora e meia hora.			
GEOMETRIA			
Identifica e representa figuras geométricas (círculo, quadrado, retângulo, triângulo), estabelecendo relações com objetos do cotidiano.			
CIÊNCIAS			
Reconhece no corpo as diferentes possibilidades de relacionar-se com o ambiente e a importância dos cuidados relativos à saúde.			
Reconhece o sol como principal fonte de energia (luz e calor) da terra.			
Identifica os elementos do ambiente em vivos e em elementos não vivos.			
Reconhece a necessidade da preservação e conservação do meio ambiente.			
GEOGRAFIA			
Reconhece os referenciais espaciais de orientação, distância e localização.			
Utiliza, no cotidiano, os referenciais espaciais de orientação, distância e localização nos espaços conhecidos.			
Faz uso dos códigos criados pelo homem, para se localizar no espaço.			
Constrói e interpreta representações de espaços do cotidiano (espaço vivido).			
HISTÓRIA			
Expressa, em suas atividades orais e escritas que identifica as diferentes estruturas familiares da sociedade atual.			
Percebe a participação dos integrantes do grupo familiar nos diferentes grupos sociais dos quais faz parte, relacionado com o passado, o presente e o futuro.			
Demonstra, em suas produções escritas e orais, o entendimento de que existe influência da mídia no modo de viver das pessoas hoje.			
ENSINO RELIGIOSO			
Respeita a si mesmo e ao outro em suas diferenças.			
Reconhece a si próprio e ao outro por meio de valores que resultam no respeito mútuo e na construção da paz.			
Entende que a construção da paz depende de cada um.			
Identifica a diversidade religiosa em situações do cotidiano.			
ENSINO DA ARTE			
PLÁSTICA			
Percebe os elementos visuais:			
a) Cor;			
b) Linha;			
c) Textura.			
MÚSICA			
Percebe a produção musical como patrimônio cultural e sua importância na sociedade.			

TEATRO			
Identifica nas estruturas teatrais os elementos formais da linguagem cênica:			
a) Texto;			
b) Personagem;			
c) Caracterização;			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
DANÇA			
Improvisa utilizando diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, com e sem estímulo.			
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Reconhece suas possibilidades de movimento corporal, percebendo-se como único, respeitando as diferenças individuais.			
Amplia suas possibilidades de movimento utilizando-as na resolução de desafios corporais com apoio do professor e dos colegas.			
Aceita e participa de atividades práticas trazidas pelos colegas.			
INFORMÁTICA			
Identifica o computador como um instrumento tecnológico que pode ser usado na realização de diversas atividades.			
Faz uso do computador, reconhecendo os comandos necessários para realização de tarefas.			

ENCAMINHAMENTOS:	
<input type="checkbox"/> Realizou ADP <input type="checkbox"/> ADP em andamento	<input type="checkbox"/> Sala de recurso
<input type="checkbox"/> Está em atendimento pedagógico especializado-CMAE	<input type="checkbox"/> Atendimento fonoaudiológico
<input type="checkbox"/> Atendimento em Apoio Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico
<input type="checkbox"/> Passou pela avaliação da equipe multidisciplinar	<input type="checkbox"/> Aluno de inclusão

NÚMERO DE FALTAS
1º TRIMESTRE _____
2º TRIMESTRE _____
3º TRIMESTRE _____

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

PROFESSORES RESPONSÁVEIS	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Ass. do(a) Professor(a) Regente			
Ass. do(a) Professor(a) Co-regente			
Ass. do(a) Professor(a) Literatura			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino Religioso			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino da Arte			
Ass. do(a) Professor(a) Educação Física			
Ass. do(a) Professor(a) Informática			
Ass. da Equipe Pedagógica			
Ass. dos Pais/Responsáveis			
DATAS	__ / __ /06	__ / __ /06	__ / __ /06

ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO HÜBERT – E.F.			
FICHA INDIVIDUAL - SEGUNDA ETAPA - CICLO I			
ALUNO(A):			
TURMA:		ANO:	
PARECER AVALIATIVO			
LEGENDA: A=Atingido EP= Em processo NA = Não atingido EPD= Em processo com dificuldade NT =Não trabalhado			
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
LÍNGUA PORTUGUESA			
ORALIDADE			
Participa de situações que envolvam usos da linguagem oral, relatando fatos e idéias com objetividade.			
Relata experiências do cotidiano, estabelecendo relação entre os fatos e seguindo sua seqüência cronológica.			
LEITURA			
Identifica as diferentes funções da leitura.			
Lê com fluência, ritmo, entonação.			
Compreende a idéia central do texto.			
ESCRITA			
Produz textos com:			
• Unidade temática, seqüenciando logicamente fatos e idéias (começo, meio e fim);			
• Apresentação adequada (vocativo, título, data, assinatura, margem, parágrafo);			
• Utiliza os sinais gráficos (til, trema, hífen, cedilha, apóstrofo) adequadamente;			
• Utiliza os sinais de acentuação (grave, circunflexo, agudo);			
• Faz uso dos elementos coesivos, mantendo clareza e coerência na escrita de suas idéias;			
• Utiliza-se de dicionário ou outras fontes para resolver dúvidas ortográficas e ampliar seu vocabulário.			
LITERATURA			
Participa de situações que envolvam usos da linguagem oral, respeitando as opiniões do outro.			
Demonstra interesse em ouvir e contar histórias.			
Realiza a leitura de livros de forma prazerosa.			
MATEMÁTICA			
SISTEMA NUMÉRICO			
Estabelece relações entre números (seqüências numéricas, pares e ímpares, antecessor e sucessor, igual e diferente).			
Compõe e decompõe quantidades até 999, fazendo leitura delas.			
Compreende o valor posicional dos números até centena.			

OPERAÇÕES			
Utiliza a estimativa e o cálculo mental na resolução de situações problema.			
Resolve e analisa resultados obtidos em situações problema.			
Faz uso da divisão como idéia repartitiva e subtrativa (meio e inteiro).			
Realiza cálculo de:			
• Adição;			
• Subtração;			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
• Multiplicação;			
• Divisão.			
NOÇÕES TOPOLÓGICAS			
Utiliza a linguagem matemática para se comunicar e orientar-se no espaço (em cima, embaixo, perto, longe, muito, pouco, menos, mais, maior, menor...).			
Representa espaços e objetos através de desenhos, gráficos e maquetes.			
MEDIDAS			
Reconhece a necessidade do uso das unidades padrão:			
• Medida de tempo: hora, meia hora, dia, semana, mês, ano;			
• De valor: real e sua utilização na composição de quantidades;			
• De massa: quilograma e grama;			
• De capacidade: litro e mililitro;			
• De comprimento: quilômetro, metro, centímetro.			
GEOMETRIA			
Identifica e representa figuras geométricas (círculo, quadrado, retângulo, triângulo), estabelecendo relações com objetos do cotidiano.			
Percebe relações simétricas nos objetos do espaço e no plano.			
Identifica formas bidimensionais (quadrado, retângulo, círculo e triângulo) e tridimensionais (esfera, cone, cubo, paralelepípedo, pirâmide).			
CIÊNCIAS			
Reconhece no corpo as diferentes possibilidades de relacionar-se com o ambiente e a importância dos cuidados relativos à saúde.			
Reconhece semelhanças e diferenças entre os seres vivos e não vivos no ambiente.			
Percebe a relação das pessoas com o ambiente e a interferência exercida para suprir as necessidades.			
Reconhece a importância da alimentação no crescimento e no desenvolvimento do ser humano, dos animais e das plantas.			
Reconhece a importância de se adotar atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente, reconhecendo-se como parte integrante da natureza.			
Reconhece o Sol como principal fonte de energia (luz e calor) da Terra.			
Percebe a dependência dos seres vivos em relação ao ar, água e solo.			
Tem noção dos movimentos do planeta terra e sua influência no ambiente.			
Reconhece a necessidade da preservação e conservação da biodiversidade para a sustentabilidade do planeta.			
GEOGRAFIA			
Reconhece e utiliza, no cotidiano, os referenciais espaciais de orientação, distância e localização para representar os espaços conhecidos.			
Faz uso dos códigos criados pelo homem, para se localizar no espaço.			

Reconhece que os homens vivem no espaço geográfico e que constituem a sociedade global.			
<u>Utiliza adequadamente os procedimentos de observação, pesquisa e interpretação para a leitura do espaço social.</u>			
<u>Constrói e interpreta representações de espaços do cotidiano (espaço vivido). Exemplo: quarteirão, bairro e cidade.</u>			
<u>Identifica os referenciais geográficos (direções cardeais: Norte, Sul, Leste, Oeste) para se localizar nos diferentes espaços.</u>			
HISTÓRIA			
Demonstra em suas produções orais ou escritas, que reconhece os direitos e os deveres das crianças, percebendo que eles estão presentes nas convenções sociais escolares e comunitárias e em dctos. oficiais.			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
Reconhece o ser humano como parte integrante da natureza, numa relação de interdependência, compreendendo a importância das questões sócio-ambientais para a sociedade atual.			
Consegue expressar, em suas atividades escolares individuais e em grupo, que reconhece a presença de diferentes manifestações culturais no cotidiano, estabelecendo relações de anterioridade e posterioridade.			
ENSINO RELIGIOSO			
Respeita a si mesmo e ao outro em suas diferenças.			
Reconhece a si próprio e ao outro por meio de valores que resultam no respeito mútuo e na construção da paz.			
Entende que a construção da paz depende de cada um.			
Reconhece a diversidade religiosa praticada no contexto onde vive.			
ENSINO DA ARTE			
PLÁSTICA			
Experimenta nas suas produções artísticas os elementos formais da linguagem visual.			
a) Cor;			
b) Linha;			
c) Textura.			
MÚSICA			
Relaciona a produção musical com o contexto social.			
TEATRO			
Reconhece nas estruturas teatrais os elementos formais da linguagem cênica:			
a) Texto;			
b) Personagem;			
c) Caracterização;			
d) Sonoplastia.			
DANÇA			
Improvisa utilizando diferentes possibilidades de uso dos elementos estruturais da dança, com ou sem estímulo.			
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Reconhece suas possibilidades de movimentação corporal, percebendo-se como			

único, respeitando as diferenças individuais.			
Constrói e amplia suas possibilidades de movimentação utilizando-as na resolução de desafios corporais com apoio do professor e dos colegas.			
Constrói a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar-se corporalmente com apoio do(a) Professor(a) e colegas.			
Aplica os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais.			
Supera inibições próprias referentes à execução da atividade trabalhada.			
Resolve situações de conflito com os colegas, por meio do diálogo, com auxílio do(a) Professor(a).			
INFORMÁTICA			
Identifica o computador com um instrumento tecnológico que pode ser usado na realização de diversas atividades.			
Faz uso do computador, reconhecendo os comandos necessários para realização de tarefas.			
Reconhece o computador como um recurso tecnológico que pode auxiliar na busca de informações.			

ENCAMINHAMENTOS:	
<input type="checkbox"/> Realizou ADP <input type="checkbox"/> ADP em andamento	<input type="checkbox"/> Sala de recurso
<input type="checkbox"/> Está em atendimento pedagógico especializado-CMAE	<input type="checkbox"/> Atendimento fonoaudiológico
<input type="checkbox"/> Atendimento em Apoio Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico
<input type="checkbox"/> Passou pela avaliação da equipe multidisciplinar	<input type="checkbox"/> Aluno de inclusão

NÚMERO DE FALTAS
1º TRIMESTRE _____
2º TRIMESTRE _____
3º TRIMESTRE _____

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

PROFESSORES RESPONSÁVEIS	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Ass. do(a) Professor(a) Regente			
Ass. do(a) Professor(a) Co-regente			
Ass. do(a) Professor(a) Literatura			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino Religioso			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino da Arte			
Ass. do(a) Professor(a) Educação Física			
Ass. do(a) Professor(a) Informática			
Ass. da Equipe Pedagógica			
Ass. dos Pais/Responsáveis			
DATAS	__ / __ /06	__ / __ /06	__ / __ /06

ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO HÜBERT – E.F.			
FICHA INDIVIDUAL - PRIMEIRA ETAPA - CICLO II			
ALUNO(A):			
TURMA:		ANO:	
PARECER AVALIATIVO			
LEGENDA: A=Atingido		EP= Em processo	NA = Não atingido
EPD= Em processo com dificuldade		NT =Não trabalhado	
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
LÍNGUA PORTUGUESA			
ORALIDADE			
Compreende que a linguagem oral a ser utilizada deverá estar de acordo com a situação em que se encontra.			
Defende seu ponto de vista com argumentos próprios.			
LEITURA			
Identifica as diferentes funções da leitura (prazer, informação...).			
Lê com fluência, ritmo e entonação, compreendendo a idéia central do texto.			
ESCRITA			
Compreende e faz uso dos símbolos convencionais da escrita de forma adequada, respeitando as principais convenções ortográficas.			
Utiliza-se dos elementos de apresentação e legibilidade do seu texto: título, espaço para evidenciar parágrafos, margem, data e outros.			
Faz uso dos elementos coesivos, mantendo coerência e clareza na veiculação escrita de suas idéias.			
Utiliza-se de dicionário ou outras fontes para resolver dúvidas ortográficas e ampliar seu vocabulário.			
LITERATURA			
Participa de situações que envolvam usos da linguagem oral, respeitando as opiniões do outro.			
Manifesta interesse em ler o/ou ouvir e/ou contar histórias.			
Reconhece a leitura como a fruição (prazer) do texto literário.			
Identifica a intencionalidade do texto, respeitando a linguagem utilizada.			
MATEMÁTICA			
SISTEMA NUMÉRICO			
Compreende o princípio da organização do sistema de numeração decimal.			
Realiza composição e decomposição de números.			
Compreende o valor posicional dos números.			
OPERAÇÕES			
Utiliza a linguagem matemática adequada para resolver situações problema de:			
• Adição			
• Subtração			
• Multiplicação			
• Divisão (fração: adição e subtração)			
Resolve operações com números decimais :			

• Adição			
• Subtração			
• Multiplicação			
• Divisão			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
NOÇÕES TOPOLÓGICAS			
Utiliza-se da linguagem oral e escrita, para comunicar-se e produzir escritas matemáticas na resolução de situações problema em diferentes contextos.			
Analisa, interpreta e representa informações por meio da linguagem gráfica.(tabela, legendas, gráficos de barras, colunas, setores e linhas).			
Utiliza a linguagem matemática para se comunicar e orientar-se no espaço (em cima, embaixo, perto, longe, muito, pouco, menos, mais, maior, menor...).			
Representa espaços e objetos através de desenhos, gráficos e maquetes.			
MEDIDAS			
Utiliza com compreensão, na resolução de situações problema, as medidas:			
• De tempo.			
• De valor.			
• De massa.			
• De capacidade			
• De comprimento			
Estabelece relações entre as unidades de medida			
GEOMETRIA			
Identifica as características e representa figuras geométricas estabelecendo relações com objetos do espaço .			
Utiliza a linguagem matemática para representar espaços e objetos (mapas, malhas, maquetes e outros).			
Identifica formas bidimensionais (quadrado, retângulo, círculo e triângulo) e tridimensionais (esfera, cone, cubo, paralelepípedo, pirâmide).			
CIÊNCIAS			
Compreende que os alimentos são fontes de energia para os seres vivos.			
Reconhece a influência do homem na obtenção e nas formas de conservação dos alimentos.			
Estabelece relações entre os diferentes tipos de solo e os seres vivos e a interferência do Ser Humano no meio em que vive.			
Percebe que a água está presente de diversas formas em diferentes locais do ambiente, reconhecendo a interferência do homem sobre as condições da mesma.			
<u>Reconhece a importância da alimentação, higiene pessoal e ambiental, relacionando essas condições à eficiência do sistema imunológico e à existência de defesas naturais e estimuladas.</u>			
<u>Reconhece os diferentes estados físicos dos materiais no ambiente e sua aplicabilidade na tecnologia.</u>			
<u>Estabelece relação entre luz, água e fotossíntese.</u>			
Estabelece relação entre os aspetos biológicos, afetivos, culturais e socioeconômicos na preservação da saúde para compreendê-la como bem estar físico, psíquico e social.			
Reconhece a necessidade da sustentabilidade e preservação da biodiversidade.			
GEOGRAFIA			
Faz uso dos códigos criados pelo homem, para se localizar no espaço.			

Identifica os referenciais geográficos (direções cardeais: Norte, Sul, Leste, Oeste) para se localizar nos diferentes espaços.			
Utiliza adequadamente os procedimentos de observação, pesquisa e interpretação para a leitura do espaço social.			
Produz e lê mapas simples, gráficos e maquetes.			
Utiliza o próprio corpo e o Sol como referências para sua orientação no espaço.			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
<u>Reconhece que os homens vivem no espaço geográfico e que constituem a sociedade global.</u>			
<u>Identifica os espaços urbano e rural</u>			
<u>Constrói e interpreta representações de espaços do cotidiano (espaço vivido) exemplo: bairro, cidade, região metropolitana de Curitiba e Estado do Paraná.</u>			
<u>Distingue os elementos naturais e culturais na paisagem.</u>			
HISTÓRIA			
Expressa, em suas atividades escolares, que reconhece como ocorreu a construção e a ocupação do espaço paranaense, estabelecendo relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade nesses diferentes contextos.			
Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece as organizações econômicas, sociais e culturais do Paraná, nos diferentes momentos históricos.			
Expressa, em suas produções escolares, que compreende como se constitui a organização política do Paraná e de Curitiba no contexto brasileiro, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem nesses diferentes momentos históricos.			
Reconhece as transformações tecnológicas ocorridas na sociedade brasileira, percebendo os impactos produzidos por essas transformações, em diferentes tempos e espaços.			
ENSINO RELIGIOSO			
Reconhece, vivência e respeita as diferenças religiosas no convívio social.			
Identifica símbolos religiosos e seus significados a partir do seu contexto			
Reconhece a necessidade da sua contribuição para a construção da paz, da solidariedade e do respeito mútuo.			
Vivencia a alteridade, favorecendo o respeito mútuo e o diálogo inter-religioso na sala de aula.			
Identifica ritos e rituais de algumas tradições religiosas.			
Reconhece a representação do transcendente nas diferentes tradições religiosas.			
ENSINO DA ARTE			
PLÁSTICA			
Vivencia nas suas produções artísticas os elementos formais da linguagem visual:			
a) Cor			
b) Linha			
c) Textura			
d) Volume			
e) Plano			
MÚSICA			
Percebe no contexto social, as produções musicais.			
TEATRO			

Reconhece nas estruturas teatrais os elementos formais da linguagem cênica:			
a) Texto			
b) Personagem			
c) Caracterização			
d) Sonoplastia			
e) Cenografia			
DANÇA			
Vivencia o uso dos elementos estruturais da dança, utilizando diferentes possibilidades de movimento.			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Movimenta-se com domínio corporal, dentro da prática vivenciada.			
Executa as habilidades de movimento com domínio motor.			
Respeita as diferenças pessoais na execução do movimento corporal.			
Resolve situações de conflito com os colegas, de forma autônoma.			
Interage com os colegas durante a prática vivenciada com atitudes de respeito.			
Aplica os conhecimentos adquiridos na resolução de desafios corporais.			
Identifica em seu corpo, alterações corporais, provocadas pelo exercício físico.			
INFORMÁTICA			
Faz uso do computador, reconhecendo os comandos necessários para realização de tarefas.			
Reconhece o computador como um recurso tecnológico que pode auxiliar na busca de informações.			
Utiliza o computador como um recurso de estudo e de comunicação.			

ENCAMINHAMENTOS:

<input type="checkbox"/> Realizou ADP	<input type="checkbox"/> ADP em andamento	<input type="checkbox"/> Sala de recurso
<input type="checkbox"/> Está em atendimento pedagógico especializado-CMAE	<input type="checkbox"/> Atendimento fonoaudiológico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico
<input type="checkbox"/> Atendimento em Apoio Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico	<input type="checkbox"/> Aluno de inclusão
<input type="checkbox"/> Passou pela avaliação da equipe multidisciplinar		

NUMERO DE FALTAS

1º TRIMESTRE	_____
2º TRIMESTRE	_____
3º TRIMESTRE	_____

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

PROFESSORES RESPONSÁVEIS	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Ass. do(a) Professor(a) Regente			
Ass. do(a) Professor(a) Co-regente			
Ass. do(a) Professor(a) Literatura			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino Religioso			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino da Arte			
Ass. do(a) Professor(a) Educação Física			
Ass. do(a) Professor(a) Informática			
Ass. da Equipe Pedagógica			
Ass. dos Pais/Responsáveis			
DATAS	___/___/06	___/___/06	___/___/06

ESCOLA MUNICIPAL PROF. FRANCISCO HÜBERT – E.F.			
FICHA INDIVIDUAL - SEGUNDA ETAPA - CICLO II			
ALUNO(A):			
TURMA:		ANO:	
PARECER AVALIATIVO			
LEGENDA: A=Atingido		EP= Em processo	NA = Não atingido
EPD= Em processo com dificuldade		NT =Não trabalhado	
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
LÍNGUA PORTUGUESA			
ORALIDADE			
Compreende que a linguagem oral a ser utilizada deverá estar de acordo com a situação em que se encontra.			
Defende seu ponto de vista com argumentos próprios.			
LEITURA			
Identifica as diferentes funções da leitura (prazer, informação...).			
Lê com fluência, ritmo e entonação, compreendendo a idéia central do texto.			
Identifica a função dos diferentes tipos de texto.			
ESCRITA			
Compreende e faz uso dos símbolos convencionais da escrita de forma adequada, respeitando as principais convenções ortográficas.			
Utiliza-se dos elementos de apresentação e legibilidade do seu texto: título, espaço para evidenciar parágrafos, margem, data e outros.			
Faz uso dos elementos coesivos, mantendo coerência e clareza na veiculação escrita de suas idéias.			
Utiliza-se de dicionário ou outras fontes para resolver dúvidas ortográficas e ampliar seu vocabulário.			
LITERATURA			
Participa de situações que envolvam o uso da linguagem oral, respeitando as opiniões do outro.			
Manifesta interesse em ler, ouvir e/ou contar histórias.			
Reconhece a leitura como fruição (prazer) do texto literário.			
Identifica a intencionalidade do texto, respeitando a linguagem utilizada.			
Compreende o sentido da história lida, e/ou ouvida, narrando fatos e/ou histórias, resumindo idéias.			
MATEMÁTICA			
SISTEMA NUMÉRICO			
Compreende o princípio da organização do sistema de numeração decimal.			
Realiza composição e decomposição de números.			
Compreende o valor posicional dos números.			
OPERAÇÕES			
Utiliza a linguagem matemática adequada para resolver situações problema de:			
• Adição			
• Subtração			

• Multiplicação			
• Divisão (fração: 4 operações)			
Resolve operações com números decimais :			
• Adição			
• Subtração			
• Multiplicação			
• Divisão			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
NOÇÕES TOPOLÓGICAS			
Utiliza-se da linguagem oral e escrita, para comunicar-se e produzir escritas matemáticas na resolução de situações problema em diferentes contextos.			
Analisa, interpreta e representa informações por meio da linguagem gráfica.(tabela, legendas, gráficos de barras, colunas, setores e linhas).			
Faz uso das propriedades das operações, na exploração das técnicas operatórias e no exercício do cálculo mental.			
Utiliza a estimativa e o cálculo mental como estratégias de resolução de problemas e analisa a coerência dos resultados.			
Relaciona quantidades fracionárias, representando-as e comparando-as gráfica e numericamente.			
MEDIDAS			
Utiliza com compreensão, na resolução de situações-problema, as medidas:			
• De tempo.			
• De valor.			
• De massa.			
• De capacidade			
• De comprimento			
• De superfície			
Estabelece relações entre as unidades de medida			
Reconhece as relações entre as diferentes representações de número e faz uso dessas representações (fracionárias, decimais e percentuais) inclusive nas situações problema.			
Utiliza a linguagem matemática para representar espaços e objetos (mapas, malhas, maquetes e outros)			
GEOMETRIA			
Identifica as características e representa figuras geométricas estabelecendo relações com objetos do espaço .			
Utiliza a linguagem matemática para representar espaços e objetos (mapas, malhas, maquetes e outros).			
Identifica formas bidimensionais (quadrado, retângulo, círculo e triângulo) e tridimensionais (esfera, cone, cubo, paralelepípedo, pirâmide).			
CIÊNCIAS			
Identifica e localiza órgãos do corpo e suas funções estabelecendo relações entre eles:			
• Células e tecidos.			
• Sistema digestório.			
• Sistema respiratório			
• Sistema nervoso			
• Sistema muscular			
• Sistema circulatório			
• Aparelho excretor			

• Aparelho reprodutor.			
<u>Reconhece a importância da alimentação, higiene pessoal e ambiental, relacionando essas condições a eficiência do sistema imunológico e a existência de defesas naturais e estimuladas.</u>			
<u>Reconhece os diferentes estados físicos dos materiais no ambiente e sua aplicabilidade na tecnologia.</u>			
Estabelece relação entre os aspectos biológicos, afetivos, culturais socioeconômicos na preservação da saúde para compreendê-la como bem estar físico, psíquico e social.			
Reconhece a existência de agentes poluidores do solo, e a necessidade de cuidados com o destino adequado dos resíduos sólidos, para a manutenção da saúde humana.			
Reconhece a necessidade da sustentabilidade e preservação da biodiversidade.			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
GEOGRAFIA			
Faz uso dos códigos criados pelo homem, para se localizar no espaço.			
Identifica os referenciais geográficos (direções cardeais: Norte, Sul, Leste, Oeste) para se localizar nos diferentes espaços.			
<u>Utiliza adequadamente os procedimentos de observação, pesquisa e interpretação para a leitura do espaço social.</u>			
<u>Produz e lê mapas simples, gráficos e maquetes.</u>			
<u>Utiliza o próprio corpo e o Sol como referências para sua orientação no espaço.</u>			
<u>Reconhece que os homens vivem no espaço geográfico e que constituem a sociedade global.</u>			
<u>Identifica os espaços urbano e rural</u>			
<u>Constrói e interpreta representações de espaços geográficos (mapa mundi, continente, país, estado).</u>			
<u>Distingue os elementos naturais e culturais na paisagem.</u>			
HISTÓRIA			
Demonstra em suas argumentações orais e escritas, que compreende como ocorre a construção da identidade paranaense no contexto brasileiro, percebendo a diversidade cultural, étnica e religiosa.			
Demonstra em suas produções orais e escritas, que reconhece o que é ser cidadão na sociedade brasileira atual, percebendo as mudanças e permanências que ocorrem em diferentes contextos históricos.			
Demonstra, em suas produções orais e escritas, que reconhece a ocorrência de movimentos sociais no contexto brasileiro, estabelecendo relações desses movimentos com Curitiba e Paraná.			
Demonstra, em suas produções orais e escritas, o entendimento de que existe influência da mídia nos padrões de conduta e no modo de viver das pessoas na sociedade atual.			
ENSINO RELIGIOSO			
Reconhece, vivência e respeita as diferenças religiosas no convívio social			
Identifica símbolos religiosos e seus significados a partir do seu contexto			
Reconhece a necessidade da sua contribuição para a construção da paz, da solidariedade e do respeito mútuo.			
Vivencia a alteridade, favorecendo o respeito mútuo e o diálogo inter-religioso na sala de aula.			
Identifica ritos e rituais de algumas tradições religiosas.			
Reconhece a representação do transcendente nas diferentes tradições religiosas.			

ENSINO DA ARTE			
PLÁSTICA			
Identifica nas produções artísticas, os elementos formais da linguagem visual:			
a) Cor			
b) Linha			
c) Textura			
d) Plano			
e) Volume			
MÚSICA			
Desenvolve formas de representação pessoal com liberdade, imprimindo sua marca pessoal através da utilização dos elementos formais da linguagem musical.			
TEATRO			
Experimenta diferentes possibilidades de representação cênica a partir dos elementos formais próprios da linguagem, por meio da expressão corporal, expressão vocal e jogos teatrais			
DANÇA			
Representa o uso dos elementos estruturais da dança utilizando diferentes possibilidades de movimento.			
CRITÉRIOS	1º tri	2º tri	3º tri
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Movimenta-se com autonomia e domínio corporal, dentro das práticas vivenciadas.			
Executa as habilidades básicas de movimento com domínio motor e autonomia.			
Constrói a partir da reelaboração do conteúdo trabalhado, outras formas de movimentar-se corporalmente.			
Compreende e respeita as diferenças pessoais na execução do movimento corporal.			
Interage com os colegas durante a prática vivenciada com atitudes de respeito, superando preconceitos e discriminações.			
Aplica os conhecimentos adquiridos, na resolução de desafios corporais.			
Identifica em seu corpo, alterações corporais, provocadas pelo exercício físico.			
INFORMÁTICA			
Faz uso do computador, reconhecendo os comandos necessários para realização de tarefas.			
Reconhece o computador como um recurso tecnológico que pode auxiliar na busca de informações.			
Utiliza o computador como um recurso de estudo e de comunicação.			
Realiza atividades solicitadas pelo Professor, usando os recursos/programas estabelecidos.			
ENCAMINHAMENTOS:			
<input type="checkbox"/> Realizou ADP <input type="checkbox"/> ADP em andamento	<input type="checkbox"/> Sala de recurso		
<input type="checkbox"/> Está em atendimento pedagógico especializado-CMAE	<input type="checkbox"/> Atendimento fonoaudiológico		
<input type="checkbox"/> Atendimento em Apoio Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendimento psicológico		
<input type="checkbox"/> Passou pela avaliação da equipe multidisciplinar	<input type="checkbox"/> Aluno de inclusão		
NÚMERO DE FALTAS			
1º TRIMESTRE _____			
2º TRIMESTRE _____			
3º TRIMESTRE _____			
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:			
1º Trimestre			

--

2º Trimestre

3º Trimestre

PROFESSORES RESPONSÁVEIS	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Ass. do(a) Professor(a) Regente			
Ass. do(a) Professor(a) Co-regente			
Ass. do(a) Professor(a) Literatura			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino Religioso			
Ass. do(a) Professor(a) Ensino da Arte			
Ass. do(a) Professor(a) Educação Física			
Ass. do(a) Professor(a) Informática			
Ass. da Equipe Pedagógica			
Ass. dos Pais/Responsáveis			
DATAS	___/___/06	___/___/06	___/___/06

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO HÜBERT – E. F



PROJETO DE ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DIFICULDADES

CO-REGENTE : 3 aulas de 55 minutos para cada etapa (Ciclo I e Ciclo II);

1. Atendimento aos alunos que passaram pela equipe multidisciplinar em 2005 e que necessitam de atendimento individualizado;
2. Atendimento aos alunos que estão com defasagem de conteúdos na etapa em que se encontram.

CO-REGENTE DA ETAPA INICIAL:

Professora Fátima – MANHÃ

1. Permanência: quinta-feira;
2. Atendimento ao aluno LUIS FERNANDO da Professora Vilma;
3. Atendimento aos alunos da Professora Malba;
4. Atendimento aos alunos da Professora Maria Antônia.

Obs: No período da TARDE a Etapa Inicial não contará com Co-Regente, devido ao número de professoras que integram o quadro.

RECUPERAÇÃO PARALELA DE ESTUDOS:

MANHÃ: Professora Maria Cecília

TARDE: Professora Iraci

1. Permanência: segunda-feira;
2. Atenderão diariamente 2 turmas, com oito alunos cada;
3. Horário: 1º turma: antes do recreio 7:40h às 9:10h – 13:10 às 14:44:30h - 8 alunos
2º turma: depois do recreio 9:50h às 11:20h – 15:20h às 16:50h - 8 alunos
4. As turmas acontecerão nos seguintes dias: 3ª e 5ª / 4ª e 6ª;
5. Atendimento aos alunos que passaram pela equipe multidisciplinar e ainda estão com defasagem na aprendizagem e aos outros que se encontram com dificuldade aos conteúdos da etapa que freqüentam.
6. Atendimento aos alunos do CICLO I e CICLO II.

ALUNOS OUVINTES

1. O aluno deverá freqüentar o turno contrário, no máximo 3 vezes na semana.
2. Os dias em que o aluno irá freqüentar serão definidos entre Setor Pedagógico e Família através da assinatura de um Termo de Compromisso;
3. Será ofertado esse atendimento para os alunos, somente em turmas que possuem vagas;
4. Para a integração do aluno em uma determinada turma será considerado o perfil da turma.

APOIO: Professoras de Ensino da Arte, Ensino Religioso, Educação Física (Extra-Classe) que possuem mais de duas aulas para substituição.

1. A professora extra-classe deverá preferencialmente dar atendimento a turma, para que a professora regente possa atender individualmente os alunos com dificuldade de aprendizagem;
2. Caberá a regente a elaboração de atividades para serem aplicadas nesse período
3. Atendimento aos alunos do CICLO II

Obs. As professoras que possuem até duas aulas de substituição ficarão responsáveis pela pesquisa de materiais de apoio para que as professoras co-regente possam utilizar

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO HÜBERT. EF

REAGRUPAMENTO E CONTRATURNO PARA ALUNOS INSERIDOS
NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – CICLO I – ETAPA II EM 2006

CURITIBA

2006

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO HÜBERT. EF

REAGRUPAMENTO E CONTRATURNO PARA ALUNOS
INSERIDOS NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – CICLO I –
ETAPA II EM 2006

Projeto de Trabalho apresentado como indicador de
Resultados para a Equipe Multidisciplinar da
Secretaria Municipal da Educação de Curitiba – PR.

CURITIBA

2006

SUMÁRIO

TÍTULO.....	04
2 PROBLEMATIZAÇÃO	04
3 JUSTIFICATIVA	04
4 OBJETIVO DA PESQUISA	06
4.1 OBJETIVO GERAL	06
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	06
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	07
5.1 OS CICLOS DE APRENDIZAGEM, O CONHECIMENTO E A MEDIAÇÃO.....	07
5.2 UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA OS CICLOS DE FORMAÇÃO	10
5.3 O TRABALHO POR PROJETOS DIDÁTICOS.....	13
6 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
6.1 O CONTEXTO PEDAGÓGICO.....	14
6.2 PROCEDIMENTOS	13
6.3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	17
7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO	18
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1 TÍTULO

Reagrupamento e Contraturno para alunos inseridos na Equipe Multidisciplinar – Ciclo I – Etapa II em 2006

2 PROBLEMATIZAÇÃO

Como o desenvolvimento do trabalho com Projetos Educacionais, relacionados ao Reagrupamento de Alunos e ao Contraturno de Estudos, numa Escola Municipal de Curitiba influenciaria nos resultados do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da segunda Etapa do Ciclo II, em Estudos de Caso analisados pela Equipe Multidisciplinar?

3 JUSTIFICATIVA

Cabe a cada instituição escolar, dentro de seus limites e de sua autonomia, analisar e discutir em conjunto questões primordiais para a inserção de modelos ou propostas que afetarão diretamente o processo ensino-aprendizagem dos seus educandos.

Seguindo as orientações levantadas pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Curitiba e cumprindo a afirmativa atribuída na Portaria nº 26/2005, uma questão primordial se fez presente nesta Instituição de Ensino.

Desde as previsões de ensalamento para este ano letivo, realizadas ao final do ano de 2005, projetada a abertura de 4 (quatro) turmas para o atendimento de alunos da 2ª etapa do Ciclo I no período da manhã, já se evidenciava o número mínimo de alunos por turma, o que segue a referida Portaria. Na expectativa de procura, nos anos anteriores vivenciada, depositou-se a certeza de que as turmas teriam o número mínimo de alunos (25) variando ao número máximo (30) ou completando o total de vagas preenchidas.

Este ano porém, houve uma situação atípica. As referidas turmas tiveram uma mobilidade muito grande. Ao mesmo tempo que recebiam-se alunos transferidos, transferiam-se alunos, desta forma mantendo praticamente o mesmo número de alunos quando do momento de abertura das turmas.

Passadas as análises dos fluxos realizadas pelo setores competentes da Secretaria Municipal da Educação, respeitando-se a Portaria 26/05, foi solicitado o fechamento de uma das turmas de 2ª Etapa Ciclo I do turno da manhã a qual foi prontamente atendida por esta Unidade Escolar.

Diante de todo o trabalho já realizado nesta Instituição de Ensino e entendendo que uma Escola Municipal necessita, pode e deseja um Ensino de qualidade é que se pretende, com a situação emergente que se apresenta, desenvolver um Projeto Educativo, com a Profissional do Magistério que deixa de ocupar a função de regente, no objetivo de que esta, realize um trabalho de reagrupamento destes alunos da 2ª etapa do Ciclo I da manhã e um horário de Contraturno com os alunos da mesma etapa do período da tarde, todos inseridos para o Estudo de Caso da Equipe Multidisciplinar.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para atender este projeto educativo, delimitam-se objetivos que seguem:

4.1 OBJETIVO GERAL

- Realizar um trabalho de recuperação dos conteúdos básicos para alunos da 2ª etapa do Ciclo I que apresentam dificuldades de aprendizagem e que estão inseridos no programa de Estudo de Caso para a Equipe Multidisciplinar;

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Listar os alunos das 2ªs etapas do Ciclo I que necessitam ser analisados nos Estudos de Caso para a Equipe Multidisciplinar;
- Estabelecer pontos relevantes de dificuldade dos alunos em relação ao trabalho com os Ciclos de Aprendizagem.
- Levantar de forma global, a situação de aprendizagem dos alunos e fatores que possam dificultar a construção do seu conhecimento;
- Realizar o reagrupamento diariamente nos dois primeiros horários do turno da manhã, com os alunos das turmas da manhã;

- Realizar o contra-turno diariamente nos dois últimos horários do turno da manhã com grupos de alunos alternados do turno da tarde;
- Possibilitar um trabalho pertinente às dificuldades de cada aluno afim de construir os conteúdos básicos ainda não aprendidos, num maior tempo de atendimento com atividades diferenciadas, adequadas às dificuldades apresentadas;

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 OS CICLOS DE APRENDIZAGEM, O CONHECIMENTO E A MEDIAÇÃO

Tendo os Ciclos de Aprendizagem uma concepção diferenciada da construção do conhecimento através do desenvolvimento humano e da própria formação do indivíduo, o educador que neles atuará deve compreender sua intenção e nortear suas atividades em prol desse processo que busca a satisfação plena do educando como ser humano, cidadão responsável por seu destino.

Os ciclos preconizam a aprendizagem em tempo real do educando, ou seja, permitem que o educando esteja a todo momento pronto para a superação dos fatos, pois para ele não haverá tempo cronometrado e sim um tempo que disponibilizará sua aprendizagem de fato. Um tempo que respeitará seu ritmo e que permitirá a chance de várias tentativas para o real aprender.

O professor de ciclo deve em primeiro lugar estabelecer uma relação próxima com os educandos a fim de conhece-los e entende-los, isso ocorrerá na boa conduta entre ambos, no respeito mútuo, na valorização de cada um e no incentivo

demonstrado ao crescimento, que é importante tanto para o educando, que constrói seu saber, como para o educador que dará cada vez mais ênfase ao seu trabalho, aquilo que desenvolve.

Desta forma, o professor terá um diagnóstico de cada indivíduo, preparando o campo de trabalho através de sua pesquisa de campo e seus instrumentos que são seu olhar e seu conhecimento teórico.

Partindo disso, o professor pode edificar o currículo a ser trabalhado, pois sabe o que seu aluno precisa, o que quer e o que já conhece. Planejando aulas dinâmicas e organizadas, desenvolvendo a possibilidade de trabalho individual ou em grupo. Estas atividades devem suprir as expectativas de todos os saberes ou se não isso, tentar chegar ao resultado esperado com todos. Se isso não ocorrer deve planejar atividades diferenciadas para aqueles que ainda não conseguiram atingir suas metas, tendo um meio de alcançar as necessidades de cada um, proporcionando possibilidades ativas para todos os educandos. Isso pode e deve ter a colaboração de cada aluno para que, eles também se sintam responsáveis pelo conhecimento que construíram.

Durante o processo de ensino-aprendizagem, o educador vai atendendo os diversos ritmos, as diversas maneiras de aprendizagem de cada educando e desta forma propiciar metodologias diversificadas, verificando o que cada um aprendeu, como aprendeu e porque não aprendeu, se for o caso. Partindo disso, reflete, cria novas estratégias de ensino.

Para que se desenvolva um trabalho voltado à formação humana do aluno, é necessário trabalhar com aquilo que é significativo para ele. O desenvolvimento de temas geradores que partem de uma problematização contextual, por exemplo, é

uma das maneiras mais eficazes de estabelecer a aprendizagem que foi dita até aqui, seguido de projetos interdisciplinares, importantes para o entendimento global do mundo.

Cabe ao professor questionar e levar os alunos a uma reflexão a cerca dos conteúdos, instigando o desenvolvimento do raciocínio e, desenvolvendo a capacidade de compreensão dos mesmos.

Os ciclos de aprendizagem, segundo Perrenoud (2000, p.42), dão ao professor, coletivamente, mais responsabilidade e poder e coloca ainda que, a progressão do aluno só poderá acontecer se houver professores capacitados, sabendo exatamente seu papel e assumindo juntos a responsabilidade sobre o êxito dos alunos.

O professor por sua vez deve entender o processo que cada aluno fará, pois cada qual tem seu caminho a ser traçado, que é diferente um do outro, criando uma organização do trabalho e dispositivos didáticos que coloquem os alunos em ótima situação de aprendizagem, priorizando aqueles que tem mais a aprender.

O saber fazer é um trabalho em equipe, através do contexto, do real, dos interesses e problemas do aluno, criando iniciativa, criatividade e participação não só para quem esta situação é importante, ou seja o aluno, mas para quem possibilita esta situação (professor), por meio de objetivos, conteúdo programático, estratégias de ensino diferenciadas.

É importante conhecer a turma, o nível de desenvolvimento cognitivo de cada educando, respeitar o processo de aprendizagem, bem como os ritmos deste aprender, oferecendo condições necessárias de superação de dificuldades,

conhecer profundamente o conteúdo, adequar este conteúdo com o grau de dificuldade verificado, trocar experiências e principalmente avaliar o processo.

O papel do professor torna-se o de colaborador, fortalecendo a confiança e a segurança e este passa a ver o aluno como um ser presente, livre e produtivo. O aluno torna-se mais seguro e segue o modelo do professor que entende, que acolhe, que o compreende, que o ajuda a enfrentar seus medos, desenvolvendo a cada dia seus limites, despertando uma paixão pelo conhecimento rumo ao crescimento intelectual.

5.2 UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA OS CICLOS DE FORMAÇÃO

Cada concepção de aprendizagem produz sua própria linha de investigação, diz Weisz (2001, p. 24).

A concepção construtivista da aprendizagem na qual o conhecimento é visto como produto da ação e reflexão do aprendiz, que sabe algumas coisas e que diante do novo, busca a superação, traz que o conhecimento novo só é construído quando este aprendiz amplia, diversifica e aprofunda o conhecimento que já possuía.

Portanto, a aprendizagem nada mais é que o resultado da estimulação do ambiente sobre o sujeito, que se expressa diante do comportamento em função da experiência com o objeto.

Em outras palavras: aprender significa por em prática, experimentar, pesquisar, buscar o que não se sabe diante da necessidade.

Quando se menciona a necessidade, entende-se algo que expresse significância no ato de aprender.

Antunes (2002, p. 16) coloca que um recém-nascido ao chorar para mamar, tem essa atitude, não porque alguém lhe demonstrou, mas porque percebeu que sua ação despertava a curiosidade de quem o atendia. Então, esses reflexos repetidos chamariam a atenção do outro quando houvesse necessidades imediatas, aprendendo assim pela experiência a se comunicar e ser entendido.

A evolução do ser demonstra Antunes (2002, p.21), passa por vários estágios sucessivos, diferentes, mas através dos quais consegue mudar pouco a pouco seu comportamento e aprender.

A aprendizagem nesse sentido, evolui da transformação de esquemas de conhecimentos simples e concretos, para complexos e abstratos, sempre se manifestando através da assimilação e a acomodação. Utiliza-se de idéias simbólicas que se relacionam de maneira mais arbitrária, mas substancial ao que o aluno já sabe, propondo o que precisa aprimorar uma relação com o universo do conhecimento.

Assimilação diz respeito ao momento em que o indivíduo capta uma nova informação sobre o mundo e acomodação, quando este muda o pensamento original de modo a incluir um novo conhecimento.

Para isso acontecer, é necessário que este ser esteja pronto, maduro o suficiente para que os impactos das experiências possam reverter numa aprendizagem significativa. E esta jamais ocorre antes que algumas capacidades motoras, neurológicas ou sensoriais, estejam aptas para isso.

De acordo com Antunes (2002, p. 29), para que o desenvolvimento dessa aprendizagem ocorra em sala de aula, é necessário buscar desafiar o aprendiz a ser

capaz de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretende aprender. Deve ser capaz de construir significados.

A aproximação do sujeito com o objeto é primordial nesta busca. Quando o indivíduo se apropria de um conhecimento pelo aprofundamento, pela pesquisa, pela curiosidade, pela motivação que percebe; sua construção tem sentido, organizando uma informação recebida, assimilando-a e acomodando-a. Existe aí um desafio de compreender cada vez mais, de transformar uma informação em algo aprendido significativamente.

Desta forma, o saber não se acumula, mas se transforma, se integra, se modifica e é complementado.

Mas, o aluno sozinho não poderá perceber tais coisas, se não houver ao seu lado alguém que já possa ter compreendido tais conceitos sobre a aprendizagem, e não leva-lo a buscar construir seu conhecimento. Este educando não vai até a escola para buscar informações. Ele espera algo mais, uma maneira de administrar essa informação para o benefício de sua própria vida, para seu crescimento, para suprir suas necessidades, mesmo que isso ainda não lhe seja claro.

Para que aluno sempre tenha o brilho da busca, é essencial que conte com professores que assim o ensinem, que se livrem da condição de “proprietários de respostas”, e descubra no mestre aquele que jamais ensina o que se aprende sozinho, mas que norteia caminhadas, aponta direções, ensina a pesquisar, a procurar em um dicionário, a vasculhar em uma enciclopédia, e entrevistar pessoas certas em ocasiões precisas, a navegar pela boa internet, enfim, a usar esse imenso saber acumulado ao longo do tempo. (ANTUNES, 2002, p. 42)

Cabe então ao educador propiciar ao aluno, de acordo com Weisz (2001, p. 65) atividades planejadas, propostas dirigidas com a intenção de favorecer a ação do aprendiz sobre um determinado objeto de conhecimento, e essa ação está na origem de qualquer aprendizagem.

O aprendiz é o sujeito, protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, alguém que vai produzir a transformação que converte informação em conhecimento próprio. Essa construção não se dá por si mesma, mas a partir de situações nas quais ele possa agir sobre o que é o objeto de seu conhecimento, pensar sobre ele, recebendo ajuda, sendo desafiado a refletir, interagindo com outras pessoas. (WEISZ, 2001, p. 61)

5.3 O TRABALHO POR PROJETOS DIDÁTICOS

No que diz respeito ao encaminhamento metodológico, o professor pode edificar o currículo a ser trabalhado, pois sabe o que seu aluno precisa, o que quer e o que já conhece. Planejando aulas dinâmicas e organizadas, desenvolvendo a possibilidade de trabalho individual ou em grupo. Estas atividades devem suprir as expectativas de todos os saberes ou se não isso, tentar chegar ao resultado esperado com todos. Se isso não ocorrer, deve planejar atividades diferenciadas para aqueles que ainda não conseguiram atingir suas metas, tendo um meio de alcançar as necessidades de cada um, proporcionando possibilidades ativas para todos os educandos. Isso pode e deve ter a colaboração de cada aluno para que, eles também se sintam responsáveis pelo conhecimento que construíram. Durante o processo de ensino-aprendizagem, o educador vai atendendo os diversos ritmos, as diversas maneiras de aprendizagem de cada educando e desta forma propiciar metodologias diversificadas, verificando o que cada um aprendeu, como aprendeu e

porque não aprendeu, se for o caso. Partindo disso, reflete, cria novas estratégias de ensino, como um projeto, por exemplo.

Os projetos, também chamados de projetos didáticos, que não devem ser confundidos com os Projetos de Escola, são formas organizativas do ensino cuja principal característica é ter início em uma situação-problema e se articular em função de um propósito, um produto final, que pode ser um objeto, uma ação ou os dois. Uma qualidade importante dos projetos é oferecer um contexto no qual o esforço de estudar tenha sentido, e no qual os alunos realizem aprendizagens com alto grau de significação. É a modalidade organizativa do ensino que mais se afina com os trabalhos interdisciplinares. (SIGNORELLI, 2000).

Por meio dos projetos os professores podem introduzir o estudo de temas que não pertencem a uma disciplina específica, mas que envolvem duas ou mais delas. Os projetos didáticos são feitos com o propósito de construir boas situações de aprendizagem, nas quais se evite compartimentalizar o conhecimento, e dar aos alunos um sentido ao esforço de aprender.

Projetos didáticos são importantes porque abrem novas possibilidades de aprendizagem aos estudantes: viver situações em que é necessário tomar uma decisão sobre que caminho seguir; aprender a fazer um cronograma, considerando uma meta e as condições iniciais para realizar o projeto; decidir que estudos realizar para resolver um problema; compreender um processo de transformação ou uma questão política; predispor-se a analisar uma situação social complexa e situar quais disciplinas fornecem conhecimentos para esclarecê-la.

Projeto não é apenas um plano de trabalho ou um conjunto de atividades bem organizadas. Há muito mais na essência de um bom projeto. A construção de um projeto deve considerar determinados aspectos para que haja unidade de propósitos, consistência nas ações, sentido comum nos esforços de cada um e resultados sistematizados. (ALMEIDA E FONSECA JUNIOR, 2000, p. 23 e 27).

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização deste projeto, os dados serão coletados através de observação, entrevistas e questionários.

6.1 O CONTEXTO PEDAGÓGICO

A escola onde o projeto será desenvolvido é mantida pela Prefeitura Municipal de Curitiba, que a orienta e a mantém financeiramente. Tem uma concepção por Ciclos de Aprendizagem e trabalha por tema gerador.

Possui 1057 alunos, oriundos de famílias de classe baixa, na sua maioria filhos de moradores do bairro, distribuídos em 46 turmas nos turnos manhã, tarde e noite.

Um corpo docente que compreende 65 profissionais, nas funções de regência e auxiliar de regente com as áreas de Educação Física, Artes, Ensino Religioso e Informática.

Uma equipe que compreende da alimentação, da limpeza à segurança, 21 funcionários.

6.2 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, a organização dos grupos de alunos acontecerá mediante a avaliação já realizada pelas professoras e setor pedagógico ao longo do ano letivo,

tendo em vista os critérios básicos para o avanço ao próximo Ciclo, os quais os alunos inseridos neste Projeto ainda não alcançaram.

Seriam eles:

TURNO DA MANHÃ

- ⇒ Alexandre da Silva Tostes
- ⇒ Alexandre Deitos Estevan
- ⇒ Andriely Thais da Silva
- ⇒ Carla Caroline Pereira Ribas
- ⇒ Douglas Ricardo dos Santos
- ⇒ Endrew Pimentel de Oliveira
- ⇒ Evelen de Lima Novassate
- ⇒ Flávia Gabrielle Lopes Souza
- ⇒ Gustavo Felipe Gonçalves
- ⇒ Jhony Jisu Ra
- ⇒ Larissa dos Santos Rosa
- ⇒ Lucas Felipe Pereira Monteiro
- ⇒ Lucas Gabriel de Azevedo
- ⇒ Mirela Ribeiro
- ⇒ Sandro Aurélio Brandão Junior
- ⇒ Stefani Letícia da Costa de Oliveira
- ⇒ Tayná Cássia Ferreira

TURNO DA TARDE

- ⇒ Alex Vernick Feliciano
- ⇒ Amanda Naiara da Silva
- ⇒ Annelise Lacerda Dutra de Jesus
- ⇒ Augusto Beira da Silva Muniz
- ⇒ Bruna Wendy do Nascimento
- ⇒ Carlos Wesley Brunicovski
- ⇒ Delaine Maria Lemes
- ⇒ Douglas Gabriel Cordeiro da Silva
- ⇒ Eduarda Sanches de Oliveira
- ⇒ Fabiana Amorim Martins
- ⇒ Gabriel Bortolini
- ⇒ Gabriel Christofolini Naves
- ⇒ Geovanna Pereira Adamante
- ⇒ Janilson Gabriel dos Santos
- ⇒ Jhenifer Ferreira de Macedo
- ⇒ Ketlyn Woitechen Sousa Thimotio
- ⇒ Larissa Altino dos Santos
- ⇒ Marcela Eduarda Machado
- ⇒ Mateus Pinheiro
- ⇒ Pamela Pietra Domiciano
- ⇒ Raquel Cordeiro dos Santos Ferreira

- ⇒ Robson Silvério Ribeiro
- ⇒ Tiago Henriqui Mendes
- ⇒ Vinicius Alfredo de Souza

O trabalho será desenvolvido em dois momentos, no período da manhã: nos dois primeiros horários o atendimento com o Reagrupamento dos alunos de 2ª Etapa do Ciclo I do turno da manhã, todos os dias. Nos dois últimos horários o atendimento com Contraturno com alunos de 2ª etapa do Ciclo I do turno da tarde, com grupos alternados, todos os dias.

6.3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada será diferenciada do que acontece em sala de aula, possibilitando um encaminhamento mais adequado, trabalhando a questão de Alfabetização revendo conceitos de Língua Portuguesa, o uso social da escrita e sua importância, desenvolvendo atividades como: jogos de letras, rótulos, textos, pesquisa, trabalho com o nome, leitura e escrita. A questão da Matemática o conceito de número e relação com quantidade, idéias subtrativas, aditivas e multiplicativas, desenvolvendo atividades como: jogos de raciocínio, situações problema que desafiam a busca de alternativas de resultados.

O processo avaliativo acontecerá continuamente durante o processo, aluno e professora estarão interagindo para que ambos entendam o raciocínio desenvolvido

para a estruturação do pensamento até chegar a apropriação do conhecimento em questão.

Para tanto, se houver necessidade mediante ao processo avaliativo, a professora poderá dimensionar ou modificar o planejamento.

7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

<u>Etapas do Trabalho</u>	2006				
	<u>08</u>	<u>09</u>	<u>10</u>	<u>11</u>	<u>12</u>
Listagem dos alunos das 2ª etapas do Ciclo I para o desenvolvimento do Projeto	<input checked="" type="checkbox"/>				
Organização dos grupos de trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>				
Início das atividades do Projeto	<input checked="" type="checkbox"/>				
Desenvolvimento do Reagrupamento e Contraturno	<input checked="" type="checkbox"/>				
Término das atividades do Projeto					<input checked="" type="checkbox"/>
Avaliação do Projeto na Escola					<input checked="" type="checkbox"/>

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALMEIDA, F., FONSECA JUNIOR, F. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. ProInfo : projetos e ambientes inovadores. Brasília: Ministério da Educação, 2000. 96 p.2000
- ANTUNES, C. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender.**Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
- WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2001.

PLANO DE TRABALHO PARA A GESTÃO 2006/2008
Escola Municipal Professor Francisco Hubert

Juliane Sonda Dittrich

Direção

Claudia Simoni da Silva Ativo Costa

Vice-direção

Silvia Aparecida Kuchta de Almeida

Coordenação

PROPOSTA DE TRABALHO PARA A GESTÃO 2006-2008

Chapa: ESCOLA PARA TODOS

Curitiba

Outubro-2005

1. INTRODUÇÃO

A equipe formada pelas professoras Juliane Sonda Dittrich diretora, Claudia Simoni da Silva Ativo Costa vice-diretora e Silvia Aparecida Kuchta de Almeida coordenadora, tem como objetivo desenvolver o compromisso assumido na campanha de 2005 com a proposta de trabalho denominada “*ESCOLA PARA TODOS*”. Escola, por acreditarem no potencial da Escola Pública para a construção da sociedade que nós professores sonhamos, desejamos e que dia após dia buscamos construir com nosso trabalho, e todos por acreditarem que esta escola é o local onde nós, Pais, Professores e Funcionários escolhemos para transformar as novas gerações, nossos filhos e nossos alunos em futuros cidadãos.

Salienta-se ainda a importância do processo de escolha direta e democrática das direções de escola, processo este que permite o desabrochar de uma gama significativa de possibilidades para a escola. A responsabilidade pelo projeto da gestão vencedora será de toda comunidade escolar, cabendo a ela, fiscalizar seu andamento, propor alternativas, cobrar compromissos, e sobretudo buscar garantir com os gestores a qualidade na educação.

2 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA

Para a realização dessa Proposta de Trabalho para a gestão 2006/2008 julgamos necessário discorrer brevemente sobre nossa compreensão do papel da Escola Pública. Após essa breve análise da função da escola, apresentaremos as diretrizes para Proposta de Trabalho que foram, discutidas e construídas coletivamente, com a comunidade escolar da Escola Municipal Professor Francisco Hübner.

Compreendemos que a escola, como uma instituição da sociedade, não é neutra, linear, harmônica ou privada de conflitos. Portanto falar da escola, hoje, requer situá-la em uma sociedade capitalista com interesses e classes antagônicas,

e sobretudo, considerando um processo de escolha democrático, onde estas divergências, por vezes estão presentes nos diferentes projetos de gestão concorrentes. Nesse sentido a contribuição de SNYDERS é fundamental para auxiliar a conceituar a verdadeira essência da Escola Pública quando afirma que:

A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação - mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. O seu aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o tipo de combate a travar, a possibilidade desse combate, que ele já foi desencadeado e que é preciso continuá-lo. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objectiva de luta.(...) A escola nem é um local de vitória, de libertação já assegurada, nem o órgão voltado à repressão, o instrumento essencial da reprodução; segundo as relações de força, acompanhando o momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta à nossa acção. (GEORGES SNYDERS)

Ressaltamos que estamos nos referindo nesta análise a Escola Pública, pois entendemos que o conhecimento, é produzido nas e pelas relações sociais, portanto por todos os homens, e sendo uma produção coletiva todos deveriam ter os mesmos direitos para acessar esse saber, que na escola configura-se como um saber elaborado, sistematizado e rotinizado, não sendo em hipótese alguma possível pagar por este conhecimento, entendendo-o como uma *mercadoria*, como o caso da escola particular.

A escola é uma instituição que encerra em sua prática e em seu cotidiano inúmeras contradições, se por um lado é reprodutora de uma sociedade capitalista com relações excludentes, desiguais, por outro lado, essa mesma escola traz consigo a possibilidade de contribuir na construção de uma sociedade mais igualitária, mais humana e menos injusta.

Entretanto, não tem sido fácil conduzir uma prática pedagógica na Escola Pública que considere de fato todas as contradições de nossa sociedade, parece muitas vezes que a escola desconhece ou ignora a sua importância em realmente

contribuir para a formação de um cidadão crítico e solidário, socializando saberes que efetivamente propiciem conhecer a sua realidade concreta, para que esses indivíduos tornem-se sujeitos de sua vida e existência.

Cabe a escola fazer a mediação entre o aluno e a realidade, através de um método que seja capaz de propiciar uma interação entre os sujeitos (professores e alunos) e o objeto (conhecimento), para que esse conhecimento possa ser um instrumento transformador dessa realidade apreendida, pois ao conhecê-la melhor haverá a possibilidade do homem intervir e conquistar a sua emancipação.

Assim, o projeto político pedagógico deve expressar claramente, e obrigatoriamente para a Escola Pública, uma concepção de homem crítico, participativo e solidário. Uma concepção de sociedade efetivamente democrática, que privilegie e garanta a participação de todos, para tanto a Escola Pública tem mais do que uma tarefa, tem a necessidade, e mais do que isso, tem a obrigação de ultrapassar práticas descontextualizadas, que levam em consideração apenas a aparência dos fenômenos, e passar a trabalhar com a essência dos fenômenos, com o seu verdadeiro significado, a partir de uma realidade dinâmica, e, sobretudo com uma intencionalidade, que é a superação dessa sociedade de classes.

A construção de um projeto político pedagógico não pode ser considerada como uma tarefa meramente burocrática, pois é o projeto político pedagógico quem estabelece como será organizado o trabalho pedagógico no cotidiano escolar, sendo ele a própria identidade da escola. Se buscamos uma escola democrática e participativa, precisamos partir da própria participação, e não de imposições ou contribuições de alguns iluminados, os quais não consideram a realidade e os anseios dos que usufruem da escola.

Construindo um projeto político pedagógico de forma democrática e participativa, teremos neste projeto uma expressão diferenciada da realidade, pois aqui poderemos perceber as contradições do espaço, e em sendo assim, estes dois princípios (democracia e participação), deverão balizar todo o trabalho na escola, desde o planejamento até o ato de dar aula, construindo novas relações entre professor/aluno, Comunidade Escolar/direção, pois todos agora passam a ser

cúmplices na construção de uma sociedade mais fraterna, democrática, participativa, solidária e principalmente igualitária.

Esta construção democrática e participativa da escola, fará com que os envolvidos neste processo percebam a importância de interferirem em espaços que vão para além dos espaços da escola, projetando para as associações de moradores a importância de lutarem por uma escola de qualidade, através do poder que esta organização coletiva tem, com os professores consolidando a sua luta pela participação em sindicatos; intervindo em partidos políticos como forma de encaminhar politicamente as reivindicações, buscando sempre a construção de uma Escola de Qualidade Para Todos.

Em nossa Proposta de Trabalho abordamos a questão da Gestão Administrativa sob três aspectos, são eles: a Gestão Democrática, a Gestão Pedagógica e a Gestão Financeira que buscará traduzir de que forma e com quais propostas chegaremos aos objetivos desejados. Ressaltamos que uma Proposta de Trabalho é elaborado para sua efetivação em três anos, portanto os objetivos foram estabelecidos levando em consideração a possibilidade de serem alcançados a curto, médio e longo prazo.

1. PRINCÍPIOS

3.1 A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, UNIVERSAL E DE QUALIDADE QUE GARANTA O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DO ALUNO.

GRATUITA: Não cobrança de taxas, pois cabe ao poder público manter a escola.

Entendemos que a cobrança de taxas por parte das Escolas Públicas correspondem a implementação de mais um imposto, portanto, o que cabe à direção e a Comunidade Escolar é cobrar que o Poder Público garanta como retorno dos impostos pagos pela população, uma Escola de Qualidade, e Para Todos.

LAICA: Desenvolvimento de valores universais de convivência, não pertencentes a nenhuma condução religiosa. A escola é neutra, não cabendo a defesa de uma ou outra religião, o que precisa ser garantido no interior da Escola é o acesso a cultura (saber escolar) por todos, sem preconceitos.

UNIVERSAL: Garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, mas com a clareza de que só isto não basta, é preciso transformar este acesso e permanência dos alunos na escola em apropriação do saber escolar.

QUALIDADE: Defesa de uma escola de qualidade que tenha como referência o ser humano e sua inclusão na sociedade. Não basta ter escola para todos, é preciso garantir uma escola de qualidade para todos.

3.2 BUSCA DA AUTONOMIA DE DELIBERAÇÃO

Entendemos que uma escola é realmente autônoma quando é capaz de decidir sobre o seu destino.

3.3 DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO PARA TODAS AS AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Para a construção de uma escola democrática é necessário que ocorra a participação de todos os seus setores para o direcionamento de suas decisões, pois um processo democrático não se reduz só a uma votação, ele privilegia o direito ao espaço (permitir a participação nas instâncias deliberativas da escola, criar outras instâncias de discussão e deliberação na escola.

Deve ser preservado o direito à votação, garantindo, ao não haver consenso, o direito e o respeito a decisão obtida através de votos, comprometendo-se com a efetivação do resultado, portanto respeitar às instâncias de deliberação da escola e

compreender que o Conselho de Escola é o órgão máximo dessa instituição e que cabe ao diretor acatar e encaminhar suas deliberações;

Uma escola democrática, defende o direito da exposição de idéias, direito a voz, fazendo com que a prática pedagógica se construa de forma crítica para que ocorra a formação de indivíduos comprometidos com as causas e valores sociais. Numa escola democrática não se faz parte apenas, mas se *participa* com a possibilidade de tomar decisões.

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA

4.1 FUNÇÕES DA DIRETORA, VICE-DIRETORA E COORDENADORA

Todo cargo caracteriza-se por uma especificidade. Assim , no dia a dia da escola, as funções exercidas caracterizam ações diferenciadas no cotidiano escolar.

Compreende-se que a diretora exerce uma função mais política, a vice-diretora uma função mais pedagógica e a coordenadora, uma função mais administrativa.

A viabilização dessa especificidade é uma das formas da Gestão Democrática, pois possibilita a divisão de poder ao permitir que as decisões sejam tomadas coletivamente.

Dessa forma, as decisões coletivas permitem que as ações de encaminhamento fiquem ao encargo de um dos integrantes da direção, facilitando todo o processo inclusive o de cobrança de realização.

Ela também garante que todas as questões políticas, pedagógicas e administrativas da Escola, sejam realizadas de maneira a evitar o privilégio de qualquer uma delas em detrimento de outra.

4.2 DIRETORA:

a) Assegurar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da Escola;

- b) Ser a articuladora entre a Comunidade e a Escola;
- c) Representar a Escola e a Comunidade perante a mantenedora, instituições e outros órgãos,
- d) Garantir o funcionamento pleno do Conselho de Escola, respeitando, encaminhando, organizando e acompanhando as deliberações do mesmo;
- e) Garantir o funcionamento pleno da APPF, e de outras instâncias como conselho de alunos, juntamente com os seu membros participantes;
- f) Estar presente, acompanhando as atividades da Escola e dentro do possível, as da Comunidade, para representar o interesse de ambos com a maior competência e profundidade possíveis.
- g) Representar os interesses da escola perante as empresas que a ela prestam serviços, a fim de torná-los a cada dia mais condizentes e representativos com a Escola Pública de Qualidade.
- h) Garantir a integridade e o respeito a todos, independentemente de sua função, sexo, raça, crenças religiosas e/ou opções políticas.
- i) Demais funções previstas no Regimento Escolar.

4.3 VICE-DIRETORA:

- a) Ser a articuladora entre:
 - os turnos manhã, tarde e noite ;
 - o setor pedagógico e professores(as);
 - os professores(as);
 - o Conselho de Alunos e o Setor Pedagógico;
 - o Conselho de Alunos e os outros órgãos deliberativos da escola junto com o setor pedagógico.
- b) Estar em contato direto com as dificuldades e anseios dos segmentos sob sua responsabilidade, subdividindo sua ação entre os diversos setores.
- c) Assegurar, junto ao Diretor, o encaminhamento pelo Setor Pedagógico e a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da Escola.
- d) Exigir planejamento e cronograma das ações do Setor Pedagógico;

e) Garantir que as reuniões pedagógicas, administrativas, estudos, encontros com os pais, entre outros, tenham seus registrados em ata, viabilizando assim a comprovação dos fatos e a continuidade do processo.

f) Fazer com que a liberação de professores seja discutida com o colegiado, objetivando que juntos encontrem as melhores soluções para a ausência destes na escola.

g) Fazer sondagens juntamente com o setor pedagógico e aos professores, para levantamento de habilidades, anseios, necessidades e etc, trazendo na seqüência respostas e/ou soluções, para sempre que possível, utilizá-las nas atividades da própria escola, garantindo assim a valorização profissional.

h) Garantir a integridade e o respeito para todos independente de sua função, sexo, raça, crenças religiosas e opções políticas.

i) Representar junto a Direção, os interesses da Comunidade Escolar que o elegeu.

j) Demais funções previstas no Regimento Escolar.

4.4 COORDENADORA ADMINISTRATIVA

a) Ser a articuladora entre:

- os turnos manhã, tarde e noite ;
- o setor pedagógico e professores(as);
- os professores(as)
- os servidores(as)

b) Encaminhar reuniões e estudos periódicos registrados em ata com os funcionários, a fim de instrumentalizá-los, visando a participação efetiva destes na construção da Escola, como sujeitos e não apenas objeto das ações.

c) Desempenhar suas funções, subdividindo-se entre os setores que lhe competem, estando em contato direto com as dificuldades e anseios dos seguimentos de sua responsabilidade.

d) Criar mecanismos de controle de todo o material pedagógico, de escritório de consumo, etc.

4.5 REGISTRO DE REUNIÕES

PROPOSTAS:

- Realizar o registro de todas as reuniões da escola em ata;
- Fixar as atas na sala dos professores para amplo conhecimento e socialização das informações.

4.6 GARANTIA DE REUNIÕES MENSAIS

PROPOSTAS:

- Realizar reuniões administrativas e pedagógicas, com todos os segmentos da Escola, como forma de aprimoramento do trabalho escolar;
- Estabelecer o cronograma de reuniões com os diversos segmentos com antecedência para garantia de participação dos envolvidos.

4.7 REPASSE DE INFORMAÇÕES AOS PROFESSORES

PROPOSTAS:

- Realizar reuniões semanais;
- Divulgar as informações através de murais na sala de professores;
- Garantir o repasse de cursos e similares, bem como das questões de interesse de classe;
- Garantir o horário do lanche (intervalo) dos professores e funcionários para após realizar as reuniões da direção e repasses necessários.

4.8 REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

PROPOSTAS:

- Organizar a utilização das salas de aula para a recuperação no próprio turno, através do rodízio com a sala de artes e a sala dos alunos que estão em deslocamento para essa aula.

4.9. HORA EXTRA

PROPOSTAS:

- Pesquisar com a comunidade interesses para a oferta de cursos/ aulas que sejam de interesse aos alunos da escola;
- Realizar um levantamento entre os professores da escola que desejam ministrar aos alunos um determinado curso/aula sem cobrança de taxa ;
- Solicitar à Prefeitura o pagamento de hora extra para o professor que estiver realizando esse projeto.

4.10 INFORMATIVO

PROPOSTAS

- Enviar para a casa de cada pai e mãe de aluno um Boletim Informativo Bimestral, contendo informações sobre as atividades da escola, notícias de interesse da comunidade, reportagens sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

5 GESTÃO DEMOCRÁTICA**5.1 RESPEITO AOS VÁRIOS ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DA ESCOLA:**

a) Conselho de Escola**PROPOSTAS:**

- Reuniões mensais com os membros, constando em calendário desde o início do ano letivo;
- No início de cada reunião destinar um tempo para formação dos conselheiros (estudo de textos);
- Discutir previamente a pauta da reunião, com os seus pares, de forma que a reunião do Conselho de Escola seja um momento de ampla discussão e representação onde sejam definidos coletivamente os encaminhamentos dos assuntos;
- Organizar uma reunião mensal do segmento dos pais, para que eles possam discutir seus problemas, bem como propor soluções;
- Articular o Conselho de Escola com o programa Comunidade Escola;
- Reelaborar o Projeto Político Pedagógico em conjunto com o Conselho de Escola;
- Reelaborar o Regimento Escolar em conjunto com o Conselho de Escola.

b) APPF**PROPOSTAS:**

- Reuniões mensais, sempre que possível articulada à reunião do Conselho de Escola;
- No início de cada reunião destinar um tempo para formação dos conselheiros (estudo de textos);
- Discutir coletivamente o uso da verba de descentralização;
- Articular a APPF com o programa Comunidade Escola;

c) Colegiado dos Professores;**PROPOSTAS:**

- Reuniões semanais, respeitando o horário de lanche dos professores, para repasses de informações urgentes e de organização de escola;
- Reuniões previstas em calendário aos sábados;
- Reuniões no período noturno possibilitando complementar estudos e necessidades que os professores e o setor pedagógico tenham;
- Incentivar e criar espaços para realização de oficinas onde os professores da própria escola estejam socializando seus conhecimentos com seus colegas de trabalho.

d) Colegiado dos Servidores

PROPOSTAS:

- Reuniões quinzenais para avaliar o andamento do trabalho;
- Levantar os problemas e as sugestões para a sua resolução;
- Realizar estudos dirigidos uma vez por mês com os funcionários.

e) Conselho de Alunos

PROPOSTAS:

- Articular o conselho de alunos até maio de 2006;
- Reuniões mensais com os representantes de cada etapa, sob coordenação da direção da escola e do setor pedagógico.

5.2 COMPROMETIMENTO REAL COM O PROJETO COLETIVO

PROPOSTAS:

- Incentivar e garantir a construção de projetos coletivos na escola;
- Incentivar a participação dos professores nos projetos do Programa Universidade – Escola.
- Re-alimentar o Projeto Político Pedagógico.

5.3 APRIMORAMENTO DOS PROFESSORES

PROPOSTAS:

- Incentivar a participação dos professores em espaços de crescimento profissional ampliado, como: Sindicato, Congressos, Seminários, Fóruns, Cursos, Assessoramentos, Graduação e Pós Graduação, sendo que todos eles sejam vinculados à educação dando um retorno à obtenção de uma escola cada vez mais de qualidade;
- Divulgar os cursos para todos os professores, de forma que todos tenham a possibilidade, se assim desejarem, de participar dos cursos;
- Serão realizados sorteios para que todos sejam contemplados e não uma minoria no interior da escola;
- Os cursos particulares ou que acarretem um afastamento mais prolongado dos professores deverão ter aprovação do colegiado e conselho de escola.

5.4 RESPEITO AO REGIMENTO ESCOLAR COMO LEI MAIOR DA ESCOLA**PROPOSTAS:**

- Trabalhar o regimento escolar com todos os segmentos da escola (pais, alunos, professores e funcionários) desde o início do ano letivo de 2006;
- Promover o amplo acesso e conhecimento do Regimento Escolar, por todos os membros da comunidade escolar, de forma a garantir seu constante aprimoramento;
- Reformulação do Regimento;

6. GESTÃO PEDAGÓGICA

6.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

PROPOSTAS:

- Estabelecer em calendário desde o início do ano, uma semana por mês de estudos dirigidos na permanência com a participação de professores, pedagogos e direção;
- Promover um ciclo de palestras na escola de acordo com os interesses dos professores, objetivando um maior aprofundamento nas questões mais específicas e pedagógicas desta escola.

6.2 GARANTIR A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANEJAMENTO

PROPOSTAS:

- Garantir a permanência concentrada para todos os professores da escola;
- Organizar as permanências por etapas, de forma que os professores e os co-regentes possam estar coletivizando o seu trabalho;
- Desenvolver o trabalho do setor pedagógico de forma integral, não segmentando a organização do trabalho pedagógico, portanto o atendimento do setor pedagógico será feito considerando o Ciclo, ou seja, uma pedagoga atenderá o Ciclo I e a outra pedagoga atenderá o Ciclo II.

6.3 SALA DE INFORMÁTICA

PROPOSTAS:

- Garantir um professor específico para trabalhar com todos os alunos no laboratório de informática;
- Buscar junto à Secretaria Municipal de Educação recursos para ampliação do laboratório de informática compatível com o número de alunos (1300);

- Reorganizar o espaço da sala de informática (mobiliários e equipamentos).

6.4 ORGANIZAR O ORGANOGRAMA E O CRONOGRAMA

PROPOSTAS:

- Informar para todos da comunidade escolar as funções e atribuições de cada setor, bem como de cada pessoa na escola;
- Estabelecer horários de atendimento aos pais, de forma que os pais possam ser qualificadamente atendidos nesses horários;
- Estabelecer os horários de estudos nas permanências e também possibilitar ao professor um horário de atendimento especializado com as pedagogas e/ou direção para resolver especificidades de sua turma;

6.5 CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE TURMA

PROPOSTAS:

- Realizar uma discussão coletiva com o colegiado sobre os critérios de escolha de função no decorrer do ano.

6.6 FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

PROPOSTAS:

- Realizar um levantamento de interesses e necessidades da escola junto aos funcionários, para proporcionar os cursos no decorrer do ano de 2006.
- Proporcionar cursos que permitam aperfeiçoamentos na execução de suas funções assim como melhor administração das tensões que o exercício delas acaba gerando.

6.7 PROJETOS COM ALUNOS

PROPOSTAS:

- Realizar ao final de cada semestre a Feira do Conhecimento;

- Garantir que os pais na Feira do Conhecimento possam ter acesso ao conhecimento produzido pelos seus filhos.
- Realizar um projeto de Correio na Escola com todas as turmas visando um espaço e um meio de comunicação entre os alunos da mesma turma e de turmas diferentes, dos professores, do setor pedagógico e da direção.
- Realizar um projeto de Jornal Televiso na Escola com os alunos incentivando o uso do sistema de TV pedagogicamente.

6.8 PARA O RECREIO

PROPOSTAS:

- Buscar junto às Universidades um convênio com estagiários de Educação Física para realizarem uma proposta de recreio dirigido na escola;
- Possibilitar às crianças acesso de bolas, jogos, brinquedos durante o recreio;
- Identificar as crianças que tem gerado violência na escola e no recreio e realizar um trabalho pedagógico com elas e seus pais;
- Buscar solução para os casos de violência ocorridos no recreio através do Conselho de Alunos e levantar propostas que visem o bom aproveitamento do espaço do recreio.

7. GESTÃO FINANCEIRA

7.1 GARANTIR A DEFINIÇÃO COLETIVA DAS PRIORIDADES DE GASTOS DA ESCOLA

PROPOSTAS:

- Realizar assembléia anual no início do ano com toda a comunidade escolar para apresentar projetos para discussão de prioridades e dinâmica de construções desses projetos;

- Elaborar um calendário com seminários para a formação da comunidade escolar, a fim de que haja uma efetiva participação, discutindo, construindo, apresentando e aprovando projetos para a escola;
- **Apresentar e prestar contas para toda comunidade escolar para comprovação dos gastos realizados através de editais;**
- **Disponibilizar na Página da Internet da Escola a prestação de contas;**
- **Articular junto às instituições da sociedade o Programa COMUNIDADE ESCOLA da Prefeitura Municipal de Curitiba.**